

# NATAL É CAMPEÃ BRASILEIRA EM HOMICÍDIOS DE JOVENS

9. ECONOMIA



TAM cancelou voos para o CE, PE e SP

## TAM E GOL DEIXAM DE OPERAR QUATRO LINHAS NO RN

5. POLÍTICA

## NO SERTÃO, DILMA SOLTA FARPAS PARA CAMPOS

# NOVO JORNAL

Ano 3 # 1043 Natal-RN Terça-feira 26 / Março / 2013

3. PRINCIPAL

# CARLOS RENNOVA OS ALUGUÉIS DO TEMPO DE MICARLA

**/ LOCAÇÃO /** ADMINISTRAÇÃO CARLOS EDUARDO REPETE PRÁTICA CRITICADA NA GESTÃO MICARLA DE SOUSA E MANTÉM IMÓVEIS ALUGADOS; CONTRATOS SOMAM R\$ 1,9 MILHÃO



EDUARDO MAIA / ABR

Sob risco do imóvel ruir, bombeiros interditaram parte da rua Estrela do Mar

2. ÚLTIMAS / 17. CIDADES

## PRÉDIO AFUNDA E PARTE AO MEIO, EM PONTA NEGRA

Obra de quatro andares cede e quebra ao meio, gerando a interdição de cinco residências. Moradores se recusaram a deixar suas casas e dormem no local, mesmo sob risco de desabamento.

16. ESPORTES

## A COISA TÁ RUSSA PARA FELIPÃO

Seleção continua sem vencer sob o comando do técnico Luiz Felipe Scolari. Ontem, só empatou com a Rússia aos 44 do 2º tempo, em jogo sem graça nem criatividade.



WWW.IVANCABRAL.COM

20. CIDADES



NEY DOUGLAS / ABR

Estima-se que 70% do estado esteja sob risco

## SECRETÁRIO QUER AJUDA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO

Novo secretário de Agricultura, Júnior Teixeira, acredita que cabe ao Governo Federal as iniciativas para combater o problema que assola o Rio Grande do Norte.

15. ESPORTES



HUMBERTO SALES / ABR

Em dois jogos, Índio, 19 anos, marcou três gols

## ÍNDIO TRAZIDO DA BOLÍVIA LEVA AMÉRICA À FINAL



CHEGOU O NOVO i30. A NOVA GERAÇÃO DO MAIOR SUCESSO DA HYUNDAI.

VEJA NA PÁGINA 7







**Editor**  
Everton Dantas (Interina: Louise Aguiar)

**E-mail**  
evertondantas@novojornal.jor.br

**Fones**  
84 3342.0358 / 3342.0350

/ MORTES NA UTI /

## PROMOTORIA PEDE PRISÃO DE MÉDICA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO** do Paraná protocolou ontem novo pedido de prisão preventiva da médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de provocar a morte de pacientes em uma UTI de Curitiba. Virgínia e outras sete pessoas foram denunciadas sob acusação de homicídio qualificado e formação de quadrilha por sete mortes ocorridas na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, que a médica chefiava desde 2006. Ela nega as acusações.

A médica foi presa em caráter provisório no dia 19 de fevereiro, quando ainda trabalhava no hospital, e permaneceu detida até a última quarta-feira, quando foi liberada por decisão da Justiça.

A revogação da prisão da médica, segundo o advogado de defesa Elias Mattar Assad, foi fundamentada na "falta de utilidade" da detenção. A defesa sustentou que Virgínia não exerce mais a chefia da UTI (cujo quadro de funcionários foi completamente alterado depois das prisões), tem endereço fixo e é ré primária.

A promotora, porém, defende que Virgínia deve permanecer detida pelo fato de ter sido apontada como chefe da quadrilha. De acordo com o Ministério Público, ainda há relatos de ameaças a testemunhas.

O pedido deve ser apreciado pelo juiz Daniel Avelar, da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba. O caso corre em segredo de Justiça.

/ AVIAÇÃO /

## SETOR DOMÉSTICO ENCOLHE 4% EM FEVEREIRO

FOLHAPRESS

**COM UMA OFERTA** menor de assentos por parte da TAM e da Gol, a demanda do setor aéreo encolheu 4% em fevereiro. Em janeiro, o setor já havia encolhido 0,8%.

"Devemos ter crescimento próximo de zero neste ano", diz o consultor André Castellini, da Bain & Co.

A oferta de assentos vem encolhendo há seis meses, como parte da política da TAM e da Gol de tentar elevar a ocupação dos aviões para garantir mais rentabilidade.

Na contramão das líderes, Avianca e Azul ganham mercado, com a oferta de assentos e aumento de demanda.

A Azul cresceu 10,6% em fevereiro e, junto com Trip, já tem 16,8% do mercado. A Avianca cresceu 33% e já tem 6,9% de participação.

Apesar de reduzir a oferta em 12%, a TAM cresceu 2,5% e encerrou fevereiro com 41,6% de participação. Já a Gol perdeu mercado, ficando com 34% a oferta caiu 5,8% e demanda, 4,8%.

# DORMINDO COM O PERIGO

/ RISCO / CONSTRUTORA RESPONSÁVEL POR PRÉDIO CONDENADO EM PONTA NEGRA NÃO É ENCONTRADA E VIZINHOS DORMEM EM SUAS CASAS MESMO SOB PERIGO DE DESABAMENTO

**RENATO LISBOA**  
DO NOVO JORNAL

**MESMO COM SUAS** casas inderditadas pelo Corpo de Bombeiros, dois vizinhos de um prédio que está ameaçado de desabar, em Ponta Negra, dormiram em suas casas na noite de ontem. Eles se queixam da ausência de representantes da empresa Cral Construção e Empreendimentos para viabilizar uma morada provisória. O prédio, com endereço na rua Estrela do Mar (rua marginal à Avenida Praia de Pitangi - Rota do Sol) foi interditado por volta das 15h e, durante a noite, muitos curiosos passaram pelo local.

O porteiro Itárcio Bezerra, 44 anos, morador de uma casa localizada logo atrás do prédio interditado, na Rua das Algas, estava em busca de informações com a vizinhança para ver como faria para entrar em contato com os representantes da Cral. "Eu vim anotar o número do endereço,



► Itárcio dormiu ontem na sala de casa com medo de o vizinho prédio desabar

mas nem isso tem. Por dedução, acrescentei quatro unidades à casa vizinha para poder chegar a uma localização que eu penso ser a certa", fala ele, que foi de bicicleta verificar a informação.

Já em sua casa, na Rua das Algas, Bezerra mostrou o lugar onde pretendia dormir, na sala. Ele acredita que ali está seguro,

em caso de desabamento do prédio condenado.

Vizinho de Bezerra, o bancário Sérgio das Chagas também aguarda "uma satisfação da Cral". Andando na calçada com dois cachorros de estimação, Chagas cita os dois para fazer uma representação de como deveria ser a assistência. "Se eu estou passeando

com meus cachorros e, acidentalmente, um deles te morde, eu tenho de te dar satisfação, informar se ele é vacinado, levar você até um médico. A construtora não fez nada disso com a gente. Até agora estou esperando um advogado, engenheiro ou qualquer outra pessoa que fale por ela", reclamou.

Vizinho de uma das casas interditadas, o empresário Felson Damásio Dantas reclama também dos órgãos reguladores, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). "Se estava sendo construído, deveria ter a fiscalização do Crea. Eu gostaria de saber o que o órgão tem a dizer sobre a obra", disse Dantas.

Descumprindo uma obrigação legal, não havia nenhuma placa com informações técnicas como engenheiro responsável, anotação de responsabilidade técnica e alvará de construção.

► **MAIS EM CIDADES 17**

/ JUSTIÇA /

## TRF cassa prisão domiciliar do ex-juiz Nicolau

FOLHAPRESS

O **EX-JUIZ NICOLAU** dos Santos Neto, 84, deverá voltar para o regime fechado, segundo decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que inclui São Paulo, divulgada ontem. Dois juízes federais votaram a favor da recondução de Nicolau à prisão e uma juíza foi contra.

No entendimento do TRF, a Polícia Federal poderá levar Nicolau para a carceragem a qualquer momento.

A volta à prisão só pode ser suspensa caso ele obtenha alguma decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça. O advogado de Santos Neto, Celmo Assis Pereira, classificou a decisão de absurda e diz que vai entrar com uma reclamação no próprio TRF e um recurso no STJ.

O ex-juiz está preso em casa, no Morumbi (zona sul de São Paulo), desde 2007.

Em 2006, ele foi condenado a 26 anos de prisão. A Justiça decidiu que Nicolau foi o principal responsável pelo desvio de R\$ 169,5 milhões durante a construção do fórum trabalhista.

O juiz federal que relatou o caso no TRF, Luiz Stefanini, citou quatro razões para revogar a pri-

são domiciliar.

Segundo ele, um juiz da vara de execução penal não poderia ter concedido a prisão domiciliar, como ocorreu com Nicolau. O fato de ele ter mais de 80 anos não garante o direito à prisão domiciliar. Esse regime só pode ser concedido a quem esteja cumprindo pena em regime aberto, o que não é o caso do ex-juiz.

Finalmente, o estado de saúde de Nicolau não é tão grave para que ele fique em casa, tudo segundo Stefanini.

O juiz cita um laudo médico de 2012: "Em relação ao exame psiquiátrico anterior, houve me-

lhora nos aspectos depressivos, expressa na aparência, postura corporal, fluência verbal e psicomotricidade. Portanto, [...] não se justifica a prisão domiciliar".

**OUTRO LADO**

O advogado Assis Pereira afirma que o próprio laudo faz ressalvas à idade e alerta sobre o risco de a depressão de Nicolau aumentar com "mudanças drásticas".

Ele afirma que o ex-juiz tem ainda pressão alta e dificuldades de locomoção. "A carceragem da PF não tem como atender alguém nesse estado."

/ PETRÓLEO /

## Senado questiona no STF a suspensão de lei dos royalties

FOLHAPRESS

O **PRESIDENTE DO** Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ingressou ontem com um recurso no STF (Supremo Tribunal Federal) para questionar a decisão da ministra Cármen Lúcia de suspender a lei que estabelece nova distribuição dos royalties do petróleo.

Na semana passada, sem aguardar a análise do plenário, a ministra determinou a suspensão da lei que muda a divisão dos recursos, atendendo aos Estados produtores de petróleo.

Rio e Espírito Santo recorreram ao STF contra a lei porque são os dois principais produtores e perdem bilhões de reais com a mudança.

A lei dos royalties, suspensa pela ministra, foi promulgada na semana passada, após o Congresso derrubar o veto da presidente Dilma.

No recurso, elaborado pela Advocacia do Senado, Renan pede que o plenário do STF reverta a decisão e acusa o tribunal de ter agido como "instância revisora".

"O Supremo Tribunal Federal não pode se constituir em instância revisora das decisões políticas do Poder Legislativo, sob pena de subverter a harmonia e a independência dos Poderes da República", diz o recurso.

Renan também afirma que a ministra não notificou o Congresso para prestar informações a respeito de sua decisão e que

não poderia ter decidido a questão sozinha.

No tribunal, não é comum uma decisão provisória (liminar) concedida individualmente em ações que questionam a constitucionalidade de uma lei. Normalmente, o relator deixa para o plenário avaliar a necessidade de liminar.

Renan ainda questionou o mérito da decisão da ministra ao afirmar que o Congresso, ao derrubar os vetos da presidente Dilma, tinha o objetivo de assegurar aos Estados, aos municípios e ao Distrito Federal "participação nos resultados (natureza remuneratória) e compensação pela exploração do petróleo e do gás natural, bens de pro-

priedade da União".

"Eles deixarão de receber os recursos a eles democraticamente destinados enquanto perdurarem os efeitos da medida liminar", diz o recurso do Senado.

O Legislativo, segundo Renan, tem a "prerrogativa precípua" de definir e alterar as regras de distribuição dos royalties por levar em consideração questões como "variações de produção e preço do barril de petróleo".

Cármen Lúcia disse, na semana passada, que decidiu individualmente porque a medida trazia risco financeiro para os Estados. Para ela, a questão era urgente. Até o final da noite de ontem a ministra não havia se pronunciado sobre o recurso.

/ PROJETO /

## SENADO PODE APROVAR HOJE LEI DAS DOMÉSTICAS

FOLHAPRESS

**ESTÁ PREVISTA PARA** hoje a segunda e última votação, no Senado, da proposta que amplia os direitos das empregadas domésticas brasileiras.

Na semana passada, o texto foi aprovado pelos 70 senadores presentes. Não houve nenhum voto contrário ou abstenção - o que não é comum no Senado.

Como já passou pela Câmara, se aprovado na segunda votação do Senado ele segue direto para a promulgação. Por ser uma emenda à Constituição, não passa por sanção presidencial.

A proposta concede novos direitos aos empregados domésticos, como adicional noturno, hora extra, jornada máxima e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Passam a ter direito aos benefícios todos que prestem serviços domésticos, como jardineiros, motoristas, cuidadores de idosos e babás.

A nova lei deixa de segregar os direitos dos domésticos em relação a outros trabalhadores. Eles passam a ter jornada de trabalho máxima de 8 horas diárias e 44 horas semanais, indenização de 40% do saldo do FGTS em caso de demissão sem justa causa e seguro-desemprego.

A proposta também prevê auxílio creche e pré-escolar para filhos e dependentes até cinco anos de idade, assim como seguro contra acidentes de trabalho e licença maternidade de quatro meses.

/ TECNOLOGIA /

## VENDAS DE TABLETS CRESCEM 171% EM 2012

FOLHAPRESS

O **MERCADO DE** tablets cresceu 171% no Brasil no ano passado, com a venda de 3,1 milhões de unidades, segundo dados divulgados ontem pela consultoria de tecnologia IDC.

Somente no quarto trimestre de 2012, o volume comercializado, de 1,1 milhão de equipamentos, equivale ao total vendido durante todo o ano de 2011.

De acordo com a consultoria, a redução nos preços dos dispositivos impulsionou as vendas no mercado nacional. No ano passado, 50% dos aparelhos vendidos no país custaram menos de R\$ 500.

Do total de tablets vendidos em 2012, 88% foram para usuários domésticos e 12% para empresas. Os dois segmentos apresentaram expansão: de 159% e 303%, respectivamente.

A IDC prevê que sejam vendidos 5,8 milhões de tablets neste ano, um crescimento de 89,5% em relação a 2012.



# Principal

# NÃO FAÇA O QUE EU DIGO

**/ PREFEITURA /** CARLOS EDUARDO IGNORA RECOMENDAÇÃO FEITA A SECRETÁRIOS NO INÍCIO DA GESTÃO E AUTORIZA RENOVAÇÃO DE ALUGUÉIS FIRMADOS NA ÉPOCA DE MICARLA DE SOUSA, CUJOS CONTRATOS FORAM ALVOS DE CRÍTICAS DO PRÓPRIO PREFEITO

**DINARTE ASSUNÇÃO**  
DO NOVO JORNAL

**OS CONTRATOS DE** aluguel de imóveis da gestão da ex-prefeita Mícarla de Sousa, alvo de críticas do seu sucessor, Carlos Eduardo Alves, estão sendo renovados pelo mesmo valor ou com acréscimos, contrariando recomendação do próprio prefeito, que pediu aos secretários que tentassem revisar os dispositivos para um valor abaixo do que foi herdado da administração passada.

Na atual gestão, já foram renovados pelo menos 13 contratos, cujos valores chegam a R\$ 1.922.662,00, segundo o setor de contratos disponibilizado pelo Executivo no portal da transparência. Desse total, nove foram renovados pelo mesmo valor e três tiveram acréscimo. Apenas o contrato da Secretaria de Educação, no Novotel, baixou de R\$ 80,5 mil mensais para R\$ 75 mil.



**Carlos Eduardo: após críticas, contratos renovados**

A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (Semtas) lidera no número de contratos. A pasta renovou oito dispositivos. Chama atenção o novo valor que o erário vai pagar pelo imóvel onde a própria secretaria funciona. O contrato, que havia sido atualizado pela última vez em 26 de junho de 2012, passou de R\$ 18 mil para R\$ 28 mil mensais, um acréscimo de 55%. Ao todo, esse contrato, assinado em 1º de março deste ano, é de R\$ 336 mil e tem vigência de um ano.

Outro contrato revisado para cima foi o do imóvel no qual opera a Casa de Ofícios da Região Oeste, nas Quintas. O credor agora vai receber R\$ 6 mil mensais, ante aos R\$ 4,8 mil que vigoraram até fevereiro. Os demais contratos mantiveram o valor firmado no último ano da gestão Mícarla. Neles operam diversos núcleos para a assistência a que a secretaria se pretende. No total, as renovações contratuais da Semtas atingem R\$ 629.578,16.

A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Semsur) também vai pagar a mais pelo prédio que a abriga. Na renovação do contrato neste ano, os valores passaram de R\$ 16.470,00 para R\$ 18.164,00 mensais. Por outro lado, a Saúde vai bancar as mesmas cifras para continuar no Novotel. O valor de R\$ 60,4 mil foi mantido. A diferença é o prazo: seis meses.

O controverso contrato de locação do Novotel para abrigar duas secretarias (Saúde e Educação) ainda na gestão de Mícarla de Sousa foi alvo



**Antigo Novotel: mesmo após polêmica e críticas, contrato foi renovado**



**Sede da Semthas: aluguel subiu de R\$ 18 mil para R\$ 28 mil mensais**

de críticas do prefeito Carlos Eduardo Alves. Mas agora foi renovado nos mesmos moldes, com dispensa de licitação. A justificativa, e daí o contrato ser de seis meses, é que estão sendo procurados imóveis para abrigar as duas pastas.

Ambas as secretarias operavam no prédio do Ducal, em Cidade Alta. Os proprietários do edifício chegaram a ser contatados por interlocutores da atual gestão, mas um acordo fechado com o Tribunal de

Justiça inviabilizou a locação ao poder público municipal. A Secretaria de Saúde renovou ainda contrato no valor de R\$ 22.645,00. Não foi especificada a localização e a finalidade do aluguel.

Além dos dois aluguéis do Novotel, outro contrato de temporalidade atípica é o do prédio onde está baseada a Procuradoria Geral do Município. Localizado à Rua Mossoró, o edifício de quatro pavimentos está locado por cinco anos pelo

valor de R\$ 1,2 milhão. Em 2013, serão despendidos R\$ 240 mil em sua locação.

## DESCENTRALIZADO

Ao longo da semana, o NOVO JORNAL tentou levantar o número exato que o poder público municipal gasta com locação de imóveis, mas não foi possível. O explicado pela assessoria de imprensa do prefeito Carlos Eduardo é que as informações são descentralizadas, ou seja, cada pasta é que responde por seus contratos. Ao mesmo tempo, foi sugerido que se buscasse as secretarias de Administração, Planejamento ou Controladoria, acrescentando-se que nelas poderiam estar concentradas as informações. Mas não estão.

Dossiê elaborado em junho de 2011 pela ex-vereadora Sargento Regina detectou que a prefeitura estava custeando ao mês R\$ 517 mil em 110 aluguéis. O documento serviu de base para que fosse aberta uma Comissão Especial de Inquérito na Câmara de Vereadores, ampliada depois para outros contratos da gestão da então prefeita Mícarla de Sousa. Regina alertou à reportagem, entretanto, que ali não constavam todas as locações firmadas pelo Executivo. "Eram os principais", definiu.

No mesmo levantamento que apurou a situação dos contratos renovados, a reportagem detectou que há pelo menos R\$ 500 mil em locações que podem ser renovadas só na Secretaria Municipal de Saúde. Na Educação, eles somam pelo menos R\$ 290 mil.

## SECRETARIAS ALEGAM DIFICULDADE DE ENCONTRAR IMÓVEIS

Através de assessoria de imprensa, algumas pastas se manifestaram sobre o assunto. A Semtas informou que até buscou alternativas para uma transferência de sede. Fez isso através de uma pesquisa de mercado. No entanto, não encontrou nenhuma opção que tivesse uma relação custo-benefício melhor que a do prédio que já abriga a pasta há vários anos. Ora as opções eram edifícios com aluguel mais caro, ora os prédios oferecidos não se adequavam às necessidades da secretaria, ficando aquém de comportar sua estrutura e corpo de servidores, além de ter uma localização que dificultaria o acesso ao órgão pelo seu público-alvo (pessoas em situação de vulnerabilidade social). Por essa razão, e para não comprometer os serviços e os atendimentos da Secretaria, a opção foi por permanecer no mesmo imóvel.

A nota encaminhada salienta ainda que a Semtas é responsável por quatro importantes políticas sociais: Assistência Social, Trabalho, Segurança Alimentar e ainda está absorvendo as atribuições da Secretaria Municipal da Mulher.

Por fim, o texto assinala que não houve propriamente uma renovação do aluguel da atual sede. "Isto porque o aluguel anterior expirou em dezembro do ano passado e havia débitos de R\$ 125 mil, em mensalidades deixadas em aberto pela administração anterior. Diante disso, a atual gestão da pasta fez um novo contrato com o dono do imóvel e assumiu os pagamentos do atual contrato de aluguel", diz o texto.

A Semsur contrariou as informações disponibilizadas no portal da transparência e rebateu dizendo que "não houve reajuste no atual contrato de locação do prédio que sedia a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Continua em vigor o contrato firmado na gestão anterior".

Em relação às Secretarias de Educação e Saúde, a nota destaca que a decisão de permanecer no imóvel que as abriga há quatro anos se deu por motivos semelhantes ao da Semtas: a dificuldade de encontrar prédios que conciliem boas condições de custo e aspectos funcionais e a decisão de evitar o comprometimento dos serviços essenciais oferecidos pelas duas pastas. "De toda forma, não houve majoração no aluguel para a SMS e a SME ainda reduziu seus custos", conclui o texto.

## VEREADORES COMENTAM ATITUDE DO PREFEITO

A Júlia Arruda (PSB), que presidiu a CEI dos Contratos, na gestão Mícarla de Sousa, lembrou que não foram os valores que se tornaram objeto de investigação, exceto o do Novotel, mas sim a duplicidade de contratos e a locação de imóveis que não eram utilizados.

"Assim, espero que essa gestão não dê continuidade àquilo que identificamos. Quanto aos valores, apenas o do Novotel foi suspeito, pelas circunstâncias nas quais ele foi alugado", destacou a parlamentar.

Arruda salientou ainda que a recomendação do prefeito Carlos Eduardo a seus secretários é um passo importante para mudar o panorama. "Penso que o que ele recomendou deveria ser seguido".



**George Câmara sobre Novotel: prefeito tem que se explicar**

Para George Câmara (PCdoB), entretanto, há de se observar que o prefeito não tem autoridade sobre os locatários. "Ora, o prefeito não tem poderes para obrigar os donos dos prédios a



**Júlia Arruda espera que atual gestão não dê continuidade a erros**

alugarem em conformidade com sua orientação", disse.

Indagado sobre o que pensa a respeito da renovação do contrato do Novotel, ele disse que "o prefeito que tem que se

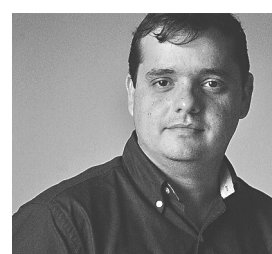
explicar. É preciso ver quais critérios foram adotados nessa renovação antes de emitir juízo", afirmou.

## BUROCRACIA

Durante a apuração desta matéria, a reportagem tentou acessar os documentos da CEI dos Contratos, que se encontram no arquivo da Câmara Municipal de Natal.

Contrariando o texto constitucional e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação, a reportagem foi impedida de ter acesso aos documentos, que são públicos.

Conforme a orientação, apenas pessoas da Casa poderiam ter acesso ao material. Ainda assim, não houve êxito junto ao gabinete de um vereador que se dispôs a ajudar e enviou requisição à presidência da Câmara.



**Editor**

Viktor Vidal

**E-mail**

viktorvidal@novojournal.jor.br

**Fones**

84 3342.0358 / 3342.0350

### MP RECOMENDOU REVISÃO DE CONTRATOS A CARLOS EDUARDO

Em encontro recente com o prefeito Carlos Eduardo Alves no início do ano, o Ministério Público recomendou a revisão dos contratos, incluindo os de aluguel, da prefeitura. Os promotores entregaram uma lista com várias recomendações ao prefeito em relação à gestão. A promotora do Patrimônio Público citou nominalmente os contratos com o Novotel Ladeira do Sol pedindo até a reavaliação econômica dos acordos. Durante a gestão Mícarla de Sousa o MP chegou a pedir a anulação dos contratos em meio à Comissão Especial de Inquérito (CEI) dos contratos, que terminou sendo esvaziada por pressão da bancada de apoio da ex-prefeita.

A reportagem também procurou o Ministério Público para questionar o acompanhamento dos contratos firmados pela gestão atual, mas o procurador geral de Justiça, Manoel Onofre Neto, não atendeu os celulares.

### NÚMEROS

**13** Contratos de aluguéis foram renovados.

**9** mantiveram o valor do ano passado

**3** tiveram aumento

Apenas **1** imóvel teve redução

**R\$ 1.922.662,00** é a soma dos dispositivos.

A Semtas lidera com **8** contratos que perfazem R\$ 629.578,16.



# Opinião

► rodaviva@novojornal.jor.br

## RODA VIVA

CASSIANO ARRUDA CÂMARA

### “FELIZ É NATAL”

Além da capa com Carol, “Narizinho do Pânico”, clicada pelo natalense Renam Rego, a “Playboy” chegou às bancas abrindo duas páginas para a crônica de Márcio Nazianzeno, “Feliz é Natal”, chegando a conclusões controvertidas: “Mulher em Natal é mais sem vergonha do que homem”, ou “na capital do Rio Grande do Norte tem muita fêmea pra pouco macho”; um canto à liberação e veneno das mulheres daqui.

O autor é redator publicitário, defendeu as cores da Arte & C Comunicação e joga no time dos Novos Escritas.

### MOBILIDADE, AFINAL

Ainda nem se falava em “mobilidade urbana” com tanta insistência, há bons sete anos (antes mesmo da definição da Copa), quando Natal habitou-se a realizar obras do programa Protransporte, financiadas pelo Governo Federal. Uma disputa entre a então governadora Wilma de Faria e o prefeito Carlos Eduardo deixou o dinheiro destinado às obras da Zona Norte mofando na Caixa Econômica (com os juros sendo cobrados, evidentemente), cada um querendo ficar com a obra. Depois de três anos e meio, da administração Micarla de Souza, a Prefeitura abriu a obra para o Governo do Estado, que redimensionou os projetos. Hoje – finalmente – será realizada a concorrência pública, de tais obras, que inclui a pavimentação da avenida Moema Tinoco que liga a Ponte Forte-Redinha à BR-101. Se não houver um imprevisto, a obra será iniciada até junho. - Amém.

### PEC DAS EMPREGUETES

Da colunista Danuza Keão: “Essa PEC das Empregadas precisa ser muito discutida; como foi mal concebida, assim será difícil de ser cumprida, e aí todos vão perder”. E chega à conclusão: Se essa PEC não for bem discutida pode terminar em desemprego”.



### VAMOS AO TEATRO

Por conta do Dia do Teatro, que se comemora amanhã, o Governo do Estado inicia, hoje, uma série de eventos, nos seus dois teatros da capital – Alberto Maranhão e de Arte Popular – com apresentações de diferentes tribos: Orquestra Sinfônica do RN, Companhia Bagana, de Mossoró e o grupo de teatro do Colégio CEI

### RETRATO DO ESTADO

Segundo levantamento do IBGE, realizado no ano passado, para cada grupo de 59 habitantes do Rio Grande do Norte, um é funcionário público estadual, ou 1,72% da população é formada por servidores na ativa.

Num ranking nordestino, nosso Rio Grande do Norte ocupa a quinta posição nesse campeonato.

Mas, se for feita a adição dos aposentados e pensionistas, esse número passa dos cem mil.

Até aí, tudo bem.

O problema se torna mais complicado na hora de projetar outros indicativos deste universo.

Começando pela participação deste grupo, no Orçamento do Estado, consumindo mais da metade do Orçamento do Estado. Uma situação que se mostra ainda mais aguda quando se faz um corte na divisão desses recursos e se constata que apenas 10% dos servidores estaduais são responsáveis por quase 90% da folha de pagamento, enquanto 90% dos funcionários consomem somente 10% dos recursos destinados a pessoal.

Quando alguém se propõe a fazer uma pesquisa nos assuntos noticiados pela mídia norte-rio-grandense, nos diferentes meios de comunicação, vai chegar a um quadro ainda mais preocupante: Mais de 60% do noticiário é ocupado com assuntos de interesse desse grupo de habitantes. Nove fora as reivindicações diretas (salários e vantagens – ditas “conquistas”) o mais preocupante é observar que as questões mais importantes, como saúde, segurança ou educação, terminam dando ênfase aos pontos de vista dos servidores. A maioria das reportagens de saúde, em vez de paciente, registram a ponto de vista do médico; do mesmo jeito que a segurança privilegia os agentes e policiais; assim como a educação não tem a visão do estudante, mas a do professor.

Fazer esse tipo de auto crítica é importante para entender um outro completo desvio de função: - a grande maioria dos servidores públicos não externam consciência de que o papel deles é servir ao público.

Esse tipo de conclusão se baseia na forma de tratamento do próprio assunto que passou a ser usado para cobrar – ou justificar – a necessidade de inúmeros conselhos, quase todos comandados pelos próprios servidores.

Como se observa, termina sobrando pouco tempo e espaço para que os outros três milhões e cem mil habitantes, que não estão cobertos pelo contra-cheque estadual. E essa grande maioria não parece capaz de inverter as prioridades na hora da definição da aplicação dos recursos públicos. Nosso Orçamento tem como característica principal a prioridade oferecida as atividades-meio, que é o território do funcionalismo público, ainda contemplado por um regime diferenciado em relação ao trabalhador que, no fim, carrega a carruagem burocrática.

Ainda pior é a perspectiva de mudança desse quadro, uma vez que o próprio sistema termina imobilizando os governantes eleitos democraticamente, que terminam prisioneiros de um cipal de regras (judicialização da administração pública, inclusive) que os condenam a pisar numa areia movediça capaz de garantir a perenidade desse modelo estapafúrdio.



DA DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA NA COMEMORAÇÃO DE DEZ ANOS DO GOVERNO DO PT NO BRASIL

“O RN é o estado do Nordeste onde predomina a oligarquização. É muito difícil para um partido de esquerda crescer nesse contexto de fisiologismo”.



### NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

Duas estatísticas publicadas na Folha de S. Paulo de domingo: 1 – Natal é a cidade onde mais crescem os homicídios de crianças e adolescentes, 952% nos últimos dez anos; 2 – Natal fica em 14º lugar, no Brasil nas estatísticas de homicídio no mesmo período com 40,6 para cada grupo de 100 mil habitantes.

### PACTO ROMPIDO

A abertura de um inquérito para apurar possíveis irregularidades nas gastos da Assembléia, está sendo interpretado como a quebra de um pacto de não agressão que vinha sendo praticado já há algum tempo, entre o Ministério Público e o Poder Legislativo. Setores do Legislativo estranham que a investigação tenha sido centrada nas despesas com verbas alimentares, prática também adotada para beneficiar o próprio MP.

### RISCO DE INTOLERÂNCIA

A campanha contra o pastor/deputado Marco Feliciano, acusado de homofóbico e racista, pode contaminar outros meios com atos de intolerância. Na nossa Câmara Municipal, o presidente Albert Dickson, foi derrotado num projeto concedendo o título de cidadão natalense ao pastor Rodovalho, também tido como homofóbico. A praxe na casa é aprovar tudo que é título de cidadania...

### TEMPO DE MILHÕES

A ISEC, securitizadora da CHB, fechou o primeiro bimestre com treze operações, movimentando recursos da ordem de R\$ 359 milhões, perfazendo quase metade dos negócios do setor em todo o Brasil neste começo do ano, o que a coloca entre as três primeiras no mercado nacional.

### CONCEITO EQUIVOCADO

Em pré-campanha de reeleição, a presidente Dilma Rousseff, esta semana, em Brasília, no Congresso dos Trabalhadores na Agricultura, prometeu mudar a reforma agrária garantindo “terras de qualidade”. Bem que a presidenta poderia, antes de fazer o que promete, visitar o Assentamento Eldorado dos Carajás II, com a desapropriação de 20 mil hectares de algumas das melhores terras agriculturáveis do planeta, há quase dez anos, mas a maioria dos assentados não está conseguindo tirar o seu sustento da terra, continuando pensionista do governo.



Editor  
Carlos Magno Araújo

E-mail  
carlosmagno@novojornal.jor.br

Fones  
84 3342.0358 / 3342.0350

## Editorial

### Geração perdida

A Folha de S. Paulo registrou domingo, numa de suas reportagens especiais, uma realidade que faz algum tempo é do conhecimento local, e que ainda assim permanece à espera de uma explicação. Com base nos dados mais recentes do Mapa da Violência, o jornal paulista concluiu que Natal é a capital do país que contabilizou maior aumento nas mortes de crianças e adolescentes no período entre 2000 e 2010 – quase mil por cento.

Há pouco mais de duas semanas os juizes da Infância e da Juventude da capital denunciaram – e a imprensa local destacou – a suspeita de que haja um grupo de extermínio especializado em executar jovens. Chegaram a essa conclusão por inúmeras razões.

Os magistrados levantaram vários casos que reforçavam as desconfianças, como de jovens infratores mortos exatamente no período em que seriam ouvidos pela Justiça.

As suspeitas dos juizes foram encaminhadas pelo Ministério Público e para a polícia, a fim de que, por meio de investigações mais aprofundadas, seja possível construir um diagnóstico mais preciso acerca do que supõem estar ocorrendo.

A reportagem levantada pelo jornal de São Paulo só reforça a importância de as autoridades mergulharem a fundo nesse problema a fim de apresentar uma resposta à sociedade. É necessário identificar as razões que estão levando a este morticínio juvenil.

A taxa de homicídios de crianças e adolescentes – até 19 anos – subiu na cidade de 2,9 para 30,5 por 100 mil jovens, entre 2000 e 2010, o que representa aumento de 952%. Foi o maior do Brasil neste período.

Em números absolutos, porém, a capital onde mais se mata jovens no país, segundo o Mapa da Violência analisado pela Folha, é Maceió. A taxa de homicídios de jovens lá é de 79,8 por 100 mil, dados de 2010. Nesse ponto – com seus 30,5 –, Natal ocupa a décima posição no ranking nacional, o que não chega a ser consolo.

O quadro, independente da perspectiva pela qual se veja, é grave. Em nível regional, para se ter ideia, dos dez primeiros colocados nada menos do que seis estão no Nordeste (Maceió, João Pessoa, Salvador, Recife, Fortaleza e Natal).

São dados que exigem ação e prioridade dos órgãos que tratam do assunto. O jornal paulista diz que governo, justiça e MP estão tomando providências em busca da redução destes números no RN. Porém, além disso, é urgente que se identifiquem os motivos pelos quais essa juventude está sendo morta. E principal: quem está por trás dessa matança?

## Artigo

SHEYLA DE AZEVEDO

Jornalista ► azevedo.sheyla@gmail.com



### Só obrigações

Enquanto saía no noticiário a aprovação em 1º turno no Senado Federal da PEC das Domésticas, que vai igualar seus direitos trabalhistas à outras profissões, permitindo que sejam respeitadas as 8 horas de trabalho, pagamento de hora extra e adicional noturno, bem como recolhimento de FGTS, dentre o total de 16 benefícios, eu ouvia a seguinte pérola: “Ninguém mais vai poder contratar. É um absurdo. Gente que vem trabalhar na casa dos outros não pode reclamar nem ter os mesmos direitos porque não tem qualificação”. Nem vou entrar no mérito dessa postura equivocada e escravocrata do meu interlocutor porque, primeiro, parto do princípio de que não deveria existir discriminação a nenhuma classe trabalhadora. A burguesia brasileira é engraçada. Não consegue lavar as próprias cuecas, mas também não sabe reconhecer o valor desse tipo de trabalho.

Mas, se por um lado a conquista de direitos da classe de trabalhadores domésticos é algo necessário, pensando sobre a questão da educação e da “qualificação profissional”, tenho cá minhas dúvidas de que estejamos a caminho de grandes conquistas. Porque assim como tem gente que defende que empregada doméstica só deveria ter o “direito” de ser explorada e escravizada, os grupos de dominação política e econômica do país alimentam há anos empecilhos e “muralhas” para que a grande maioria dos brasileiros não tenha realmente acesso à educação de qualidade, assim como também à formação de sua cidadania e, por conseguinte, de criar senso crítico para exigir seus direitos básicos, criar cidadania política e autonomia intelectual para conseguir ler a realidade e se organizar enquanto sociedade com poder de transformação desses velhos paradigmas. Tenho certeza de que parece até que eu estou falando grego, tamanha a distância entre esses conceitos e a realidade educacional brasileira.

Pode até ser que uma ou outra pessoa não busque qualificação profissional por opção e acomodação. Mas, a imensa maioria não o fez ou não o faz simplesmente porque não tem chances.

Suponhamos que o direito à educação fundamental já esteja consolidado. Porém, quando chegamos ao ensino médio, a coisa muda de figura. Segundo o Censo do Inep/MEC de 2011, são quase 8,4 milhões de alunos matriculados nessa fase do aprendizado. Desses, 87% se encontra no ensino público estadual ou municipal. A maior parte deles estuda à noite, o que significa que, provavelmente já trabalha. Aliando-se aos baixos salários e acúmulo de horas de trabalho dos professores eu pergunto: como fica o aprendizado e a “qualificação”? Como é possível chegar ao Ensino Superior? Apenas 9% dos jovens que cursam ensino médio chegam à universidade (Pnad). Não se engane, caro leitor, aqueles que reclamam da falta de qualificação, estão reproduzindo a lógica cruel de que gente pobre não tem direito, só obrigação.

### ZUM ZUM ZUM

► O ministro Garibaldi e o deputado Henrique Alves passaram o fim de semana fazendo campanha eleitoral, em Caiçara do Rio do Vento e Serra do Mel. Eleição fora de época.  
► Nunca antes na história dos campeonatos de futebol uma goleada do ABC foi tão comemorada pelo América. O time do Assu, goleado, deixou o Mecão

na final do turno.  
► No calendário promocional, o dia de hoje aparece como sendo o Dia do Cacau.  
► Afinal, Neymar entra ou não entra na seleção brasileira?  
► O ministro Garibaldi Alves marcou presença na convenção do PSDB municipal que elegeu Aroldo Alves e

Dickson Junior, como presidente e secretário do PSDB de Natal.  
► Para atender a demanda reprimida e mais de 1.600 candidatos, o Detran mandou uma força para zerar os exames de concessão de carteira de motorista em Mossoró em 5 dias.  
► O advogado Alexandre Pinto lança hoje, no fim da tarde, na sede da OAB,

seu livro “Direito do Trabalho Aplicado”  
► Faz 50 anos, hoje, que a Assembléia Legislativa ratificava a criação de 18 municípios em diversas regiões..  
► Os médicos Haroldo Ferreira, Rosângela Moraes, Jorge Taerap, e o fisioterapeuta Antônio de Aquino, nos 40 anos de Walfredo nostram como “superam as dificuldades”.

Seguro como poupança.

Mas com rendimento bem melhor.

Faça uma LCI da CHB.

rende até 50% a mais do que a nova poupança\*

mesma segurança da poupança sem taxas, sem tarifas

isenção de imposto de renda\*\*

possibilidade de resgate mensal ou ao final do prazo

LCI CHB  
Letra de Crédito Imobiliário

4009.4800  
www.chbcredito.com.br



COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA

\* dependendo do valor e do prazo \*\* para pessoa física



## Painel

VERA MAGALHÃES

Da Folha de São Paulo ▶ painel@uol.com.br



## É a economia

Em seu discurso cordial na forma, mas cheio de recados no conteúdo, ontem, Eduardo Campos esboçou o caminho que adotará caso venha a ser candidato à Presidência para não soar como opositor de Dilma Rousseff e do PT. Ao fazer a distinção entre os avanços sociais dos últimos dez anos e a falta de paralelo na economia, o que poderia levar a “retrocesso”, o governador prepara o terreno para se proclamar mais apto a gerir o legado de Lula, do qual também se dirá herdeiro.

## SINCRETISMO

Suando em bicas, Fernando Bezerra (Integração) disse que vivia um bom dilema por ser ministro de Dilma, mas indicado por Campos. “Sou um homem feliz e realizado de servir à senhora e ao meu governador”.

## COFRE ABERTO

De olho na cobrança de Campos pelos resultados econômicos, o governo quer anunciar dinheiro vivo para agricultores atingidos pela seca na reunião do dia 2 de abril, em Fortaleza.

## PREVENTIVO

O anfitrião do encontro, Cid Gomes (PSB), sugeriu que o governo amplie o prazo do programa Garantia Safra, para que não haja corte de repasses antes do próximo período de estiagem, previsto para o meio do ano.

## QUE TRAZES?

A ida de Dilma à África do Sul deve empurrar para depois da Páscoa as conversas com PTB e PR sobre a reforma ministerial.

## REFORÇO 1

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) aproveitará a visita do papa Francisco ao país, em julho, para engrossar a campanha contra mudança no Código Penal que flexibilize a legislação sobre o aborto.

## REFORÇO 2

A entidade quer tornar “midiático” o debate no evento que deve atrair dois milhões de jovens ao Rio. Em paralelo, comissões diocesanas protocolarão nas Assembleias Legislativas propostas que garantam a “inviolabilidade da vida humana desde a concepção”.

## TURBO

O plano de metas que Fernando Haddad apresentará hoje ao “Conselhão” vitamina as subprefeituras, foco de tensão entre a base governista e o prefeito. O projeto prevê a implanta-

ção de praças de atendimento e agências de desenvolvimento nas 31 administrações e na de Sapopemba, a ser criada.

## CELOFANE

As metas foram agrupadas por cinco “eixos de articulação territorial”, com nomes que remetem à propaganda eleitoral de 2012, como reordenação da fronteira ambiental, requalificação do centro e o Arco do Futuro.

## MEDIAÇÃO

Na tentativa de evitar disputa pela direção do PT-SP, o atual presidente, Edinho Silva, propôs acordo entre os candidatos Emídio de Souza e Vicente Cândido. Assim, o ex-prefeito de Osasco assumiria a sigla e o deputado seria coordenador da campanha em 2014.

## SEM NUVENS

O iminente pacto traz alívio a Haddad, que enxergava na candidatura de Cândido um desafio a ele. Haddadistas entendem que o deputado lidera a ala de petistas que se rebelou para cobrar espaço no governo.

## PAGANDO...

Após reunião da direção nacional ontem, o PT decidiu manter a pré-candidatura do senador Lindbergh Farias ao governo do Rio pelo menos até o fim do ano.

## ... PARA VER

Petistas consideram que o rompimento com o PMDB no Estado, que deve lançar Luiz Fernando Pezão, não compromete o palanque de Dilma, já que é dada como certa a repetição da chapa com Michel Temer.

## CAUÇÃO

O problema é que o próprio Lindbergh quer ter garantias de que, passado o prazo-limite para troca de partido, o PT manterá o endosso à sua candidatura.

## TIROTEIO

“ Nós, do PSDB de São Paulo, temos a obrigação de retribuir a Aécio o apoio que ele deu a Alckmin, em 2006, e a Serra, em 2010.

DO DEPUTADO ORLANDO MORANDO, ex-coordenador de campanha de Serra à prefeitura, ironizando a tentativa de unificar o partido em torno do mineiro.

## CONTRAPONTO

## SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO

Técnicos do Ministério da Saúde apresentavam a Dilma Rousseff sistema de monitoramento de atendimento em pronto-socorros por câmeras. A presidente viu as imagens e, ao notar idosa aparentemente desmaiada em cadeira de rodas numa sala de hospital de Porto Alegre, indagou:

– O que é isso? Liguem agora para o diretor do hospital.

Assessores se apressaram em procurar a direção da unidade. Em cinco minutos, o impasse foi resolvido. A paciente, já atendida, estava apenas aguardando carro.

– Mas a lição ficou: contra câmeras não há argumentos-- brincou um correligionário de Dilma.

## MAIS UM PECADO

/ SUPERFATURAMENTO / INVESTIGADO PELA OPERAÇÃO PECADO CAPITAL, EX-DIRETOR DO IPEM SE TORNA RÉU EM MAIS UM PROCESSO NA JUSTIÇA FEDERAL

PAULO NASCIMENTO  
DO NOVO JORNAL

A JUSTIÇA FEDERAL no Rio Grande do Norte (JFRN) recebeu mais uma denúncia contra Rychardson de Macedo Bernardo, ex-diretor geral do Instituto de Pesos e Medidas do RN (IpeRN) e mais outras oito pessoas. A ação penal resulta de um inquérito civil aberto pelo Ministério Público Federal no RN (MPF-RN) em abril do ano passado para investigar um possível superfaturamento na obra de ampliação do prédio do IpeRN, em 2008, que teve como autos da representação o Ministério Público do RN (MP-RN). Ministério Público do RN (MP-RN)

Rychardson é apontado pelo MP-RN como o chefe de um esquema de corrupção montado no IpeRN entre 2007 e 2010. Os supostos crimes foram denunciados no segundo semestre de 2011, através da Operação Pecado Capital.

O restante dos denunciados são, em sua maioria, figuras conhecidas da justiça desde a Operação Pecado Capital. Juntos a Rychardson Bernardo neste processo também estão Aécio Aluizio Fernandes de Faria (acusado também na Operação Pecado Capital), Adriano Flávio Cardoso Nogueira e Daniel Vale Bezerra – todos apontados pelo MP-RN como participantes das supostas irregularidades encontradas pela Pecado Capital.

Também foram incluídos nesta denúncia Maria do Socorro Freitas (funcionária de carreira do IpeRN), Rosângela Frassinete Ramalho (servidora pública estadual), Carlos Macílio Simão da Silva (testemunha na denúncia do MP-RN de irregularidades de Richardson na ONG Ativa), Lamark Bezerra de Araújo (sócio da L & D - Prestadora de Servi-



▶ Rychardson Macedo é acusado de chefiar esquema de corrupção no IpeRN

ços Ltda) e Deusdete Fernandes de Araújo.

Todos são acusados, com base em artigos da Lei de Licitações (8666/1993) e do Código Penal, de peculato, dispensa ilegal de licitação, falsificação de documento público, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e uso de documento falso.

A sentença, assinada pelo juiz federal Walter Nunes, além de colocar Rychardson na condição de réu em mais um processo que envolve sua gestão frente ao órgão estadual, autoriza a quebra do sigilo bancário das empresas L & D Prestadora de Serviço Ltda., EPC Engenheiros, Projetistas e Consultores Ltda. e S.S. Cons-

truções Ltda. e de duas pessoas identificadas como Resende de Oliveira e Carlos Macílio Simão da Silva, proprietário da EPC.

O juiz federal considerou, baseado na denúncia apresentada à Justiça pelo MPF-RN na segunda semana deste mês que há indícios suficientes de que as três empresas listadas, assim como Carlos Macílio da Silva e a pessoa identificada apenas como Resende de Oliveira, à primeira vista teriam praticado os crimes apontados.

“Ademais, as informações bancárias advindas da quebra do sigilo, poderão constituir prova hábil à verificação da materialidade e autoria de-

litiva, haja vista que os delitos imputados geralmente envolvem movimentação de valores por meio de instituições financeiras”, complementa o magistrado.

Nunes ainda ordena que os nove acusados sejam intimados a apresentar as suas defesas dentro de dez dias. E também destaca que seja colocado nos mandados de citação de Maria do Socorro de Freitas, Rosângela Frassinete Ramalho, Lamark Bezerra de Araújo, Deusdete Fernandes de Araújo e Carlos Macílio Simão da Silva a “necessidade de manifestação sobre a proposta de perdão judicial ofertada pelo Ministério Público Federal”.

## PROCESSOS

A denúncia feita pelo procurador da República Rodrigo Telles e acolhida pela Justiça Federal faz parte de uma série de inquéritos que tem Rychardson Macedo Bernardo como principal investigado por conta de suspeitas de irregularidades em obras realizadas em prédios pertencentes ao Instituto de Pesos e Medidas potiguar durante o ano de 2008.

Uma das investigações diz respeito à reforma e adequação para criação do Telectro do IpeRN, que é suspeita de superfaturamento, e tem como autor da representação o MP-RN. O alvo do outro inquérito é a obra de ampliação no Setor de Taxímetro do IpeRN, da qual o MPF-RN desconfia que também tenha existido uma despesa indevida de licitação. A investigação tem origem em uma representação do Tribunal de Contas da União.

Em todas as portarias que registram a instauração dos inquéritos civis o ex-diretor do Instituto de Pesos e Medidas é colocado como “possível responsável pelos fatos investigados”.

## / ELEIÇÕES 2014 /

## Dilma se encontra com Campos em PE e manda recados

FOLHAPRESS

A PRESIDENTE DILMA Rousseff usou ontem seus quase 50 minutos de discurso em Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, para enviar recados a seu provável adversário nas próximas eleições presidenciais, o governador Eduardo Campos (PSB-PE).

“Nenhuma força política sozinha é capaz de dirigir esse país com essa complexidade. Precisamos de parceiros. Precisamos que esses parceiros sejam comprometidos com esse caminho”, disse a presidente.

A presidente também anunciou, de uma só vez, R\$ 2,5 bilhões em investimentos no Estado.

Dilma referiu-se ao governador de Pernambuco como “grande parceiro, extremamente respeitado pelo meu governo”, mas não o poupou de indiretas.

Sem citar nomes, Dilma cobrou “compromissos políticos”. “Não podemos esquecer dos compromissos políticos que, ao longo da nossa vida, nós lutamos por eles”.

A presidente e seus ministros procuraram destacar investimentos federais em Pernambuco, como as obras da refinaria Abreu e Lima e a petroquímica Suape, ambas em construção. “Todos esses investimentos



▶ Eduardo Campos, ao lado de Dilma, amenizou tom das críticas que vem fazendo ao governo federal

que nós fizemos aqui em Pernambuco, se você juntar os investimentos federais e aqueles feitos pelas nossas estatais, chegamos num volume extraordinário de R\$ 60 bilhões”, afirmou a presidente.

Além de dar publicidade a investimentos anteriores, a presidente anunciou mais R\$ 2,341 bilhões para obras hídricas, rodoviárias e no porto de Suape.

O governo federal distribuiu aos jornalistas um relatório sobre investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no Estado, totalizando R\$ 3,1 bilhões. Desse total, R\$ 2,8 bilhões são federais, frente a R\$ 330 milhões do Estado.

O governador Eduardo Campos amenizou o tom das críticas que vem fazendo ao governo federal.

Disse que, no Estado, ela tem um “governador, mas também um companheiro, um amigo”.

Campos também afirmou que estava recebendo a presidente “com a mesma atenção de sempre”, mas salientou que o Estado “ajudou [Dilma] a ser presidente da República”.

Ele citou seu avô, o ex-governador Miguel Arraes (1916-2005), como uma espécie de conselheiro do ex-presidente Lula.

Sem especificar nomes, o governador destacou a importância de diálogo com todos ao falar

sobre a seca.

“A luta do povo exige a capacidade de dialogar, de respeitar as diferenças, de muitas vezes somar os contrários quando está em jogo a vida de pessoas”, afirmou.

O pernambucano, que tem se aproximado de lideranças do PSDB, citou indiretamente o governo de Fernando Henrique Cardoso e sua contribuição para a estabilidade econômica do país.

“Construímos fundamentos macroeconômicos importantes e depois, com Lula, vimos essas condições fazer o governo chegar aonde não chegava antes”, disse o socialista.

Novo Jornal no iPad. Sua dose diária de opinião, na ponta dos dedos.

ACESSO: IPHONE, IPAD, KINDLE FIRE

NOVO JORNAL

www.novo.com.br

(051) 3342.0369

novojournal.jos.br

novojournal





# Estática e poder

Ô minha filha, pra quê isso? Pra quê esse cansaço, esse esforço, essa eficiência toda? O mundo é cor de rosa e você querendo pintar ele da cor certa. Assim você vai e a casa fica. E fica para outro. Me diga, com seriedade, pra que tanta estrada, tanta obra? Pra quê tanta creche, casa, comida, dinheiro para agricultura? Assim você deixa os homens loucos. Capaz de lhe chamarem de mentirosa. Faça isso não. Se acalme. Me diga: pra quê dar dinheiro tanto a tanta gente se eles precisam é de emprego, é de aprender a pescar ao invés de ter o peixe assim, descascado, na boca, temperado e já soprado, para não queimar a boca. E essa luz? Não se pode mais andar por canto nenhum dessa terra sem que se encontre um ponto de escuridão. Não se pode mais nem olhar as estrelas do céu. Quede a poesia da falta de luz no sertão? Acabou! Você e essa sua mania de trabalhar ainda acaba com a história, a geografia e com as tradições dessa nossa terra abençoada.

Se aquiete! Pra quê tanto hospital, tanta vontade de evitar esse povo no corredor do pronto-socorro, tanto barulho por nada... O povo morre mesmo, não tem jeito. E se não morre, graças às motos (que estão baratas), perde pernas e braços. Isso é a vida, fazer o quê? Se Deus quis assim, quem é você para querer mudar. Não tente ser o que não é, mulher. Ouça aqueles que sabem mais e melhor que você sobre como é que o barco tem de andar.

Eu mesmo já não aguento mais tanta notícia de construção, de serviço, de obra e de desenvolvimento, de indústria chegando. Quando vejo na TV aquele rapaz andando em volta, pulando de um canteiro de obra para o outro já começo a ficar enjoado... Fico achando que estou em Pernambuco, onde mentem dizendo que algo está sendo feito. Pura ilusão. Quem passa por lá vê que nada está em obra. É tudo truque de TV.

Mas com você não. Com você as coisas andam feito mágica, nunca vi. Às vezes



tenho até vontade de ser de oposição só para tentar encontrar algo de errado. Mas que nada. Pensando melhor, dá até pena, né? Essa oposição. Veja o caso desse rapaz que chega a ser o preferido para ser

o adversário. Ou seja: é tão ruim que só serve para ser aquele que perde para o pior. Tadinho. Já você, dispara. Não tem quem pegue. E é isso que me dá medo, sinceramente. Quando vejo você assim, entrando

para a história, superando preconceitos e dificuldades, eu às vezes penso que o povo não vai mais aguentar. Porque o povo – e eu também, não vou mentir – se pudesse, queria mesmo era que os prédios fossem sendo desfeitos andar por andar; que as ligações sanitárias se liquefizessem; que o asfalto evaporasse; que o progresso, feito uma florada de ipê, despencasse e fosse levado pelo vento; e que no lugar disso tudo, linda e reluzente, brotasse uma Vila dos Ventos, aquela vila siamesa de praia e salina. Da onde? Da novela, claro! Repare, é tudo aos poucos, mas é tudo certo. O avanço passa ao largo e ninguém morre por isso. Deixe esse danado de crescimento para o Ceará e para os outros estados. Deixe eles se arrombarem de impostos e de captação de empregos. Eles que se estrepem em florestas de aerogeradores e dinheiro de investidores internacionais. Isso é muito pequeno. Minha filha, relaxe mais que você anda muito tensa. Tudo que o

dinheiro pode comprar é barato. Já essa brisa daqui, a mais limpa do planeta – quem disse foi a Nasa – não se pode dispensar. Aproveite mais... Do jeito que vai, você acaba no Fantástico, naquele quadro "males da alma", com aquele médico careca do Carandiru te tratando feito pinel. Veja se pode?!?! Deixe de coisa. Essa terra tem todo o tempo do mundo para amadurecer e brilhar assim, do jeito que está. As outras um dia hão de apodrecer e só aqui estará preservado. Confie! Tenha fé! Tente dormir. E deixe para semana que vem o que for mais importante. Se você ficar parada agora, já fez demais. A eleição? A eleição está ganha. Não tem cristão que não veja isso. É o mundo todo; é todo mundo. Não se iluda. Não sofra à toa. Com essa máquina na mão não tem quem tire de você o cajado. Lembre-se: a voz do povo é a voz de Deus. Não tem outro nome na rua que não seja o seu. Basta botar o ouvido juntinho ao chão para confirmar. E gozar o rumor que vem vindo...

Espaço Reservado para sua **MARCA**

(84) 3342.0369



## Plural

JOMAR MORAIS

Jornalista ▶ jomar.morais@supercabo.com.br



Jomar Morais escreve nesta coluna às terças-feiras

## Conecte-se

O leitor pode fazer a sua denúncia neste espaço enviando fotografias

▶ cartas@novojornal.jor.br



twitter.com/NovoJornalRN



facebook.com/novojornalrn

novojornal.jor.br



## Olho no olho

Há dez anos eu me surpreendia com o fato de amigos saírem às ruas portando dois ou três celulares que os mantinham num movimento frenético, atendendo a chamadas simultâneas enquanto permanecíamos à espera de uma migalha de sua atenção. Aí vieram os "duo chip", os quais, se não alteraram a aflição dos ultra-anteados, pelo menos lhes permitiram reduzir os volumes nos bolsos e dispensar habilidades equilibradas para dizer um simples "alô".

O alívio durou pouco. Logo nossos amigos perceberam que a novidade era insuficiente para aplacar sua sede de comunicação e os bolsos voltaram a ficar recheados. Não adiantou o lançamento de aparelhos com até quatro chips. Agora, além do celular, as pessoas também não desgrudam do Skype dos tablets, das redes sociais, do velho email e do bate-papo dos portais... Ali permanecem "ocupadas" e "importantes", rodeadas de seguidores, exaustas, é verdade, mas com aquela sensação de inserção na modernidade.

Nossas vidas estão transcorrendo cada vez mais no ambiente virtual. Na Internet trabalhamos, comunicamo-nos, aprendemos, divertimo-nos, buscamos a cura de dores e até saímos à procura da realização afetiva, chegando ao extremo do sexo virtual (talvez a única forma de sexo seguro para humanos, embora as máquinas, coitadas!, possam ser infectadas por vírus virtuais).

Na net, tanto quanto no convívio

com o celular, nossa ansiedade se impõe, sinalizando o vazio existencial que desesperadamente tentamos preencher.

Só na semana passada, recebi convites para reunir-me a amigos em quatro novas redes sociais, embora eu já os tenha ao meu lado no Twitter e no Facebook. Nossos bolsos virtuais estão abarrotados de avatares e plugins. Estamos no meio de multidões planetárias e, no entanto, sinalizamos uma imensa solidão, que, por paradoxo, no fundo queremos e buscamos.

E por que preferimos a comunicação virtual à real, aquela do olho no olho e do abraço caloroso? Certamente não é apenas porque, em razão de nossas prioridades, não mais dispomos de tempo ou porque as distâncias físicas esticaram.

A comunicação via aparelhos nos fascina e nos retém, principalmente, por que essa é a única instância onde podemos ter a ilusão de controle sobre o interlocutor, mantendo a conversa no limite de nosso desejo ou descartando-a de imediato. O celular pode ser desligado diante da mínima inconveniência. Nos bate-papos é possível mentir e clicar no botão "sair" logo que a fantasia deixa de produzir prazer efêmero. Com a webcam temos a ilusão de que, finalmente, podemos observar o outro sem aquela incômoda sensação de que o outro também nos ver por dentro.

Ah! egoísmo tolo e cruel que nos faz renunciar à vida, ao doce prazer de conviver e partilhar, sem medo, sob o brilho de um olhar humano.

### Arenaço

O artigo desse menino Carlos Magno Araújo é um verdadeiro "absurdo". Em Portugal se diria que foi desarrazoado, sem razão de ser. Como alguém pode ser contra essa Copa do Mundo que vai trazer milhões de reais para as burras dos empreiteiros, dos donos da Fifa, da CBF e de centenas de sagadores das tetas governamentais? Ele deve estar com inveja, como eu, de não estar incluído no seleto grupo de aproveitadores. O articulista prevê que não seremos campeões. Pessimismo? Qual nada, com essa seleção que temos aí, não seria surpresa se o Brasil não fosse classificado para disputar a Copa, caso não fosse o anfitrião. Para que alguém não fique pensando que eu piorei do juízo, peço permissão para inserir aqui, parte de um artigo que escrevi após ler em a Tribuna do Norte uma matéria sobre a

Copa em Natal e ouvir a entrevista do Secretário de Turismo. O meu texto foi publicado em 19 de agosto de 2010. O título era: Mas teremos a copa. Hoje, é domingo, dia 7 de junho, mês de São João, como se diz em Acari. Logo cedo, ouvi uma longa entrevista do Secretário de Turismo falando sobre o projeto de Natal para a Copa do Mundo. Eu ouvira falar que seriam gastos três bilhões de reais no mega e delirante projeto. Qual nada, segundo sua entrevista, também registrada em letras graúdas em a Tribuna do Norte, serão gastos quinze bilhões de reais. Nunca imaginei que nosso Estado tivesse capacidade de juntar tanto dinheiro. Comecei a raciocinar. Se essa fábula de dinheiro chegar aqui, Natal será a cidade mais arrumada e segura do Brasil. Nessas alturas, chega Zé das Cuias para atrapalhar minha alucinação.

- Seu moço, nós não temos saneamento, mas teremos a copa, né?
- A Caern está falida, mas teremos a copa.
- Não temos segurança, mas teremos a copa.
- Não temos educação decente, mas teremos a copa.
- Não temos sistema viário, mas teremos a copa.
- Não temos transporte de massa decente, mas teremos a copa.
- Falta tudo nos nossos hospitais, mas teremos a copa.

**Geraldo Batista**  
Por e-mail

### Jornalismo

Vi em uma das edições da coluna Roda Viva, de Cassiano Arruda, que a InterTV vai aumentar em 20% o quadro de jornalistas.

Seria bom que eles dessem uma chance aos jornalistas potiguares. Trazer jornalistas de outros estados desvaloriza os jornalistas do RN.

**Alan Victor, universitário**  
Por e-mail

### Música

Obrigada ao @novojornalrn pela matéria tão bacana! Em especial ao jornalista Thallyson Moura pelo texto fiel e agradável! Adorei

**Camila Masiso, @camilamasiso**  
Pelo Twitter

### Deserto

Assunto desertificação tratado por excelente matéria de Paulo Nascimento hoje (domingo) no @NovoJornalRN. É preciso atacar de vez suas causas.

**Jean-Paul Prates, @jpprates**  
Pelo Twitter

### Tecnologia

@NovoJornalRN Parabéns pelo excelente aplicativo para Android! Não tenho mais desculpas para não me informar das notícias locais...

**Eduardo Teixeira, @Edu\_duda\_duda**  
Pelo Twitter

**Assine**  
**3342.0350**

Em até 12 x nos cartões



**NOVO**  
JORNAL

**Diretor** Cassiano Arruda Câmara  
**Diretor Administrativo** Lauro Jucá  
**Diretor Comercial** Leandro Mendes  
**Diretor de Redação** Carlos Magno Araújo

**Telefones**  
(84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380

**E-mails**  
redacao@novojornal.jor.br / pauta@novojornal.jor.br /  
comercial@novojornal.jor.br / assinatura@novojornal.jor.br  
**Para assinar** (84) 3342-0374

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS  
www.anj.org.br

**IVZ**  
INSTITUTO VIGILANTE DE JORNALISMO

**Endereço**  
Rua Frei Miguelinho, 33, Ribeira  
CEP 59012-180, Natal-RN  
**Representante comercial**  
Engenho de Mídia - (81) 3466.1308

Espaço Reservado para sua **MARCA.**



(84) 3342.0369



**CHEGOU  
O NOVO i30.**  
A NOVA GERAÇÃO  
DO MAIOR SUCESSO  
DA HYUNDAI.



RODAS APO 17"



CONSULTE CONDIÇÕES NO SITE



TELA DE LCD DE 7",  
GPS COM MAPAS DO  
BRASIL, BLUETOOTH E  
MEDIA PLAYER.



TETO SOLAR  
PAQUÊMICO COM  
ACIOPAMENTO  
ELETRÔNICO.



FREIO DE  
ACIOPAMENTO  
ELETRÔNICO.  
ACIOPADO POR UM  
BOTÃO, SUBSTITUINDO A  
ALAVANCA E LIBERANDO  
MAIS ESPAÇO NO CONSOLE  
CENTRAL.



3 MODOS DE  
DIRIGIBILIDADE:  
COMFORT, NORMAL  
E SPORT  
MODIFICAM A REAÇÃO  
DA DIREÇÃO E A  
FIRMEZA DA SUSPENSÃO  
AO TOQUE DE UM  
BOTÃO.

LANÇAMENTO  
**i30** HYUNDAI i30.  
A REINVENÇÃO DO NOVO.

Hyundai Caa  
**ESTAMOS DE PORTAS ABERTAS**  
OS CARROS MAIS PREMIADOS DO MUNDO AGUARDAM A SUA VISITA

NATAL - LAGOA NOVA - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 4011-A  
(84) 2010.1111



CONSÓRCIO  
HYUNDAI

O PARCEIRO IDEAL PARA O SEU PROJETO DE VIDA.

FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.

Respeite a sinalização de trânsito



PATROCINADORA OFICIAL



84 2010.8000

AV. AMINTAS BARROS, 1880  
LAGOA NOVA



# Economia

**UNICRED**  
NATAL/RN  
UM TIME VENCEDOR  
Fale com a gente - 4009.3535



INDICADORES

|           | DÓLAR | EURO  | IBOVESPA  | TAXA SELIC | IPCA (IBGE) |
|-----------|-------|-------|-----------|------------|-------------|
| COMERCIAL | 2,012 |       | -0,67%    | 7,25%      | 0,60%       |
| TURISMO   | 2,080 | 2,584 | 54.873,12 |            |             |



Editor

Everton Dantas (Interina: Louise Aguiar)

E-mail

evertondantas@novojournal.jor.br

Fones

84 3342.0358 / 3342.0350

# VOANDO BAIXO

**/ TURISMO /** TAM SUSPENDE TRÊS VOOS LIGANDO NATAL A SALVADOR, FORTALEZA E GUARULHOS, ENQUANTO GOL SUSPENDE O TRECHO NATAL-RECIFE. GOVERNO VAI ATÉ AS COMPANHIAS PEDIR O RETORNO DEFINITIVO DOS TRECHOS

TALLYSON MOURA  
DO NOVO JORNAL

**A TAM LINHAS** Aéreas confirmou ontem a suspensão de três rotas com operação no Aeroporto Internacional Augusto Severo. Com o fim da alta estação, já foram cancelados voos diretos ligando Natal a Salvador, Fortaleza e Guarulhos. Ainda foram suspensas temporariamente quatro frequências semanais entre a capital potiguar e o Rio de Janeiro. Estas alterações, de acordo com a empresa, foram motivadas pela queda natural do fluxo na baixa-estação. O Governo do Estado espera, a partir de uma reunião intermediada pela superintendência da Infraero no Nordeste, reverter estas mudanças.

Das suspensões, a única que será retomada de certo é o trecho Natal-Rio de Janeiro. Em julho a empresa volta a operar normalmente no trecho, com três decolagens diárias para o destino. Com a mudança nas operações, hoje há entre duas ou três decolagens dependendo do dia da semana. Já a retomada dos voos para as capitais cearense e baiana vai passar por uma nova avaliação, podendo ser suspensos definitivamente.

FABIO CORTEZ / NJ



**▶ Renato Fernandes quer tentar manter os voos definitivamente**

Atualmente a TAM faz três decolagens de Natal para Guarulhos. Antes da mudança, havia um voo a mais. "É importante destacar que nós continuamos com voos diários normalmente para Rio de Janeiro, Guarulhos e Brasília. Foram feitas apenas algumas mudanças para atender melhor o mercado", informou a empresa, através da assessoria de comunicação. Para a capital federal, são realizadas duas decolagens diárias do Augusto Severo.

Essas suspensões de trechos já são esperadas em estados como o Rio Grande do Norte, em que há uma ligação direta entre o fluxo de passageiros e a sazonalidade do turista. No período de alta estação, explicou o gerente de operações e segurança da Infraero, Adailton Gomes, algumas empresas aumentam o número de voos. E é natural que elas retirem estes trechos passado o período.

A maior parte das companhias, explicou, contrata aeronaves de fretamentos, que têm vigência pré-estabelecida. Estas operações extras já começam com data para acabar. No Rio Grande do Norte, ainda de acordo com Adailton, que estava substituindo interinamente o superintendente local, a empresa que mais trabalhou com esta medida foi a Gol. Um levantamento com todos os fretamentos feitos para esta alta estação foi solicitado à Infraero. O material, no entanto, não foi concluído até o fechamento da reportagem na noite de ontem.

A TAM foi a única que fez diferente: criou novos voos regulares, o que obedece a uma regulamentação própria e tende a ser continuado por tempo indeterminado. Não tem prazo final definido. "Diferente dos fretamentos, eles têm apenas data de início. Só terminam quando a empresa muda a ma-



NEY DOUGLAS / NJ

**▶ TAM e Gol suspendem voos partindo de Natal, mesmo com registro de casos de "overbooking" em aeronaves**

lha", explicou. E o que leva a cancelar uma linha regular é justamente a rentabilidade empresarial. As linhas criadas foram exatamente as que foram suspensas em Natal.

## LINHAS FIXAS

O secretário estadual de Turismo, Renato Fernandes, acredita que estes voos tenham sido retirados de Natal obedecendo à sazonalidade turística. Contudo, espera mudar o quadro. O objetivo do Governo do Estado é deixar essas linhas fixas.

Um relatório com a taxa de ocupação destes voos suspensos está sendo produzido pela Infraero. A expectativa é de que os números confirmem a informação da Infraero operando com um alto percentual de ocupação mesmo com

a chegada da baixa estação, o que não justificaria a retirada dos voos.

Além disso, está sendo intermediado pelo superintendente da Infraero para o Nordeste, Fernando Nicácio, um encontro com as empresas aéreas que fizeram alteração na malha. A reunião, ainda sem data marcada, pode acontecer em São Paulo (sede das empresas), em Recife (sede da Infraero NE), ou até em Natal. A meta é não só trazer de volta os trechos como frear novas retiradas. Houve rumores de que cinco novos voos seriam suspensos em Natal.

Apesar do cancelamento já confirmado pelas empresas, o secretário estadual de Turismo não fala em perdas para o RN. "Eu não diria que vai ter prejuízo. Ouvimos falar em casos de overbooking nes-

se período, então se está tendo ocupação, pra quê retirar?", ressaltou. "Nós tentaremos saber o que é preciso fazer para que esses voos sejam mantidos", acrescentou. Fernandes ainda destaca que do custo operacional de uma aeronave, 45% é combustível e que alguns estados estão fazendo política diferenciada de desoneração do querosene de aviação. Esta pode ser uma estratégia a ser adotada pelo RN.

Ainda segundo Renato Fernandes, outro argumento pode ser o fato de o Rio Grande do Norte estar trabalhando forte com o turismo de negócios, o que garantiria um fluxo maior de passageiros também dentro do período de baixa estação. Do mesmo modo, a existência destas rotas facilitaria o trabalho de captação de eventos.

## NATAL-RECIFE É CANCELADO PELA GOL

A Gol passou por mudanças recentes e cancelou o trecho direto que ligava Natal a Recife. Para se deslocar entre as duas capitais agora, é preciso fazer uma conexão em Fortaleza. A mudança faz parte das alterações na malha da em-

presa feitas recentemente em todo o país. E esta não é a única novidade para o Rio Grande do Norte.

A troca não foi tão ruim assim. Desde o último 23 de fevereiro, a companhia integrou à sua malha dois novos voos diários para a ca-

pital potiguar, um que decola de Brasília e outro com origem em Belo Horizonte, com uma escala em Salvador.

"As novas frequências refletem o compromisso da companhia com o turismo no Nordeste e tam-

bém com a oferta de viagens aos clientes de Natal para importantes polos de distribuição de voos, que possibilitam conexões a todos os destinos Gol e com aéreas parceiras", informou a empresa por meio de nota.

Após as mudanças, a companhia voa para 51 destinos domésticos e 14 internacionais, dentro de 10 países nas Américas e Caribe. Ao contrário do que aconteceu em Natal, as principais rotas tiveram aumento de frequência.

**"Não faltam motivos para você utilizar seu Unicred Pessoal e realizar seus planos.**

Unicred Pessoal é uma solução sob medida para o cooperado pessoa física que precisa de recursos financeiros específicos. Por exemplo: mês de aniversário, compra de material escolar, pagamento de impostos, férias etc. É fácil, rápido e seguro: é Unicred Natal. "

DAMIÃO MONTEIRO - Presidente da Unicred Natal

SEJA  
NOSSO COOPERADO,  
SEJA  
UM VENCEDOR.

**UNICRED**  
NATAL/RN  
UM TIME VENCEDOR

Fale com a gente: (84) 4009.3535  
www.unicrednatal.com.br



# Cidades

# DIREÇÃO INOPORTUNA

**/ MOBILIDADE / PARLAMENTARES PROPÕEM UMA SÉRIE DE MUDANÇAS PARA O TRÂNSITO DE NATAL E QUEREM OUVIR A SOCIEDADE EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, MAS A SEMOB GARANTE QUE TEM PROJETOS PRÓPRIOS**

**JALMIR OLIVEIRA**  
DO NOVO JORNAL

**OS VEREADORES RAFAEL** Motta (PP) e Paulinho Freire (PP), e o deputado estadual Kelps Lima (PR) formalizaram ontem um grupo parlamentar para apresentação de projetos de mobilidade urbana para Natal e Região Metropolitana. O consórcio intitulado "Natal em Movimento" anunciou, em coletiva de imprensa, uma série de propostas e a promessa de realizar audiências públicas para a discussão do ordenamento viário a partir de abril. A iniciativa, apesar de louável, teve uma resposta lacônica da titular da Secretaria de Mobilidade. Elequicina dos Santos disse que a Semob tem seus próprios projetos. A maioria, inclusive, coincide com os propostos pelos parlamentares.

O evento, realizado num hotel da Avenida Salgado Filho, contou com a presença de diversos representantes da gestão Micarla de Sousa (2008-2012). Entre eles, participaram dois ex-secretários de comunicação, os jornalistas Jean Valério e Gerson de Castro, e o ex-titular da Secretaria de Mobilidade (Semob), Márcio Sá.

Kelps Lima, que já foi secretário municipal da pasta de mobilidade, entre os anos de 2007 e 2008, afirma que a mudança do trânsito passa pela reformulação das políticas públicas do setor. "Nossa preocupação é atenuar o impacto que a cidade pode sofrer com o crescimento desordenado do número de veículos. Vamos propor medidas e mostrar aos representantes do executivo (Prefeitura do Natal e Governo do Estado) a importância de cada uma delas", diz.

Ele deixou a pasta para tentar uma vaga no legislativo

estadual, mas acabou ficando na suplência da coligação PMDB/PV/PR. Assumiu temporariamente ano passado a vaga de Nelter Queiroz (PMDB), que pediu licenciamento do cargo durante o período de 120 dias e, definitivamente, a de Poty Júnior, quando este foi indicado para o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Lima foi responsável pelo projeto do «Via Livre», que tinha por objetivo melhorar a mobilidade no transporte público e provocou polêmica ao proibir áreas de estacionamento em alguns dos principais corredores viários da cidade. "Eu criei algumas ações para a melhoria do trânsito, mas elas não foram seguidas por quem me sucedeu", reclama.

O deputado ressalta ainda que a sociedade deve participar das discussões, por meio de audiências públicas, para opinar sobre pontos como a criação de um bilhete único para o sistema metropolitano de transportes. "É inadmissível que um morador de Parnamirim continue pagando quatro passagens para circular em Natal", explica.

A partir de abril, o grupo parlamentar deve apresentar projetos de lei e propostas para a regulamentação de estacionamentos privados, criação de horários definidos para veículos pesados circularem, regulamentação do consórcio de transporte público da Região Metropolitana de Natal e a criação de faixas exclusivas para ônibus. A contratação de 200 novos agentes de trânsito também está entre as propostas defendidas pelos parlamentares.

As propostas de Motta, Freire e Lima preveem ainda uma série de intervenções viárias. A principal delas é a criação de mão única entre a Avenida Salgado Filho e a Avenida Prudente de

Morais, contemplando um contrafluxo exclusivo para transporte público. Outras propostas citadas foram a implantação de um semáforo no cruzamento das ruas Mossoró e Campos Sales, a instalação de uma rotatória ou semáforo na entrada do Centro Administrativo do Estado e a implantação de binário entre as Avenidas Antônio Basílio e Amintas Barros.

O vereador Rafael Motta informou ainda que os parlamentares deverão visitar as Câmaras de Vereadores dos municípios da Grande Natal para fortalecer a ideia do consórcio de transporte público. "Queremos unir as forças e iniciar o projeto de integração do transporte o quanto antes. Não vamos apresentar nada fechado ou imposto", ressalta.

Já Paulinho Freire, vice-prefeito de Micarla de Sousa (PV), afirma que a sistemática da iniciativa prevê que as propostas sejam discutidas em audiências, a partir da primeira semana de abril, com a governadora Rosalba Ciarlini e o prefeito Carlos Eduardo. "Temos diversas ideias e projetos para o Executivo, seja ele estadual ou municipal, e nosso objetivo é resolver o grave problema que é o trânsito hoje", completa.



**TEMOS DIVERSAS IDEIAS E PROJETOS PARA O EXECUTIVO, ESTADUAL OU MUNICIPAL, E NOSSO OBJETIVO É RESOLVER O GRAVE PROBLEMA QUE É O TRÂNSITO HOJE"**

**Paulinho Freire**  
Vereador PP



► Deputado Kelps Lima fala aos jornalistas: ex-auxiliares de Micarla de Sousa entre os presentes

## TITULAR DA SEMOB NÃO VÊ NOVIDADES NOS PROJETOS

A atual titular da Secretaria Municipal de Mobilidade, Elequicina dos Santos, afirma que a iniciativa é até interessante, mas todos os projetos citados pelos parlamentares estão contemplados no atual plano de trabalho da pasta. "Não traz novidades. Nosso corpo técnico já está trabalhando nisso. As ações, aliás, fazem parte dos diversos projetos que tramitam no Ministério das Cidades", comenta.

Ela explica que a criação dos corredores exclusivos para ônibus está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Grandes Cidades. O atual projeto, orçado em R\$ 104 milhões, prevê a implantação para faixas exclusivas em 17 ruas e avenidas de Natal. "Isso não é novidade nenhuma. É estranho que ele (Kelps Lima) e Paulinho Freire já trabalharam para a Prefeitura. E por que essas coisas não ocorre-

ram?" indaga.

Sobre os projetos de regulamentação da lei de estacionamentos e do consórcio do transporte público para a Grande Natal, Elequicina dos Santos explica que são propostas já em estudo pelo Município. "A primeira (estacionamentos) está sendo analisada por nossos técnicos; é, inclusive, uma promessa de campanha do prefeito Carlos Eduardo. Sobre a integração, basta dizer que estamos discutindo o assunto com o Governo do Estado. Ainda vamos conversar com os outros municípios para viabilizar esta proposta", completa.



► Elequicina: "por que só agora?"



**Editor**  
Moura Neto (Interino: Marcos Bezerra)

**E-mail**  
mouraneto@novojornal.jor.br

**Fones**  
84 3342.0358 / 3342.0350



FOTOS: HUMBERTO SALES / N



► Kelps Lima, Rafael Motta e Paulinho Freire apresentam propostas em coletiva



**Marluce Rodrigues Lúcio**

★ 08.04.1935 † 20.03.2013

**Missa de 7º Dia**

Luciano, Eugênio, Marlene e João Maria (irmãos), cunhadas, sobrinhos e primo convidam parentes e amigos para participarem da missa de 7º dia de falecimento de Marluce, que será celebrada dia 26/03, terça-feira, às 18:30h na Igreja Matriz do Bom Jesus das Dores - Ribeira, Natal/RN. Atenciosamente agradecem a todos que comparecerem.



**5a. VARA FEDERAL**  
Edital de Citação  
**MEDIDA CAUTELAR INOMINADA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**5ª VARA**

EDITAL DE CITAÇÃO  
Nº EDT.0005.000008 - 3/2013  
Prazo de 20 (vinte) dias

O Doutor IVAN LIRA DE CARVALHO, Juiz (a) Federal Substituto Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que a AUTOR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA move a AÇÃO MONITÓRIA nº0008382-06.2012.4.05.8400 contra REU: ROBSON ASSIS DE LIRA, CPF 080.164.834-37, decorrente de Contrato de aquisição de material de construção - CONSTRUCARD. Encontrando-se o(s) devedor (es) em local incerto e não sabido e/ou com endereço desconhecido, fica(m) desde já citado(s), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar(em) o pagamento do débito no montante de R\$ 40.125,53, atualizado até, ou oferecer embargos monitórios. Fica(m) o(s) réu(s) ciente(s) de que, não respondendo a ação no prazo legal, presumir-se-ão por ele (s) aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela Caixa, oportunidade em que o presente manda do monitório será convertido em título executivo judicial, nos termos do art. 1.102c, "caput", do Código de Processo Civil. Cientifique(m)-se ainda o(s) réu(s) de que, efetuado o pagamento no prazo legal, ficará (ão) isento(s) do pagamento de custas e honorários advocatícios (art. 1.102c, § 1º do CPC).

E, para que chegue ao conhecimento de possíveis interessados, expediu-se o presente EDITAL, em 12/03/2013, nesta cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte. Para constar, eu, ..... ROGERS B. F. SOUZA, Técnico (a) Judiciário (a), digitei o presente, indo devidamente assinado pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara.

**IVAN LIRA DE CARVALHO**  
Juiz Federal - 5ª Vara



**5a. VARA FEDERAL**  
Edital de Citação  
**MEDIDA CAUTELAR INOMINADA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**5ª VARA**

EDITAL DE CITAÇÃO  
Nº EDT.0005.000009 - 8/2013  
Prazo de 20 (vinte) dias

O Doutor IVAN LIRA DE CARVALHO, Juiz (a) Federal da Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que a AUTOR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA move a AÇÃO MONITÓRIA nº0008379-51.2012.4.05.8400 contra REU: CLEBER FREIRE DA SILVA, CPF 092.990.994-13, decorrente de Contrato de aquisição de material de construção - CONSTRUCARD.

Encontrando-se o(s) devedor (es) em local incerto e não sabido e/ou com endereço desconhecido, fica(m) desde já citado(s), para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar(em) o pagamento do débito no montante de R\$ 40.937,80 (quarenta mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), atualizado até 16/10/2012, ou oferecer embargos monitórios. Fica(m) o(s) réu(s) ciente(s) de que, não respondendo a ação no prazo legal, presumir-se-ão por ele(s) aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela Caixa, oportunidade em que o presente manda do monitório será convertido em título executivo judicial, nos termos do art. 1.102c, "caput", do Código de Processo Civil. Cientifique(m)-se ainda o(s) réu(s) de que, efetuado o pagamento no prazo legal, ficará(ão) isento(s) do pagamento de custas e honorários advocatícios (art. 1.102c, § 1º do CPC).

E, para que chegue ao conhecimento de possíveis interessados, expediu-se o presente EDITAL, em 11/03/2013, nesta cidade do Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte. Para constar, eu, ..... ROGERS B. F. SOUZA, Técnico (a) Judiciário (a), digitei o presente, indo devidamente assinado pelo MM. Juiz Federal da 5ª Vara.

**IVAN LIRA DE CARVALHO**  
Juiz Federal - 5ª Vara





Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Foram aplicados cerca de R\$ 17 milhões com as ações de combate às perdas não técnicas. As principais ações desenvolvidas em 2012 foram:

- Realização de 91 mil inspeções, sendo detectadas 31 mil irregularidades, tendo sido recuperados 17 GWh, o que corresponde a R\$ 6,5 milhões;
- Substituição de 15.611 medidores eletromecânicos obsoletos (trifásicos e monofásicos) por eletrônicos;
- Substituição de 19.235 medidores eletrônicos que apresentaram defeito por display apagado;
- Regularização de 3.128 consumidores clandestinos com e sem a necessidade de construção de rede elétrica, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e autorreligados, além da recuperação de créditos;
- Operação de levantamento e atualização do cadastro de iluminação pública de 25 municípios, recuperando e agregando mais de 6 GWh por ano;
- Negociação de 22,5 mil processos de irregularidade, correspondendo a mais de R\$ 7,8 milhões.

### 3.5 RECEITA DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

| Detalhamento da Receita da Distribuição de Energia - (R\$ Mil) |                  |                  |                  |                  |                  | Participação |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|
|  | 2008             | 2009             | 2010             | 2011             | 2012             | 2012         |
| Residencial  | 399.579          | 443.975          | 531.713          | 586.065          | 692.338          | 43,3%        |
| Comercial  | 272.243          | 292.700          | 336.793          | 356.084          | 184.943          | 11,6%        |
| Industrial   | 227.465          | 278.715          | 175.273          | 186.703          | 408.629          | 25,5%        |
| Rural  | 46.690           | 47.705           | 66.496           | 60.927           | 87.352           | 5,5%         |
| Outras Classes *   | 157.627          | 168.378          | 192.235          | 196.557          | 226.438          | 14,2%        |
| <b>Total Fornecimento</b>                                      | <b>1.103.604</b> | <b>1.231.473</b> | <b>1.302.510</b> | <b>1.386.336</b> | <b>1.599.700</b> | 96,3%        |
| <b>Total Ambiente Livre</b>                                    | <b>24.154</b>    | <b>15.432</b>    | <b>56.419</b>    | <b>64.526</b>    | <b>61.924</b>    | 3,7%         |
| <b>Total da Distribuição</b>                                   | <b>1.128.178</b> | <b>1.246.905</b> | <b>1.358.929</b> | <b>1.450.530</b> | <b>1.661.624</b> | 100,0%       |

\* Excluída a Receita Não-Faturada

A receita fatura da obtida com a distribuição de energia nos mercados cativo e livre atingiu R\$ 1.662 milhões, onde 96,3% dessa receita foram provenientes do atendimento ao mercado cativo. A parcela de 3,7% é referente ao mercado livre, que equivale a R\$ 62 milhões e concentrou-se praticamente em duas classes: Industrial.

### 3.6 ARRECAÇÃO

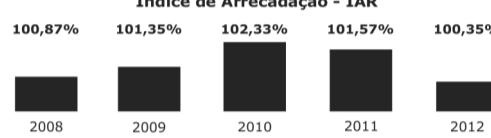
A performance da arrecadação é medida pelo índice de Arrecadação - IAR, definido pelo quociente do valor total arrecadado com energia e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia no exercício.

Em 2012, a arrecadação da COSERN superou o faturamento, o IAR alcançou 100,35%. Esse resultado já vem sendo verificado todos os anos em consequência da adoção de política de cobrança funcionalizada: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na restrição dos casos de parcelamento com prazo médio de 6 faturas e no aumento do volume das operações de cobrança. Neste contexto, as ações de cobrança que mais se destacaram foram:

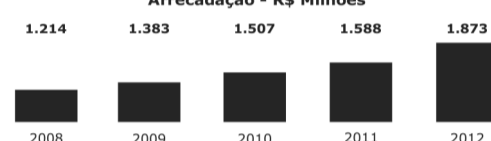
- Inclusão de 704 mil de clientes no cadastro de devedores, número semelhante ao do ano 2011;
- Realização de 220 mil suspensões de fornecimento, com um incremento de 8,2% em relação a 2011;
- Realização de 29,5 mil das unidades consumidoras com contratos cortados (recortes);
- Atuação nas maiores dívidas dos clientes das classes Industrial e comercial;
- Atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança com volume de recuperação de R\$ 2,7 milhões. O montante recuperado supera 49% quando comparado com o ano anterior.

Vale ressaltar que a inadimplência no cenário externo cresceu 15% em 2012, na comparação com 2011, segundo a Serasa Experian.

### Índice de Arrecadação - IAR



### Arrecadação - R\$ Milhões



Os clientes da COSERN dispõem de um total de 1.687 locais de pagamento, considerando a rede credenciada Cosern Serviços, os bancos e os seus respectivos correspondentes. Destes, total de 1.687 locais de pagamento, considerando a rede credenciada Cosern Serviços, os bancos e os seus respectivos correspondentes. Destes, total de 167 municípios atendidos na área de concessão da Empresa.

Essa penetração da rede credenciada em toda a área de concessão da COSERN proporciona maior comodidade aos clientes para o pagamento de suas faturas de energia e facilidade de acesso aos serviços de atendimento comercial.

### 3.7 COMPRA DE ENERGIA

Ao longo do ano, a Companhia participou de três MCSDs - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit, sendo um para devolução e dois para aquisição de energia. Além disso, participou também de um leilão de ajuste para aquisição de energia a partir de julho/12. Adicionalmente a COSERN declarou intenção de comprar energia nos leilões A-1, A-3 e A-5, com entrega a partir de janeiro de 2013, 2015 e 2017, respectivamente.

### 3.8 INVESTIMENTOS

Em 2012 a COSERN investiu R\$ 174,5 milhões, os quais foram destinados à melhoria da qualidade e da capacidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes, conforme descrito a seguir:

| Evolução dos Investimentos |                |                |                |                |                |              |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| R\$ Mil                    | 2008           | 2009           | 2010           | 2011           | 2012           | Variação (%) |
| Distribuição               | 100.449        | 112.786        | 132.645        | 135.735        | 158.006        | 16,4%        |
| Comercialização            | -              | -              | 126            | -              | -              | 0,0%         |
| Administração              | 22.887         | 18.617         | 9.891          | 6.011          | 16.519         | 174,8%       |
| <b>Total</b>               | <b>123.336</b> | <b>131.403</b> | <b>142.662</b> | <b>141.746</b> | <b>174.525</b> | <b>23,1%</b> |

No programa de Instalações Gerais, foram realizados investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio.

### 4.1 EXPANSÃO DE REDE

Como investimentos na expansão de Linhas de Distribuição em Alta Tensão, no ano de 2012, foram destinados recursos para início da construção das Linhas de Distribuição (LD) em 69 km Caruarú - Riacho da Cruz (44 km), LD Natal II - Lagoa Nova (3,2 km), LD Mossoró II - Dix Sept Rosado (43 km) e LD Santa Cruz - Tangará (28 km). Adicionalmente, foram direcionados recursos para a conclusão das Lds 69 kV Natal III - TEPI (1 km), LD Tangará - Eloi de Souza (25 km) e LD Natal III - Passagem de Areia (7,6 km). Destaca-se ainda a conclusão da 2ª etapa do recondutoramento da LD 69 kV Mossoró II - Grossos (12 km).

Em substituições, foram alocados recursos para a construção da Subestação Riacho da Cruz (20,2,5 MVA), construção de 10 Entradas de Linha (EL) em 69 kV e 2 Conexões de transformador (CT).

No Programa de Distribuição, foram realizadas 84.132 novas ligações. Com isso, foram construídos 1.365 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 1.356 km de redes de baixa tensão 380/220 Volts, além da implantação de 38.659 postes.

### Principais Ativos Elétricos

| Distribuição de Energia              | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   | Varição (%) |
|--------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|
| Linhas de Transmissão (Km)           | 2.002  | 2.048  | 2.053  | 2.092  | 2.209  | 5,6%        |
| Subestações (Un)                     | 56     | 56     | 58     | 59     | 60     | 1,7%        |
| Transformadores de Força (Un)        | 74     | 73     | 76     | 79     | 81     | 2,5%        |
| Potência Instalada (MVA)             | 1.001  | 1.032  | 1.101  | 1.169  | 1.246  | 6,6%        |
| Linhas de Distribuição (Km)          | 39.721 | 41.628 | 42.936 | 44.239 | 46.346 | 4,8%        |
| Transformadores de Distribuição (Un) | 32.582 | 37.698 | 39.772 | 40.818 | 43.447 | 6,4%        |

### 4.2 MODERNIZAÇÃO

Em 2012, dando continuidade na substituição de relés microprocessados, permitindo contemplar novas funcionalidades na proteção do sistema, foram substituídos todos os relés de 13,8kV de seis subestações da COSERN.

Ainda com o foco no melhoramento das proteções e telecomando, foi renovada toda a parte de automação de três subestações, possibilitando melhoria e confiabilidade das operações remotas, diagnósticos e alteração dos parâmetros dos relés de proteção do Centro de Operações em Natal.

Com o foco na modernização do sistema de Telecomunicações realizou-se a aquisição de rádios em IP para comunicação da automação nas subestações viabilizando a comunicação de dados em alta velocidade.

Dentro da modernização dos telecomandados da distribuição, se fez a renovação dos rádios digitais com o foco na Região de Mossoró, trazendo uma tecnologia de rádios em superalta (Rede Mesh) que proporciona maior cobertura de sinal, com qualidade e disponibilidade superiores aos existentes anteriormente.

### 4.3 PESQUISA DESENVOLVIMENTO E P&D

Em 2012 foram finalizados quatro projetos de P&D, sendo eles: "Cabeça de Sêrie de Sistema de Inspeção de Redes de Média e Alta Tensão Energizadas Utilizando Câmera de Vídeo Robótica em Vara de Manobra", "Compatibilidade Eletromagnética entre os Sistemas de Distribuição em 69 kV da COSERN e Redes de Distribuição Urbana de Água e Gás", "Determinação de Fatores de Carga e de Demanda para cálculo de consumo de unidades residenciais para fins de pós-faturamento de acordo com a Resolução 456/2000 - ANEEL" e o projeto "Programa Brasileiro de Redes Elétricas Inteligentes". Este último trata-se de um projeto conjunto entre 37 empresas distribuidoras de energia elétrica, sendo a CENIG Distribuidora S. A. a empresa proponente deste junto à ANEEL.

Além da execução desses projetos, foi dada sequência a mais seis projetos de P&D em andamento na COSERN, onde foram investidos em 2012 mais de 2,5 milhões de reais no pagamento das consultorias, materiais, equipamentos e horas de dedicação da equipe da COSERN no desenvolvimento desses projetos de P&D.

### 4.4 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sob a premissa de práticas ambientalmente sustentáveis, em 2012, além das ações desenvolvidas pela Unidade de Meio Ambiente, descritas no item 9.3 deste relatório, a COSERN deu continuidade aos projetos do Programa de Eficiência Energética "Energia Verde" e "Nova Geladeira", onde foram realizadas palestras sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica para um público de mais de 4.300 participantes, aos quais foram doadas lâmpadas e geladeiras eficientes, mediante troca por equipamentos ineficientes.

O projeto "Energia Verde", que foi iniciado em 2010, obteve até dezembro de 2012, a inscrição de cerca de 3.104 clientes, proporcionando a troca de 2.780 equipamentos ineficientes com um investimento de mais de R\$ 500 mil em bônus aos clientes inscritos no projeto, para incentivo à troca dos equipamentos. Além disso, foram doadas mais de 17.400 lâmpadas eficientes aos participantes, durante a inscrição no projeto.

As ações do Projeto Energia Social "Nova Geladeira", em 2012, contemplaram 10 municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do RN, dirigidas a consumidores classificados como baixa renda, conforme enquadramento na Tarifa Social do Governo Federal, onde foram realizadas 9 ações em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, fruto de convênio celebrado entre a COSERN e a Caixa Econômica Federal (CEF), beneficiando moradores dos empreendimentos inaugurados no estado. Na ação, a COSERN realizou palestras de educação sobre o uso racional e eficiente de energia, e promoveu a doação de 4.314 geladeiras e 24.895 lâmpadas fluorescentes compactas eficientes.

### 4.5 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O marco de 2012 para Tecnologia da Informação foi o atendimento ao grande volume de demandas regulatórias, a consolidação metodológica da governança de TI e a preparação da base dos sistemas corporativos para introduzir as novas plataformas tecnológicas que advirão com os grandes projetos de inovação tecnológica energética.

No exercício, foram desenvolvidos 22 novos projetos voltados à implementação de sistemas e de infraestrutura, número este 100% superior a quantidade de projetos realizados no ano anterior. Alguns desses grandes projetos continuaram em desenvolvimento em 2013, como o Projeto On Site Billing para Leitura, Faturamento e entrega simultânea em campo, Novos Sites Corporativos e Solução Financeira Corporativa.

Os sistemas comerciais foram implantados alterações e novas funcionalidades visando melhorias na gestão e segurança dos processos comerciais e operacionais das Distribuidoras do grupo Neoenergia, envolvendo ações de melhorias associadas à mitigação de riscos regulatórios, fiscais, tributários, jurídicos e de sistema. Foram iniciadas também as alterações para atender a implantação dos artigos da Resolução ANEEL nº 479/2012, Mini e Micro Geração e Bandeiras Tarifárias, respectivamente, Resolução nº 482/2012 e Resolução nº 464/2012.

Foram implantados o Portal GIS Regulatório (PGR) que permite atender as exigências regulatórias da ANEEL quanto à disponibilização de informações para o Banco de Dados Geográficos da Distribuição (BDGD), contendo os elementos que existem no sistema elétrico com sua respectiva associação contábil e a geração do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) para cumprimento do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE). Esta solução modular baseada na plataforma ArcGIS permite criar uma visão integrada e conciliada entre os segmentos contábil e físico do cadastro de ativos elétricos e, assim, facilitar o mapeamento de ativos das redes de distribuição de energia e geração de relatório de acordo com os padrões estabelecidos.

Para atender à meta de utilização de obras em 2012, foram implantadas melhorias nos sistemas SAP R3 e GSE visando melhorar a integridade e consistência entre o Cadastro Contábil (Controle Patrimonial) conciliado com o Cadastro Técnico no GIS (Inventário Físico) e qualidade das informações para formulação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), bem como maior agilidade e controle nos processos de análise e inconsistência dos dados para encaminhamento de relatórios à ANEEL.

Quanto à infraestrutura, os indicadores de desempenho mostram uma evolução relevante na modernização do parque tecnológico, com 31,17% de renovação de equipamentos no ano, uma disponibilidade média de 99,74% nos sistemas de missão crítica.

Para que a sustentação e os projetos de TI sejam viabilizados em tempo, em qualidade e novas patamares de produtividade, foi consolidada a estrutura da TI Neoenergia organizada nas disciplinas de governança, aplicações e infraestrutura e também introduziu um novo modelo de prestação de serviço através de indicadores de Acordo de Nível de Serviço (fornecedor e fornecedor e Acordo de Nível de Serviço Interno (SLA e SLO)). O principal objetivo foi preparar a TI para superar os desafios e suportar a conquista de novas oportunidades de modernização tecnológica e de gestão.

### 5. DESEMPENHO OPERACIONAL

| Indicadores Operacionais         | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  |
|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Número Operacionais              | 738   | 733   | 739   | 725   | 737   |
| Número de Clientes por Empregado | 1.374 | 1.466 | 1.533 | 1.605 | 1.645 |
| Vendas por Clientes (MWh)        | 3,75  | 3,82  | 3,39  | 3,39  | 3,44  |
| Vendas por Empregado (GWh)       | 5,16  | 5,60  | 5,20  | 5,44  | 5,66  |
| Clientes por km2                 | 19,0  | 20,2  | 21,3  | 21,8  | 22,7  |

### 5.1 QUALIDADE DO FORNECIMENTO

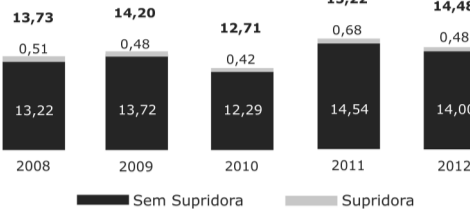
No ano de 2012, o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 14,48 horas e para o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 7,91 interrupções.

Os valores dos indicadores de continuidade DEC e FEC, desconsiderada a contribuição das interrupções originadas pela transmissora, foram iguais a 14,00 horas e 7,36 interrupções, respectivamente.

A COSERN atingiu o patamar de 100% no cumprimento do plano de manutenção da transmissão (linhas e subestações) e no plano de manutenção da distribuição atingiu um índice de 99,40%.

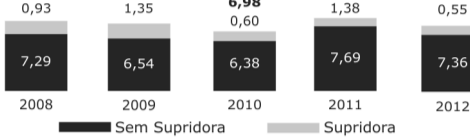
Destaca-se o cumprimento de ações tais como: substituir 288.000 m de cabo e cabo nu por multiplexado, manutenção de 1.204 circuitos secundários, podação de 90.000 árvores e instalação de 8.411 isoladores de suspensão.

### DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente)



Legend: Sem Supridora (preto), Supridora (cinza)

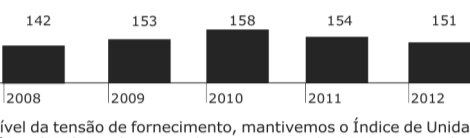
### FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente)



Legend: Sem Supridora (preto), Supridora (cinza)

O TMA (Tempo Médio de Atendimento) da COSERN em 2012 foi de 151,2 minutos, ficando 1,8% abaixo do realizado em 2011.

### TMA (Tempo Médio de Atendimento) - Minutos



Em relação ao nível da tensão de fornecimento, mantivemos o Índice de Unidades Consumidoras com Tensão Crítica (ICC) igual a zero durante o ano de 2012. Este indicador representa a qualidade da tensão de fornecimento aos clientes que são selecionados de forma amostral pela ANEEL, tendo a COSERN apresentado padrões dentro dos estabelecidos pelo Órgão Regulador.

No ano de 2012 foram realizados cerca de 5 milhões e 300 mil atendimentos distribuídos pelos canais de relacionamento disponibilizados pela COSERN, representando um acréscimo de 26,10% em relação ao número de atendimentos realizados no ano anterior, motivado pela divulgação das novas 146 Agências de Atendimento Presencial e da Agência Virtual, que disponibiliza serviços através do site da COSERN. Desse total, cerca de 32% dos atendimentos foram realizados pelo Teletendimento.

A média mensal de atendimentos nas Agências de Atendimento Presencial em 2012 foi de 93.643, representando um acréscimo de 62% em relação ao ano anterior.

Dando continuidade à implementação da cultura da administração pública, o Departamento de Atendimento a Clientes, através da Unidade de Atendimento do Poder Público, deu andamento ao plano de estreitamento do relacionamento, visitando 20 importantes órgãos do Governo do Estado, com o objetivo de orientar e esclarecer os pontos principais de relacionamento com a COSERN, proporcionando maior agilidade nas solicitações de pagamentos das administrações públicas e uma maior integração com aqueles órgãos. Acompanhamos a tramitação dos pagamentos da Administração Estadual e da Prefeitura de Natal, buscando soluções para eliminar os entraves que por ventura impedissem a quitação dos compromissos com a Concessionária, proporcionando excelentes resultados. O trabalho iniciou-se com a abertura do orçamento anual, onde foram solicitados dos órgãos daqueles dois entes públicos os correspondentes documentos de empenho, devidamente assinados pelos ordenadores de despesas, obtendo quase 100% de vinculação da previsão orçamentária com a previsão de despesa com energia elétrica. Permanecemos com o trabalho de identificação das unidades do Poder Público, atendidas pelo Grupo "A", sem demanda contratada, com demanda de ultrapassagem ou, ainda, com demanda mal contratada, sendo feito estudo do consumo, para contratação ou recontração conforme o caso, objetivando com isso, a redução dos custos com energia elétrica, por parte desses clientes, diminuindo a necessidade dos recursos para pagamentos dessas despesas e, consequentemente, a redução da inadimplência. Por outro lado, foram renovados 104 convênios para a arrecadação da CIP, o que garante a adimplência das faturas da iluminação pública.

Na Unidade de Atendimento ao Mercado de Grandes Clientes, dando continuidade a Pesquisa de Satisfação dos Grandes Clientes, realizada desde 2010, colocamos em prática um plano de ação para melhorar e intensificar a comunicação e relacionamento com os Grandes Clientes. Ressaltamos a realização de 16 visitas, 30 performances de contrato, 15 reuniões para acompanhamento das ações, além da criação das Normas de Pesquisa de Satisfação dos Grandes Clientes, Visita de Performance de Contratos e Atendimento às Solicitações dos Grandes Clientes e a certificação ISO 9001:2008 do Processo de Atendimento a Grandes Clientes. Realizamos a energização de mais dois Parques Eólicos, acrescentando 40 MW de geração de energia limpa. Conectamos mais três supermercados, sendo dois deles na área metropolitana de Natal e o outro no município de Mossoró. E na tensão de 69 kV realizamos a conexão de mais um novo ponto de consumo da PETROBRAS, próximo a Canto do Amaro, denominada Alto da Pedra, com 4 MW de demanda contratada.

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

#### 6.1 INDICADORES EMPRESARIAIS

| Dados Econômico-Financeiros                  | 2008      | 2009      | 2010      | 2011      | 2012      | 2012/2011 | Varição (%) |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|
| Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)          | 1.165.257 | 1.469.736 | 1.625.513 | 1.670.715 | 1.995.094 | 1.995.094 | 19,4%       |
| Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)        | 796.286   | 1.060.161 | 1.150.843 | 1.148.671 | 1.418.335 | 1.418.335 | 23,4%       |
| EBITDA (R\$ Mil)                             | 261.477   | 310.983   | 312.948   | 321.421   | 315.371   | 315.371   | -1,8%       |
| Resultado de Serviço - EBIT (R\$ Mil)        | 227.235   | 277.940   | 267.756   | 268.871   | 260.987   | 260.987   | -2,9%       |
| Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP | 20.171    | 23.807    | 33.950    | 1.722     | 21.285    | 21.285    | 1136,1%     |
| Lucro Líquido (R\$ Mil)                      | 212.344   | 244.788   | 253.664   | 232.128   | 245.872   | 245.872   | 5,9%        |
| Ativo Total (R\$ Mil)                        | 1.255.233 | 1.466.970 | 1.500.690 | 1.596.706 | 1.750.332 | 1.750.332 | 9,8%        |
| Investimentos (R\$ Mil)                      | 123.336   | 131.403   | 142.662   | 141.746   | 174.525   | 174.525   | 23,1%       |
| Dívida Bruta (R\$ Mil)                       | 408.400   | 377.367   | 476.199   | 606.070   | 590.622   | 590.622   | -2,8%       |
| Dívida Líquida (R\$ Mil) *                   | 364.858   | 286.825   | 344.778   | 434.088   | 452.146   | 452.146   | 4,2%        |
| Patrimônio Líquido (R\$ Mil)                 | 556.484   | 658.190   | 719.912   | 768.748   | 832.502   | 832.502   | 8,2%        |

| Indicadores Econômico-Financeiros                          | 2008   | 2009   | 2010  | 2011    | 2012   | Varição (%) |
|--|--------|--------|-------|---------|--------|-------------|
| Margem EBITDA  | 33,0%  | 29,4%  | 27,2% | 23,0%   | 22,2%  | -4,9 p.p.   |
| Margem EBIT  | 28,5%  | 26,2%  | 23,3% | 23,4%   | 18,4%  | -4,8 p.p.   |
| Margem Líquida   | 26,7%  | 23,1%  | 22,0% | 20,2%   | 17,3%  | -4,7 p.p.   |
| Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Emvezes | -13,02 | -13,11 | -9,22 | -186,66 | -14,82 | -92,1%      |
| Dívida Líquida/EBITDA **                                   | 1,39   | 0,95   | 1,43  | 1,35    | 1,43   | 6,2%        |
| Índice de Endividamento Líquido                            | 39,6%  | 31,0%  | 38,4% | 36,1%   | 35,2%  | -3,1 p.p.   |

**Ações**  
Valor Patrimonial da Ação (R\$ lote de mil ações): 3,31; 3,937; 4,283; 4,580; 4,953; 4,963;



Continuação



Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Com o resultado dessas avaliações a área de Gestão de Pessoas realiza o levantamento das necessidades de treinamento e elabora o cronograma dos cursos que serão conduzidos em nível de grupo. Para a composição do PAT (Planejamento Anual de Treinamento), além do processo citado acima é realizado junto aos líderes a identificação das necessidades de capacitação de suas áreas. Esta necessidade de capacitação é identificada e desenvolvida, também, em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e planos de ação de cada área, que são monitorados mensalmente.

Além dos programas tradicionais de treinamento, a COSERN reconhece o Programa Educacional como oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal no qual a COSERN custeia parte dos estudos de formação dos colaboradores, promovendo desta maneira a empregabilidade e a melhoria do nível de escolaridade formal no que se refere à formação técnica e educacional superior, além de aprimorar as potencialidades exigidas para o exercício do trabalho e a possibilidade de crescimento profissional.

## 9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Cliente dos reflexos e influência do seu papel no contexto socioeconômico e ambiental que permeia o desenvolvimento sustentável da região e do país onde atua, a COSERN adota a responsabilidade social como estratégia e desenvolve ações alinhadas aos compromissos voluntários assumidos com os Princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as diretrizes da Política de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Grupo Neoenergia.

Com esse propósito, em 2012, considerando os princípios da ética, transparência, disseminação e fortalecimento dos compromissos com a sustentabilidade promulgados pelo Pacto Global da ONU, a COSERN produziu e protocolou no site daquele fórum internacional ([www.unglobalcompact.org](http://www.unglobalcompact.org)), o seu Relatório de Sustentabilidade 2011, também disponível às partes interessadas em sua home page ([www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br)), como instrumento de prestação de contas das suas práticas de gestão pautada no respeito ao meio ambiente, na responsabilidade social e na rentabilidade para os acionistas.

Além disso, em junho de 2012, nas iniciativas promovidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, a COSERN aceitou o convite do Instituto ETHOS para adesão ao documento "Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos" e assinou a Carta Compromisso "Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva", a convite da Rede Brasileira do Pacto Global.

Com essas perspectivas, através do seu Programa de Responsabilidade Social "Energia para Crescer", a COSERN deu continuidade aos incentivos a projetos e iniciativas que consideram os costumes e culturas locais, o desenvolvimento da educação e a disseminação de valores sociais, como agente transformador do contexto social.

2012

(R\$ mil)

2011

(R\$ mil)

## INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

## Projetos Culturais e Institucionais

## Cultura

1. Projetos Lei Câmara Cascudo

2. Projetos Lei Rouanet

3. Projetos Lei Audiovisual

4. Patrocínios diretos\*

Projetos Esportivos\*

Corrida e Maratonas

Projetos Sociais\*

Desenvolvimento Social

Total dos investimentos

(\*) Patrocínios com recursos próprio

1.945

2.131

93

500

700

565

109

312

34

28

94

67

277

27

3.252

3.630

O projeto "Energia Verde", que foi iniciado em 2010, obteve até dezembro de 2012, a inscrição de cerca de 3.130 clientes, proporcionando a troca de 2.780 equipamentos ineficientes com um investimento de mais de R\$ 500 mil em bônus aos clientes inscritos no projeto, para incentivo à troca dos equipamentos. Além disso, foram doadas mais de 17.400 lâmpadas eficientes aos participantes, durante a inscrição no projeto.

As ações do Projeto Energia Social "Nova Geladeira", em 2012, contemplaram 10 municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do RN, dirigidas a consumidores menos favorecidos do Estado, ratificando, entre outras, as parcerias com a Casa do Menor Trabalhador, programa Caminhos da Justiça e a Fundação ABRINQ que, em 2012, teve como marco os 10 anos de renovação do Selo Empresa Amiga da Criança em reconhecimento pelas ações realizadas pela Cosern em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A renovação do selo em 2012 tomou como referência as ações e parcerias desenvolvidas durante o ano de 2011, destacadas a seguir:

## AÇÕES E PARCERIAS EM PROL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

## Faixa Etária

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

13 a 18

13 a 18

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

07 a 12

13 a 18

13 a 18

07 a 12

04 a 06

TOTAL

13 a 18

13 a 18

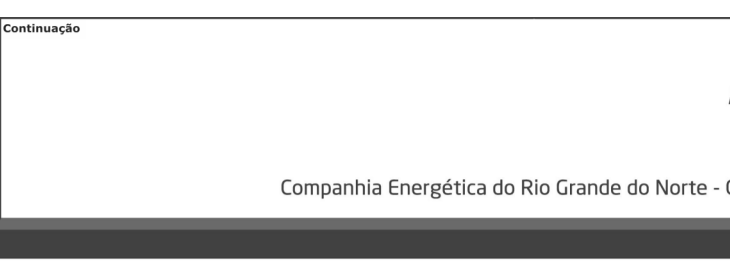
07 a 12

13 a 18





Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 Em milhares de reais

Table with columns for 31/12/12 and 31/12/11 (Reclassificado) showing cash flows for operational activities, adjustments, and tax payments.

Table showing the reduction of operational assets (AUMENTO (REDUÇÃO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing the reduction of operational liabilities (AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing the flow of cash from operational activities (FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

(\*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 Em milhares de reais

Table showing additional value (DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing revenues (Receitas) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing inputs acquired from third parties (Insunhos adquiridos de terceiros) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing added value (Valor adicionado) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing taxes and contributions (Impostos, taxas e contribuições) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing remuneration of third parties (Remuneração de Capitais de Terceiros) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing remuneration of own capitals (Remuneração de Capitais Próprios) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

Table showing added value distributed (Valor adicionado distribuído) with columns for 31/12/12 and 31/12/11.

(\*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADA) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Table showing monetary information in millions of reais, excluding when indicated otherwise.

Table showing social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) with columns for 2012 and 2011.

Table showing social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) with columns for 2012 and 2011.

Table showing social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) with columns for 2012 and 2011.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

Table showing external social indicators (INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS) for 2012 and 2011.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido.

2.5 - Imposto sobre vendas: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa...

2.6 - Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado...

2.7 - Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento...

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte...

2.9 - Contas a receber de clientes e outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a receber de clientes e outros era de R\$ 1.149.671,15...

2.10 - Contas a pagar de fornecedores e outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de fornecedores e outros era de R\$ 268.817,17...

2.11 - Contas a pagar de funcionários e outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de funcionários e outros era de R\$ 57.501,00...

2.12 - Contas a pagar de terceiros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de terceiros era de R\$ 1.999,32...

2.13 - Contas a pagar de outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de outros era de R\$ 1.999,32...

2.14 - Contas a pagar de outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de outros era de R\$ 1.999,32...

2.15 - Contas a pagar de outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de outros era de R\$ 1.999,32...

2.16 - Contas a pagar de outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de outros era de R\$ 1.999,32...

2.17 - Contas a pagar de outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de outros era de R\$ 1.999,32...

2.18 - Contas a pagar de outros: Em 31 de dezembro de 2012, o valor bruto das contas a pagar de outros era de R\$ 1.999,32...





Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9

este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão representados líquidos da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de risco, na existência de garantias reais, entre outros.

**2.10 - Títulos e valores mobiliários**  
São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

**2.11 - Estoques**  
Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

**2.12 - Outros investimentos**  
Apresentam investimentos em quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**2.13 - Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)**  
Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, ICPC 17 – Contratos de Concessão; Evidenciação e da Orientação Técnica OPC – 05 – Contratos de Concessão.

**2.14 - Questões regulatórias** classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro reconhecida no resultado é efetuada trimestralmente, considerando a atualização pelo IGP/M, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos (próxima revisão prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

**2.14 - Intangível**  
Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, as Interpretações técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, ICPC 17 Contratos de Concessão; Evidenciação e a orientação técnica OPC 04 (R1) – Custos de Empreéstimos.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de reversão para avaliar se o custo de aquisição do produto dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 14).

**2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos**  
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**2.16 - Empréstimos, financiamentos e debentures**  
As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008 e 672 de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC 04 (R1) – Contratos de Concessão, ICPC 17 – Contratos de Concessão; Evidenciação, respectivamente, os CPC 04 (R1) – Custos de Empreéstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos não reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

**2.17 - Taxas regulamentares**  
**a) Reserva Global de Reversão (RGR)**  
Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de financiamento de recursos para reversão, expansão e melhoria da infraestrutura de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em atos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. (Vide nota explicativa nº 19)

**b) Conta Consumo de Combustível (CCC)**  
Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

**c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**  
Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**  
Encargos de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**  
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**  
Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado de Energia Elétrica e o custo de manutenção do sistema elétrico no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

**2.18 - Participação nos resultados**  
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

**2.19 - Distribuição de dividendos**  
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas contábeis de reconhecimento contábil de dividendos – CPC 25 – Provisões, passivos contábeis e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício. A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, inciso III, do Decreto nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

**2.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados**  
A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fator gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

**2.21 – Provisões**  
A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante da provisão.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

**2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**  
São demonstrados os valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

**2.23 – Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**  
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis temporariamente.

**2.24 – Oneros ambientais**  
A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais constituída nas provisões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA, este na esfera estadual, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, no âmbito municipal.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para assegurar o projeto visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONGs e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

**2.25 – Segmento de negócios**  
De acordo com o pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente registrados pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de

decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

**2.26 – Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

**2.27 – Novos Pronunciamentos Contábeis**  
**2.27.1 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012**  
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1/01/2012. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial – aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1)/IAS 11 – Contratos de Construção – aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 18 (R2)/IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – aprovado pela Deliberação CVM nº 696, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R2)/IFRS 11 – Negócios em Conjunto – aprovado pela Deliberação CVM nº 694, de 23 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1)/IAS 18 – Receitas – aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados – aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do controlador, o contato de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos futuros da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras a serem emitidas a partir da data de vigência.

CPC 35 (R2)/IAS 27 – Demonstrações Separadas – aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 36 (R3)/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – aprovado pela Deliberação CVM nº 698, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45/IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades – aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 13 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo – aprovado pela Deliberação CVM nº 699, de 20 de dezembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

**2.28 – Reapresentação das cifras comparativas**  
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

| Ref   | 31/12/11    |                |
|---|-------------|----------------|
|   | Publicado   | Reclassificado |
| Ativo Circulante                                    |             |                |
| Contas a receber                                    | (a) 207.846 | 209.097        |
| Serviços em curso                                   | (b) 37.289  | 10.957         |
| Outros ativos circulantes                           | (a) 5.781   | 4.530          |
| Ativo Não Circulante                                |             |                |
| Títulos e valores mobiliários                       | (c) 28.701  | -              |
| Impostos e contribuições diferidos                  | (d) 39.698  | 113.529        |
| Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora | (d) 103.730 | -              |
| Passivo Circulante                                  |             |                |
| Taxas regulamentares                                | (b) 40.304  | 13.972         |
| Passivo Não Circulante                              |             |                |
| Empréstimos e financiamentos                        | (c) 474.879 | 446.178        |
| Impostos e contribuições diferidos                  | (d) 29.899  | -              |

| Ref                 | 31/12/11      |                |
|---------------------|---------------|----------------|
|                     | Publicado     | Reclassificado |
| Custo do serviço    | (e) (775.042) | (768.566)      |
| Despesas            |               |                |
| Despesas com vendas | (e) (47.542)  | (54.018)       |

(a) Reclassificação dos créditos a receber referente ao Subsídio baixa renda (R\$ 1.251 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a receber;

(b) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios e em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;

(c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários para apresentação de empréstimos e financiamentos líquidos das garantias vinculadas;

(d) Os impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;

(e) Reclassificação da transferência por atividade da despesa com PCLD.

**3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**  
**3.1 - Julgamentos**  
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os custos de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**3.2 - Estimativas e premissas**  
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

**a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público – ativo financeiro indenizável e ativo intangível**  
A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os amortizamentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impacta a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteado pela ICPC-01 (IFRIC-12).

**b) Contratos de construção**  
Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura, considerando que o negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Dessa forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

**c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolção.

**d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas**  
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para comercialização para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

**f) Benefícios pós-emprego**  
O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e a valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

|  | 31/12/12       | 31/12/11       |
|--|----------------|----------------|
| Caixa e Depósitos bancários à vista          | 5.406          | 6.039          |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata: |                |                |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB)       | 925            | 1.013          |
| Fundos de investimento                       | 118.593        | 147.508        |
|  | <b>124.924</b> | <b>154.560</b> |

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam de 98,5% a 100%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDBI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**  
As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

| Ref.  | 31/12/12       | 31/12/11       |
|---|----------------|----------------|
| Consumidores                                      | (a) 475.372    | 469.120        |
| Títulos a receber                                 | 1.067          | 952            |
| Comercialização de energia na CCEE                | (b) 8.950      | 16.319         |
| Disponibilização do sistema de distribuição       | 6.455          | 6.830          |
| Serviços prestados a terceiros                    | 2.131          | 2.424          |
| Serviços taxados e administrativos                | 2.636          | 2.917          |
| Subvenção à baixa renda - tarifa social           | (c) 11.402     | 1.251          |
| Outros créditos                                   | 126            | 3.700          |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (d) (66.473)   | (70.066)       |
| <b>Total</b>                                      | <b>441.666</b> | <b>433.507</b> |
| Circulante  | 241.643        | 209.097        |
| Não circulante                                    | 200.023        | 224.410        |

|                              | Saldos vencidos Até 90 dias | Saldos vencidos Mais de 90 dias | Total              |                | PCLD           |                 |
|------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------|----------------|----------------|-----------------|
|                              |                             |                                 | 31/12/12           | 31/12/11       | 31/12/12       | 31/12/11        |
| <b>Setor privado</b>         |                             |                                 |                    |                |                |                 |
| Residencial                  | 34.235                      | 28.790                          | 11.756             | 74.781         | 68.139         | (11.756)        |
| Industrial                   | 11.156                      | 2.872                           | 5.524              | 19.552         | 22.653         | (4.890)         |
| Comercial, serviços e outras | 42.573                      | 9.910                           | 9.262              | 61.745         | 56.803         | (18.203)        |
| Rural                        | 7.535                       | 3.158                           | 14.873             | 25.566         | 23.557         | (13.955)        |
|                              | <b>95.499</b>               | <b>44.730</b>                   | <b>41.415</b>      | <b>181.644</b> | <b>171.152</b> | <b>(39.863)</b> |
| <b>Setor público</b>         |                             |                                 |                    |                |                |                 |
| Poder público                |                             |                                 |                    |                |                |                 |
| Federal                      | 3.294                       | 377                             | 85                 | 3.756          | 3.167          | (85)            |
| Estadual                     | 140.126                     | 122                             | 5                  | 140.253        | 148.242        | (5)             |
| Municipal                    | 61.093                      | 2.801                           | 18.113             | 82.007         | 87.345         | (18.113)        |
|                              | <b>204.513</b>              | <b>3.300</b>                    | <b>18.203&lt;/</b> |                |                |                 |



Continuação

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

|  | Nº 1 - CD  |            | Nº 2 - BD      |                |
|--|------------|------------|----------------|----------------|
|  | 31/12/12   | 31/12/11   | 31/12/12       | 31/12/11       |
| Valor justo dos ativos no início do ano    | 381        | 712        | 100.233        | 93.084         |
| Rendimento esperado no ano                 | 51         | 89         | 10.446         | 10.328         |
| Ganho (perda) atuarial nos ativos do plano | 189        | (526)      | 3.842          | 2.746          |
| Contribuições da patrocinadora             | 121        | 104        | -              | -              |
| Contribuições de participantes             | 5          | 3          | -              | -              |
| Benefícios pagos pelo plano                | -          | -          | -              | (5.926)        |
| Valor justo dos ativos no final do ano     | <b>747</b> | <b>381</b> | <b>107.197</b> | <b>100.232</b> |

A Deliberação CVM nº 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2012:

|                              | Nº 1 - CD | Nº 2 - BD |
|------------------------------|-----------|-----------|
| Contribuição de participante | 5         | -         |
| Contribuição da empresa      | 121       | -         |

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício 2012 e 2011:

|  | Nº 1 - CD                  |                            | Nº 2 - BD                |                          |
|--|----------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------|
|  | 31/12/12                   | 31/12/11                   | 31/12/12                 | 31/12/11                 |
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial           | 8,89%                      | 10,99%                     | 8,89%                    | 10,99%                   |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano | 8,89%                      | 11,73%                     | 8,89%                    | 10,73%                   |
| Taxa de aumento nominal dos salários                         | 7,10%                      | 7,10%                      | Não aplicável            | Não aplicável            |
| Taxa de aumento nominal dos benefícios no longo prazo        | Não aplicável              | Não aplicável              | 5,00%                    | 5,00%                    |
| Taxa estimada de inflação esperada                           | 0,15                       | 0,15                       | Não aplicável            | Não aplicável            |
| Fator de capacidade  | 0,98                       | 0,98                       | 0,98                     | 0,98                     |
| Tábuas biométricas de mortalidade geral                      | AT-2000 segregada por sexo | AT-2000 segregada por sexo | AT-83 masculina por sexo | AT-83 masculina por sexo |
| Tábuas biométricas de mortalidade de inválidos               | Não aplicável              | Não aplicável              | AT-83 masculina          | AT-83 masculina          |
| Tábuas biométricas de entrada em invalidez                   | Ligth-média                | Ligth-média                | Não aplicável            | Não aplicável            |

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela COSEERN, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela FASERN.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2012 e 2011 são os seguintes:

|                | Nº 1 - CD      |                | Nº 2 - BD      |                |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                | 31/12/12       | 31/12/11       | 31/12/12       | 31/12/11       |
| Renda variável | 22,50%         | 26,10%         | 4,34%          | 6,00%          |
| Renda fixa     | 73,16%         | 69,30%         | 94,56%         | 93,00%         |
| Imóveis        | -              | -              | 0,69%          | 0,50%          |
| Outros         | 4,34%          | 4,60%          | 0,41%          | 0,50%          |
| <b>Total</b>   | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |



Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSEERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9



| Ano  | COSEERN | Ano  | COSEERN | Ano  | COSEERN | Ano  | COSEERN |
|------|---------|------|---------|------|---------|------|---------|
| 2012 | 0,03842 | 2016 | 0,03430 | 2020 | 0,02442 | 2024 | 0,02442 |
| 2013 | 0,03289 | 2017 | 0,03289 | 2021 | 0,02784 | 2025 | 0,02336 |
| 2014 | 0,03741 | 2018 | 0,03153 | 2022 | 0,02666 | 2026 | 0,02235 |
| 2015 | 0,03575 | 2019 | 0,03022 | 2023 | 0,02551 | 2027 | 0,02140 |

**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS**  
Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

|                     | 31/12/12      | 31/12/11      |
|---------------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas        | 6.966         | 5.384         |
| Cíveis              | 2.106         | 1.364         |
| Fiscais:            | <b>12.831</b> | <b>12.173</b> |
| PIS/COFINS          | 2.842         | 4.552         |
| Impostos municipais | 395           | 432           |
| INSS                | 6.875         | 4.950         |
| CSLL                | 1.903         | 1.480         |
| Outros              | 1.808         | 1.480         |
| <b>Total</b>        | <b>21.903</b> | <b>18.921</b> |

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária

**12. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)**  
O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece como os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens relacionados à concessão podem ser repositos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Após a assinatura dos contratos, o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens relacionados à concessão podem ser repositos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Após a assinatura dos contratos, o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica IPCO 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 14).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/venida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delega essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a concessão do serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

|   | Ref. | 31/12/12       | 31/12/11 |
|---|------|----------------|----------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2011        |      | 144.781        | 769      |
| Baixas                                  |      | (760)          |          |
| Transferências                          | (a)  | 155.975        |          |
| Atualização monetária / valor justo     |      | 20.915         |          |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b> |      | <b>320.911</b> |          |

(a) Transferência do intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 14) no montante de R\$ 91.349 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 64.626.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

|                                  | Ref. | 31/12/12     | 31/12/11     |
|----------------------------------|------|--------------|--------------|
| Adiantamentos a empregados       |      | 2.919        | 769          |
| Adiantamentos a fornecedores     |      | 43           | 181          |
| Serviços prestados a terceiros   |      | 933          | 822          |
| RGR a compensar                  |      | 445          | 533          |
| Dispêndios a reembolsar em curso | (a)  | 1.266        | 1.124        |
| Uso mútuo de postes              |      | 459          | 407          |
| Outros créditos a receber        |      | 1.707        | 1.069        |
| <b>Total</b>                     |      | <b>7.772</b> | <b>4.905</b> |
| Circulante                       |      | 6.822        | 4.530        |
| Não circulante                   |      | 822          | 375          |

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 29.396 (R\$ 17.031 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 5, item d.

(a) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

|                                  | Ref. | 31/12/12     | 31/12/11     |
|----------------------------------|------|--------------|--------------|
| Adiantamentos a empregados       |      | 2.919        | 769          |
| Adiantamentos a fornecedores     |      | 43           | 181          |
| Serviços prestados a terceiros   |      | 933          | 822          |
| RGR a compensar                  |      | 445          | 533          |
| Dispêndios a reembolsar em curso | (a)  | 1.266        | 1.124        |
| Uso mútuo de postes              |      | 459          | 407          |
| Outros créditos a receber        |      | 1.707        | 1.069        |
| <b>Total</b>                     |      | <b>7.772</b> | <b>4.905</b> |
| Circulante                       |      | 6.822        | 4.530        |
| Não circulante                   |      | 822          | 375          |

Adiantamentos a empregados

Adiantamentos a fornecedores

Serviços prestados a terceiros

RGR a compensar

Dispêndios a reembolsar em curso

Uso mútuo de postes

Outros créditos a receber

**Total**

Circulante

Não circulante

**14. INTANGÍVEL**  
Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

|   | 31/12/2012           | 31/12/2011           |               |                |
|---|----------------------|----------------------|---------------|----------------|
| Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%) |                      |                      |               |                |
| Custo   | Amortizada acumulada | Obrigações especiais | Valor líquido | Valor líquido  |
| 4,84%   | 706.232              | (223.225)            | 33.441        | 516.448        |
| Em serviço  | 62.087               | 562.087              |               |                |
| Direito de uso da concessão                       | 93.990               | (11.014)             | 105.004       | 95.992         |
| <b>Total</b>                                      | <b>800.222</b>       | <b>(223.225)</b>     | <b>44.455</b> | <b>621.452</b> |

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

|   | Em serviço           | Em curso         | Total         |                      |               |               |
|---|----------------------|------------------|---------------|----------------------|---------------|---------------|
| Custo                                   | Amortizada acumulada | Valor líquido    | Custo         | Obrigações especiais | Valor líquido | Total         |
| 616.209                                 | (118.349)            | 8.203            | 506.063       | 75.084               | (3.061)       | 72.023        |
| Adições                                 | -                    | -                | -             | 145.342              | (2.237)       | 143.105       |
| Baixas                                  | (1.741)              | 2.289            | 548           | -                    | -             | 548           |
| Amortizações                            | (61.960)             | 7.971            | (53.989)      | -                    | -             | (53.989)      |
| Transferências - Intangíveis            | 99.770               | -                | (4.701)       | 95.069               | (99.770)      | 4.701         |
| Transferências - Ativos financeiros     | 7.506                | -                | 8.829         | 14.335               | (36.338)      | 1.285         |
| Transferências - Outros                 | -                    | -                | 61            | 61                   | -             | 61            |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b> | <b>721.744</b>       | <b>(178.020)</b> | <b>18.363</b> | <b>562.087</b>       | <b>86.184</b> | <b>8.708</b>  |
| Adições                                 | -                    | -                | -             | 176.085              | (1.931)       | 174.154       |
| Baixas                                  | (19.326)             | 16.225           | -             | (3.101)              | -             | (3.101)       |
| Amortizações                            | (61.473)             | 6.707            | (54.766)      | -                    | -             | (54.766)      |
| Transferências - Intangíveis            | 105.765              | -                | (2.221)       | 103.544              | (105.765)     | 2.221         |
| Transferências - Ativos financeiros     | (101.951)            | -                | 16.002        | (81.349)             | (65.642)      | 1.016         |
| Transferências - Outros                 | -                    | 43               | (10)          | 33                   | 3.128         | 3.161         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b> | <b>706.232</b>       | <b>(223.225)</b> | <b>33.441</b> | <b>516.448</b>       | <b>93.990</b> | <b>11.014</b> |

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para a aplicação do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior. Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCP 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuído ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$ 91.349 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCP 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Após a assinatura dos contratos, o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**15. FORNECEDORES**  
A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

|                         | 31/12/12       | 31/12/11      |
|-------------------------|----------------|---------------|
| Energia elétrica:       | <b>85.534</b>  | <b>64.018</b> |
| Terceiros               | 84.488         | 63.021        |
| Partes relacionadas     | 1.046          | 997           |
| Encargos de uso da rede | <b>11.164</b>  | <b>9.185</b>  |
| Terceiros               | 11.152         | 9.177         |
| Partes relacionadas     | 12             | 8             |
| Materiais e serviços    | <b>21.962</b>  | <b>9.536</b>  |
| Terceiros               | 21.886         | 9.300         |
| Partes relacionadas     | 76             | 2.036         |
| Energia livre           | <b>10.288</b>  | <b>9.316</b>  |
| Total                   | <b>128.948</b> | <b>91.755</b> |
| Circulante              | 118.659        | 82.739        |
| Não circulante          | 10.289         | 9.016         |

O saldo de não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28/09/2010 obtve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

| Composição da dívida           | Taxa Efetiva                   | Encargos      |                | Principal      |                | Total          |                |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                |                                | Circulante    | Não Circulante | Circulante     | Não Circulante | 31/12/12       | 31/12/11       |
| <b>Moeda nacional</b>          |                                |               |                |                |                |                |                |
| BNB                            | 10,00% a.a. a 13,20% a.a.      | 90            | -              | 27.709         | 62.533         | 90.332         | 119.622        |
| (+) Custos de transação        | -                              | -             | -              | -              | -              | -              | (420)          |
| <b>BNDES FINEM</b>             | TJLP + 3,20% a.a. (8,06% a.a.) | 466           | -              | 24.708         | 122.189        | 147.363        | 114.258        |
| Eletrobrás                     | 5,00% a.a. a 5,45% a.a.        | -             | -              | -              | 2.880          | 8.801          | 11.681         |
| FINEP                          | 5,27% a.a. a 5,34% a.a.        | 37            | -              | 2.996          | 13.978         | -              | 18.259         |
| (-) Custos de transação        | -                              | -             | (38)           | (75)           | -              | (137)          | -              |
| <b>Total</b>                   |                                | <b>37</b>     |                | <b>2.958</b>   | <b>13.903</b>  |                | <b>18.122</b>  |
| Banco do Brasil                | 13,55% a.a / 13,76% a.a.       | 13.807        | 18.858         | -              | 234.298        | 266.963        | 250.361        |
| (+) Custos de transação        | -                              | -             | -              | (1.108)        | (787)          | (1.895)        | (2.952)        |
| Operações com swap             | -                              | -             | -              | (1.108)        | (7.821)        | (7.821)        | (3.187)        |
| <b>Total moeda nacional</b>    |                                | <b>13.807</b> | <b>18.858</b>  | <b>(1.108)</b> | <b>225.690</b> | <b>257.247</b> | <b>244.222</b> |
| <b>Moeda estrangeira</b>       |                                | <b>14.400</b> | <b>18.858</b>  | <b>57.147</b>  | <b>433.116</b> | <b>523.521</b> | <b>510.507</b> |
| BANK OF AMERICA                | 64                             | -             | (42)           | (188)          | (4.614)        | (1.731)        | 16.456         |
| Operações com swap             | -                              | -             | -              | (4.268)        | 19.087         | 14.683         | 14.725         |
| <b>Total moeda estrangeira</b> |                                | <b>64</b>     |                | <b>(4.268)</b> | <b>19.087</b>  | <b>14.683</b>  | <b>14.725</b>  |
| (+) Depósitos em garantias     | -                              | -             | -              | (21.028)       | (21.028)       | (28.701)       | -              |
| <b>Total</b>                   |                                | <b>14.464</b> | <b>18.858</b>  | <b>52.679</b>  | <b>431.176</b> | <b>517.176</b> | <b>496.531</b> |



Continuação

## 19. TAXAS REGULAMENTARES

|  | Ref. | 31/12/12      | 31/12/11      |
|--|------|---------------|---------------|
| Reserva Global de Reversão – RGR                                   | (a)  | -             | 1.868         |
| Conta de Consumo de Combustível – CCC                              |      | 2.553         | 5.158         |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético – CDE                 |      | 857           | 795           |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT |      | 499           | 418           |
| Empresa de Pesquisa Energética – EPE                               |      | 249           | 209           |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P&D                                   |      | 7.287         | 7.036         |
| Programa de Eficiência Energética – PEE                            |      | 1.393         | 776           |
| Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica–TFSEE     |      | 212           | 212           |
| Encargo do Consumidor – Tesouro Nacional                           |      | 748           | 627           |
| <b>Total</b>   |      | <b>13.798</b> | <b>17.099</b> |
| Circulante   |      | 13.323        | 13.972        |
| Não circulante   |      | 475           | 3.127         |

(a) Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Por sua vez, o Despacho nº 34, de 10 de janeiro de 2013 revoga os Despachos que fixaram as quotas mensais de RGR do exercício de 2012, especificamente no que diz respeito às quotas que deveriam ser cobradas a partir de 15 de janeiro de 2013, com vistas à redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

## 20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

|   | 31/12/12      | 31/12/11      |
|---|---------------|---------------|
| <b>Circulante</b>   |               |               |
| Imposto de renda – IR   | 837           | 723           |
| Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL                | -             | 3.608         |
| Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS                  | 30.145        | 27.000        |
| Programa de integração social – PIS                             | 2.786         | 2.345         |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS | 12.838        | 10.800        |
| Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS                  | 2.112         | 1.521         |
| Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS                   | 320           | 296           |
| Imposto sobre serviços – ISS                                    | 1.208         | 718           |
| Outros  | 634           | 310           |
| <b>Total</b>  | <b>50.880</b> | <b>47.321</b> |

## 21. DIVIDENDOS E JÚROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

| Deliberação                                   | Provento                                    | Valor deliberado | Valor por ação |              |              |
|---|---|------------------|----------------|--------------|--------------|
|   |   |                  | ON             | PNA          | PNB          |
| <b>2012</b>                                   |   |                  |                |              |              |
| AGDE de 17 de abril de 2012                   | Dividendos a partir da Reserva de Lucros    | 30.504           | 0,1774443794   | 0,1951888173 | 0,1951888173 |
| AGDE de 17 de abril de 2012                   | Dividendos Complementares                   | 101.982          | 0,5932389843   | 0,6525628937 | 0,6525628937 |
| RCA de 28 de dezembro de 2012                 | JSCP  | 36.195           | 0,2105478219   | 0,2316026041 | 0,2316026041 |
| Estatuto da Companhia – Capítulo VI (Art. 35) | Complemento dividendos mínimos obrigatórios | 14.438           | 0,0839905475   | 0,0923896023 | 0,0923896023 |
| <b>2011</b>                                   |   |                  |                |              |              |
| RCA de 31 de março de 2011                    | JSCP  | 10.788           | 0,0628131025   | 0,0690944127 | 0,0690944127 |
| AGD de 25 de abril de 2011                    | Dividendos                                  | 87.342           | 0,5080770885   | 0,5588847754 | 0,5588847754 |
| RCA de 30 de junho de 2011                    | JSCP  | 10.789           | 0,0628189196   | 0,0690908115 | 0,0690908115 |
| RCA de 29 de agosto de 2011                   | Dividendos                                  | 59.572           | 0,3485370083   | 0,3811907091 | 0,3811907091 |
| RCA de 30 de setembro de 2011                 | JSCP  | 10.789           | 0,0628189196   | 0,0690908115 | 0,0690908115 |
| RCA de 29 de dezembro de 2011                 | JSCP  | 5.227            | 0,0304060091   | 0,0334466100 | 0,0334466100 |
|   |   | <b>184.537</b>   |                |              |              |

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% de lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "A" e "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

|  | 31/12/12       | 31/12/11       |
|--|----------------|----------------|
| <b>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido</b>  |                |                |
| Ações ordinárias   | 38.215         | 37.582         |
| Ações preferenciais classe "A"   | 6.676          | 6.566          |
| Ações preferenciais classe "B"   | 5.742          | 5.646          |
| <b>Total</b>   | <b>50.633</b>  | <b>49.794</b>  |
| <b>Dividendos mínimos – sobre o lucro líquido ajustado</b>                                       |                |                |
| Lucro líquido do exercício   | 245.872        | 232.128        |
| Incentivo fiscal SUDENE  | (43.340)       | (32.951)       |
| Amortização do ágio incorporado  | 24.513         | 25.412         |
| Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido                                       | (16.179)       | (16.772)       |
| Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado  | (8.334)        | (8.640)        |
| <b>Total</b>   | <b>202.532</b> | <b>199.177</b> |
| <b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>   | <b>50.633</b>  | <b>49.794</b>  |
| <b>Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos e propostos:</b>                               |                |                |
| Dividendos intermediários  | -              | 59.572         |
| Juros sobre capital próprio – R\$ 0,2105478219 por ação ON e R\$ 0,2316026041 por ação PNA e PNB | 36.195         | 37.623         |
| <b>Total Bruto</b>   | <b>36.195</b>  | <b>97.195</b>  |
| <b>Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)</b>             | <b>(753)</b>   | <b>(783)</b>   |

(\*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos é como segue:

|   |               |
|---|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2011        | 5.909         |
| Declarados                              | 183.119       |
| Imposto de renda retido na fonte – IRRF | (753)         |
| Pagos no período                        | (137.493)     |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b> | <b>50.792</b> |

## 22. PROVISÕES

As provisões constituídas para reservas trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 11.275 classificadas no passivo circulante (R\$ 6.415 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 20.264 no não circulante (R\$ 22.384 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

|   | Trabalhistas  | Cíveis       | Fiscais      | Total         |
|---|---------------|--------------|--------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2011        | 15.956        | 8.140        | 4.703        | 28.799        |
| Constituição                            | 3.362         | 1.672        | 33           | 5.067         |
| Baixas/reversões                        | (2.231)       | (3.062)      | (62)         | (5.355)       |
| Atualização                             | 1.435         | 1.203        | 390          | 3.028         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b> | <b>18.522</b> | <b>7.953</b> | <b>5.064</b> | <b>31.539</b> |

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

## Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

|                               | Valor Atualizado | Expectativa de Perda | Valor Provisionado |
|-------------------------------|------------------|----------------------|--------------------|
| <b>Trabalhista</b>            |                  |                      |                    |
| Ex-empregados da Companhia    | 2.123            | 1ª, 2ª e 3ª          | 2.123              |
|                               | 2.408            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               | 1.146            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Ex-empregados de Empreiteiras | 6.412            | 1ª, 2ª e 3ª          | 6.412              |
|                               | 8.135            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               | 444              | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Empregados                    | 9.987            | 1ª, 2ª e 3ª          | 9.987              |
|                               | 1.184            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               | -                | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| <b>Total</b>                  | <b>31.839</b>    |                      | <b>18.522</b>      |

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

| Cível                         | Ref. | Valor Atualizado | Expectativa de Perda | Valor Provisionado |
|-------------------------------|------|------------------|----------------------|--------------------|
| <b>Cientes – Tarifas</b>      |      |                  |                      |                    |
| Plano Cruzado                 | (1)  | 824              | 1ª, 2ª e 3ª          | 824                |
|                               |      | 124              | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               |      | 1.011            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Indenização por perdas        | (2)  | 1.940            | 1ª, 2ª e 3ª          | 1.940              |
|                               |      | 67.913           | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               |      | 681              | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Acidentes/trabalho            | (3)  | 1.585            | 1ª, 2ª e 3ª          | 1.585              |
|                               |      | 4.731            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               |      | 687              | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Irregularidade de consumo     | (4)  | 730              | 1ª, 2ª e 3ª          | 730                |
|                               |      | 5.069            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               |      | 662              | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Negativação SPC e Serasa      | (5)  | 186              | 1ª, 2ª e 3ª          | 186                |
|                               |      | 1.744            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               |      | 5                | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Societário Ações Cooperativas | (6)  | 1.267            | 1ª, 2ª e 3ª          | 1.267              |
|                               |      | 18               | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| Outras                        | (8)  | 362.000          | 1ª, 2ª e 3ª          | 362.000            |
|                               |      | 60.662           | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|                               |      | 6.115            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| <b>Total</b>                  |      | <b>520.624</b>   |                      | <b>7.953</b>       |

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes – Tarifas Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidentes/Trabalho – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes e danos materiais causados por danos físicos.

(4) Irregularidade de consumo – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.

(5) Negativação SPC e Serasa – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.

(6) Societário Ações – Ação que envolve questionamento sobre suposto direito de ações.

(7) Cooperativas – Ações Judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FCOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.

(8) Outras – Administrativa, Contrato de Mandato, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercussões, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

| Fiscais     | Ref. | Valor Atualizado | Expectativa de Perda | Valor Provisionado |
|-------------|------|------------------|----------------------|--------------------|
| <b>ICMS</b> | (1)  | 869              | 1ª, 2ª e 3ª          | 869                |
|             |      | 39.573           | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| ISS         | (2)  | 6.124            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|             |      | 16.497           | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| CSLL        | (3)  | 31.141           | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|             |      | 9.260            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| COFINS      | (4)  | 68               | 1ª, 2ª e 3ª          | 68                 |
|             |      | 1.251            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|             |      | 1.427            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| IRPJ/IRRF   | (5)  | 106.449          | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|             |      | 19.286           | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| INSS        | (6)  | 4.127            | 1ª, 2ª e 3ª          | 4.127              |
|             |      | 988              | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
|             |      | 38               | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |



Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9

| Fiscais                 | Ref. | Valor Atualizado | Expectativa de Perda | Valor Provisionado |
|-------------------------|------|------------------|----------------------|--------------------|
| Incentivo Fiscal SUDENE |      | 2.505            | 1ª, 2ª e 3ª          | 2.505              |
| Outras                  | (7)  | 3.683            | 1ª, 2ª e 3ª          | -                  |
| <b>Total</b>            |      | <b>243.286</b>   |                      | <b>5.064</b>       |

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS – Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.

(2) ISS – Refere-se a autos de infração lavrados pelo Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.

(3) CSLL – Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(4) COFINS – Refere-se a processo judicial onde se buscou a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.

(5) IRPJ/IRRF: IRPJ – Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em abril de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Nacional apresentou recurso em julho de 2012.

IRRF: Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de Juros sobre capital próprio. A Companhia interps impugnação administrativa sob o argumento de que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº 01/2002. No último mês de abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou o auto de infração. Aguarda-se lavratura do acórdão.

(6) INSS – Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da empresa entendem que a outra parte dos valores cobrados podem ser devidos e considerando que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

(7) Outras – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

## 23. OUTROS PASSIVOS

|   | Ref | 31/12/12      | 31/12/11      |
|---|-----|---------------|---------------|
| Consumidores                              | (1) | 16.916        | 13.375        |
| Empregados – adiantamento acordo coletivo |     | 2             | 2             |
| Empréstimos compulsórios – ELETROBRÁS     |     | 293           | 293           |
| Caução em garantia                        | (2) | 12.196        | 6.265         |
| Encargos CBEÉ                             |     | 21            | 21            |
| Adiantamentos recebidos                   |     | 2.862         | 2.463         |
| Outros                                    |     | 9.410         | (452)         |
| <b>Total</b>                              |     | <b>41.700</b> | <b>21.967</b> |
| Circulante                                |     | 38.154        | 16.640        |
| Não circulante                            |     | 3.546         | 5.327         |

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Capital social**

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

| Acionistas      | Nº de Ações (EM UNIDADES) |      | Ações Ordinárias |      | Ações Preferenciais |      | Total       |      |
|-----------------|---------------------------|------|------------------|------|---------------------|------|-------------|------|
|                 | Única                     | %    | A                | %    | B                   | %    | Total       | %    |
| Neoenergia S.A. | 110.814.372               | 85,4 | 16.507.498       | 80,1 | 14.645.619          | 82,6 | 141.967.489 | 84,5 |
| Iberdrola       |                           |      |                  |      |                     |      |             |      |
| Energia SA      | 8.147.546                 | 6,3  | 2.217.674        | 10,8 | 1.417.164           | 8,0  | 11.782.384  | 7,0  |
| Uptick          | 7.576.650                 | 5,8  | 1.156.609        | 5,6  | 1.047.352           | 5,9  | 9.780.611   | 5,8  |
| Previ           |                           |      |                  |      |                     |      |             |      |



Continuação

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

**a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:**  
Baguari - Contrato nº 4600017985, vigência de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº 599 de 11 de dezembro de 2007.  
Rio PCH I - Contrato nº 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.163 de dezembro de 2007.  
Goias Sul - Contrato nº 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizativas ANEEL nº 881 e 882 de 24 de abril de 2007.  
Energética Águas da Pedra - Contrato 4600020539, vigência de 01 de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 232 de 19 de setembro de 2006.

**b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**  
Neoenergia Serviços Ltda - Contrato nº 4600019864, vigência de 08 de agosto de 2010 até 08 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº 2.758, de 20 de setembro de 2010.  
**Operação de Energia**  
Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

**f) Contrato de locação de imóveis**  
Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020646 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.  
Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado.

**g) Remuneração da administração**  
A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.399 (R\$ 1.570 em 31 de dezembro de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

**30. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**  
Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

**Considerações gerais e Políticas**  
A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

**Gestão do Capital Social**  
A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários - Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e letras de câmbio são classificados como mantidos, pois o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da

Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 53.000 - é considerado como item objeto de hedge e está contabilizado pelo valor justo.

- Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge e estão contabilizados pelos seus valores justos.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

- Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais - têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.

- Operação com derivativo para troca de taxa de juros - consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (comprissimos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

| Ativo                                 | Categoria | 31/12/12 |         | 31/12/11 |         |
|---------------------------------------|-----------|----------|---------|----------|---------|
|                                       |           | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado |
| Caixa e equivalentes de caixa         |           | 124.924  | 124.924 | 154.560  | 154.560 |
| Títulos e valores mobiliários         |           | 12.982   | 12.982  | 17.452   | 17.452  |
| Contas a receber de clientes e outros |           | 441.666  | 441.666 | 433.507  | 433.507 |

**Passivo**

| Fornecedores   | Nível   | 31/12/12  |           | 31/12/11  |           |
|--|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|  |         | Contábil  | Mercado   | Contábil  | Mercado   |
| Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)    | Nível 2 | (76.156)  | (76.156)  | (66.245)  | (66.245)  |
| Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional  |         | (434.158) | (434.158) | (418.748) | (418.748) |
| Debêntures em moeda nacional                           | Nível 1 | (72.877)  | (72.779)  | (100.540) | (131.643) |
| Empréstimos, finance e debêntures em moeda estrangeira | Nível 2 | (19.298)  | (19.298)  | (16.456)  | (16.456)  |
| Instrumentos financeiros derivativos                   | Nível 2 | 12.436    | 12.436    | 4.918     | 4.918     |

\* CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precisar das obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- Operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) no valor de R\$ 53.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

| Descrição                  | Contraparte     | Data dos Contratos | Data de Vencimento | Posição                  | Valores de Referência |             | Valor Justo | Efeito acumulado 31/12/12 | Valor a receber/ recebido - a pagar/pago |              |              |
|----------------------------|-----------------|--------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|-------------|-------------|---------------------------|--|--------------|--------------|
|                            |                 |                    |                    |                          | Moeda Estrangeira     | Moeda Local |             |                           |  |              |              |
| <b>Contratos de swaps:</b> |                 |                    |                    |                          |                       |             |             |                           |  |              |              |
| <b>Swap</b>                |                 |                    |                    |                          |                       |             |             |                           |  |              |              |
| Ativa                      | Bank Of America | 08/04/11           | 06/05/16           | USD 6M LIBOR + 2,39%a.a. | USD 9.482             | USD 9.482   | R\$ 15.000  | R\$ 15.000                | 19.777                                   | 16.989       | -            |
| Passiva                    |                 |                    |                    | CDI - 6%a.a.             | -                     | -           | -           | -                         | 15.162                                   | 15.258       | -            |
| <b>Total</b>               |                 |                    |                    |                          |                       |             |             |                           | <b>4.615</b>                             | <b>1.731</b> | <b>887</b>   |
| <b>Swap</b>                |                 |                    |                    |                          |                       |             |             |                           |  |              |              |
| Ativa                      | Banco do Brasil | 06/05/10           | 14/04/14           | 12,16% a.a.              | -                     | -           | R\$ 53.000  | R\$ 53.000                | 76.157                                   | 66.245       | -            |
| Passiva                    |                 |                    |                    | 99,5% do CDI             | -                     | -           | -           | -                         | 68.336                                   | 63.058       | -            |
| <b>Total</b>               |                 |                    |                    |                          |                       |             |             |                           | <b>7.821</b>                             | <b>3.187</b> | <b>2.482</b> |
|                            |                 |                    |                    |                          |                       |             |             |                           | <b>12.436</b>                            | <b>4.918</b> | <b>3.369</b> |

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

**Fatores de Risco**

- Riscos financeiros

- Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexada à variação cambial captada na Companhia, visando assegurar que oscilações não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 3.369 (R\$ 2.291, resultado positivo em 31 de dezembro de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Operação                  | Risco          | R\$ Mil          |              |               |
|---------------------------|----------------|------------------|--------------|---------------|
|                           |                | cenário Provável | cenário (II) | cenário (III) |
| Dívida em Dólar           | Alta do Dólar  | (2.858)          | (3.373)      | (4.287)       |
| Swap Ponta Ativa em Dólar | Queda do Dólar | 41.168           | 5.210        | 6.253         |
| Exposição Líquida         |                | 1.310            | 1.638        | 1.965         |

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 193.778 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de impacto demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

| Operação  | Risco        | R\$ Mil          |              |               |
|---|--------------|------------------|--------------|---------------|
|   |              | cenário Provável | cenário (II) | cenário (III) |
| <b>ATIVOS FINANCEIROS</b>                       |              |                  |              |               |
| Aplicações financeiras em CDI                   | Queda do CDI | 2.771            | 2.079        | 1.386         |
| Aplicações financeiras - SELIC                  | Queda do CDI | -                | -            | -             |
| <b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>                     |              |                  |              |               |
| <b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b> |              |                  |              |               |
| Dívidas em CDI                                  | Alta do CDI  | (6.070)          | (7.588)      | (9.106)       |
| Dívida em TJLP                                  | Alta da TJLP | 12.803           | 16.004       | 19.204        |
| Swap Ponta Passiva em CDI                       | Alta do CDI  | (1.936)          | (2.420)      | (2.904)       |

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

| Operação  | Risco        | R\$ Mil          |              |               |
|---|--------------|------------------|--------------|---------------|
|   |              | cenário Provável | cenário (II) | cenário (III) |
| <b>ATIVOS FINANCEIROS</b>                       |              |                  |              |               |
| Aplicações financeiras em CDI                   | Queda do CDI | 2.771            | 2.079        | 1.386         |
| Aplicações financeiras - SELIC                  | Queda do CDI | -                | -            | -             |
| <b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>                     |              |                  |              |               |
| <b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b> |              |                  |              |               |
| Dívidas em CDI                                  | Alta do CDI  | (6.070)          | (7.588)      | (9.106)       |
| Dívida em TJLP                                  | Alta da TJLP | 12.803           | 16.004       | 19.204        |
| Swap Ponta Passiva em CDI                       | Alta do CDI  | (1.936)          | (2.420)      | (2.904)       |

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

| Operação  | Risco        | R\$ Mil          |              |               |
|---|--------------|------------------|--------------|---------------|
|   |              | cenário Provável | cenário (II) | cenário (III) |
| <b>ATIVOS FINANCEIROS</b>                       |              |                  |              |               |
| Aplicações financeiras em CDI                   | Queda do CDI | 2.771            | 2.079        | 1.386         |
| Aplicações financeiras - SELIC                  | Queda do CDI | -                | -            | -             |
| <b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>                     |              |                  |              |               |
| <b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b> |              |                  |              |               |
| Dívidas em CDI                                  | Alta do CDI  | (6.070)          | (7.588)      | (9.106)       |
| Dívida em TJLP                                  | Alta da TJLP | 12.803           | 16.004       | 19.204        |
| Swap Ponta Passiva em CDI                       | Alta do CDI  | (1.936)          | (2.420)      | (2.904)       |

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

| Operação  | Risco        | R\$ Mil          |              |               |
|---|--------------|------------------|--------------|---------------|
|   |              | cenário Provável | cenário (II) | cenário (III) |
| <b>ATIVOS FINANCEIROS</b>                       |              |                  |              |               |
| Aplicações financeiras em CDI                   | Queda do CDI | 2.771            | 2.079        | 1.386         |
| Aplicações financeiras - SELIC                  | Queda do CDI | -                | -            | -             |
| <b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>                     |              |                  |              |               |
| <b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b> |              |                  |              |               |
| Dívidas em CDI                                  | Alta do CDI  | (6.070)          | (7.588)      | (9.106)       |
| Dívida em TJLP                                  | Alta da TJLP | 12.803           | 16.004       | 19.204        |
| Swap Ponta Passiva em CDI                       | Alta do CDI  | (1.936)          | (2.420)      | (2.904)       |

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.





# MORADIA DE RISCO

**/ PONTA NEGRA /** PRÉDIO DE QUATRO ANDARES INCLINA E COMPROMETE A SEGURANÇA DE MORADORES VIZINHOS, QUE RECLAMAM DE ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA FALTA DE FISCALIZAÇÃO. BOMBEIROS ACREDITAM EM FALHA NAS FUNDAÇÕES

CLÁUDIO OLIVEIRA  
DO NOVO JORNAL

UM PRÉDIO EM construção com quatro andares foi interditado pelo Corpo de Bombeiros na tarde de ontem, em Ponta Negra, por ameaça de desabamento. Com ele cinco casas das imediações e o trecho da rua marginal à Rota do Sol, também foram interditados.

O edifício tem cerca de quinze metros de altura e está sendo construído na Rua Estrela do Mar, a marginal da Avenida Praia de Pirangi (início da Rota do Sol), pela empresa Cral Construção e Empreendimentos. Por volta das 15h de ontem, moradores e operários da obra ouviram um forte estalo e quando observaram as colunas do prédio estavam cedendo.

Do lado de fora grandes rachaduras nas laterais e na fachada do imóvel comprovam que a estrutura sofreu um forte abalo a ponto de ficar inclinada. Um buraco se abriu no chão do edifício e as rachaduras vistas nas paredes de todos os pavimentos também se estenderam pelo chão do prédio.

Cerca de dez operários esta-

vam em serviço no momento do acidente e, assustados, saíram correndo e levando os poucos objetos pessoais que conseguiram juntar no momento de aperto. No interior da obra, que servia abrigo temporário para parte do grupo, deixaram roupas, toalhas, materiais e ferramentas. Ninguém ficou ferido. O canteiro ainda guarda uma grande quantidade de sacos de cimento, areia para construção, pedras e tijolos, que revelam o ritmo acelerado dos serviços.

O Corpo de Bombeiros foi acionado e, imediatamente, interditou a obra. Para garantir a segurança dos vizinhos mais próximos, uma vez que a qualquer momento o edifício poderia ruir, atingir pelo menos cinco casas e fazer vítimas entre os moradores.

"Fizemos a interdição porque não há como garantir a segurança das pessoas próximas, por isso, cinco lotes que estão mais próximos do edifício em construção foram interditados", explicou o tenente do Corpo de Bombeiros, Daniel Gleidson, que coordenou a ação.

De acordo com o oficial, tudo indica que o problema se encontra na base de sustentação do



Um dos pilares do prédio afundou no solo

FOTOS: EDUARDO MAIA / NU

prédio. "Pelo que pudemos observar, o problema ocorreu nas acomodações do solo, que por algum motivo não suportaram e levaram as colunas a cederem", explicou.

Ele relatou que cabia ao Corpo de Bombeiros fazer a interdição do local e aos engenheiros da própria empresa, da Prefeitura ou do Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte) fazer uma avaliação da obra e emitir algum parecer técnico a respeito, constatando o que ocasionou o problema e se seria possível resolver sem que o prédio desabasse.

O oficial do Corpo de Bombeiros não soube precisar o que realmente vai acontecer com o imóvel. Segundo Gleidson, será preciso uma avaliação mais detalhada para se descobrir se a estrutura vai ruir e quando isso pode acontecer.

Até a noite de ontem o prédio não havia caído, mas os estalos na estrutura continuavam sendo ouvidos. Dependendo da análise técnica a empresa poderá implodir e, se houver possibilidade de aproveitar a obra, fazer o escoramento para substituir cada pavimento.

## EMBARGADA, OBRA FOI RETOMADA

O risco que a obra representava já era pressentido pelos moradores. Eles estavam atentos à construção que, na opinião de alguns, parecia irregular, tanto que chegou a ser embargada no início do ano passado. Segundo conta a aposentada Ana Maria Lacerda, a obra era suspeita porque não havia nenhuma placa que informasse que o Crea tivesse fiscalizado.

Ela conta que, junto ao marido já falecido, moveu e ganhou uma ação que embargou a construção. O empreendimento, diz, pertencia a um estrangeiro que vendeu o imóvel, mas o novo proprietário conseguiu retomar os serviços no final do ano passado. "Sempre cismei com essa obra. Não havia as bandejas de proteção, apenas umas tábuas. Outro dia, um martelo caiu lá de cima e quase atingiu minha filha que varria o quintal", reclama a aposentada, uma das que tiveram a casa interditada e, até o início da noite de ontem, não sabia para onde ir.

A dona de casa, Estela Freire que mora vizinha ao prédio, também estava sem teto. Ela conta que o braço do guindaste com materiais da obra pas-

sava por cima da casa dela. Sem perceber nenhuma preocupação com segurança, de parte da empresa, a família vivia em constante alerta. A desconfiança de que a estrutura poderia ruir vinha dos estalos que ela e os outros vizinhos escutavam quase diariamente.

Ontem o estalo foi diferente. "A gente escutou um barulho como se algo tivesse quebrando. Mesmo assim, não pensei de imediato que vinha daí. Não me dei conta do perigo", relata.

Ela só soube que se tratava daquele prédio tão questionado quando operários de outra obra bateram à sua porta avisando-a do perigo.

Um desses operários era Josué Souza que trabalha na obra de outro imóvel na outra rua. Ele diz que quando ouviu o estalo e viu a estrutura inclinar correu para ver se alguém se ferira. "Eu corri e ajudei a velhinha daquela casa e a mulher dessa outra. Parte da parede caiu por cima da outra parede", relata temeroso que o resto do prédio viesse abaixo a qualquer momento. A experiência do peão de obra via aquele como um caso perdido.

Depois de muita reclamação dos moradores, a obra havia recebido a visita do Crea-RN há cerca de vinte dias. De acordo com o gerente de fiscalização do órgão, Luiz Carlos Madruga, ontem não foi possível averiguar o processo daquela obra porque quando a notícia chegou ao órgão, o expediente já havia terminado.

Ele diz que a empresa já havia sido notificada pelo Conselho porque não tinha o registro do empreendimento através da Anotação de Responsabilidade Técnica, ou seja, o registro do contrato com o profissional engenheiro que deve responder tecnicamente pela obra.

"Quando foi vistoriada não chegava ao estágio que está hoje. Devem ter acrescentado outra laje que provocou o acidente. Notificamos para que tivesse um acompanhamento técnico do profissional", relata.

Agora, o Crea vai averiguar se já havia esse profissional. Se for o caso, o órgão deverá abrir um procedimento disciplinar para apurar a responsabilidade do mesmo. No entanto, o gerente de fiscalização diz que o embargo não caberia ao Crea, mas sim aos órgãos municipais de fiscalização. "Não embargamos nem interditamos. Cabe à Defesa Civil, ou à Prefeitura, quando há risco iminente de ruir", declarou.



“ SEMPRE CISMEI COM ESSA OBRA. NÃO HAVIA AS BANDEJAS DE PROTEÇÃO, APENAS UMAS TÁBUAS ”

Ana Maria Lacerda  
Aposentada



“ EU CORRI E AJUDEI A VELHINHA DAQUELA CASA E A MULHER DESSA OUTRA. PARTE DA PAREDE CAIU POR CIMA DA OUTRA ”

Josué Souza  
Operário

## EMPRESA NÃO SE PRONUNCIA SOBRE PROBLEMA

O nome da empresa Cral Construções e Empreendimentos, responsável pela obra, só pôde ser conhecido porque no muro da frente da construção já havia um banner anunciando a venda dos flats daquele edifício, informando ainda o valor mínimo (R\$ 99 mil) e o número de um telefone celular.

Pelo número descrito, ninguém atendeu ou retornou as ligações. Outro contato foi passado pelos moradores da rua. É o do advogado da construtora, identificado por eles pelo nome de Luiz.

Segundo informaram, Luiz esteve no local pouco depois do incidente, deixou o número de telefone para contato e lhes disse que estaria indo se reunir com os responsáveis pelo empreendimento para decidir o que fazer quanto à obra e à responsabilidade com os moradores, que devido ao problema estavam sem ter onde ficar.

No entanto, todas as tentativas de ligação para o telefone do advogado foram parar na caixa de mensagens. O advogado Luiz também não retornou nenhuma ligação.



UNIMED NATAL - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
C.N.P.J. : 08.380.701/0001-05



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2012

Assembleia Geral elege nova diretoria, presta contas de 2012 e apresenta plano de trabalho para 2013

No dia 12 de março de 2013, a Unimed Natal realizou Assembleia Geral Ordinária, na sede do América Futebol Clube, que contou com a participação de 487 cooperados. A Assembleia discutiu a seguinte pauta: Eleição para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal; ratificação da decisão do Conselho de Administração pela adoção dos critérios contábeis estabelecidos pela Instrução Normativa DIOPE nº 20, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de 20 de outubro de 2008, bem como sobre os efeitos decorrentes da adoção do referido normativo; prestação de contas do exercício encerrado em 31/12/2012, compreendendo o relatório da gestão, o balanço, a demonstração das contas de sobras ou perdas, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer da Auditoria Independente; destinação das sobras ou rateio das perdas do Exercício findo; Plano de Trabalho e Orçamento para o ano de 2013, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal; fixação do pró-labore dos membros titulares da Diretoria Executiva e cédula de comparecimento para os integrantes dos demais órgãos colegiados; discussão sobre a obrigação contida no artigo 2º, item 5, inciso VII, alínea "c" da Resolução Normativa nº 71/2004 da Agência Nacional de Saúde Suplementar e Auração da eleição e divulgação do resultado. Todas as propostas apresentadas aos cooperados da Unimed Natal foram aprovadas. Ao final da Assembleia foi divulgado o resultado da eleição para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foram eleitos o presidente do Conselho de Administração, Antônio Francisco de Araújo, vice-presidente, Paulo Xavier Trindade, o diretor médico José Gurgel do Amaral Valente Filho e suplentes Edalina Maria de Melo Dantas e Soraia Galvão de Medeiros, além dos conselheiros vogais Almerinda Fernandes de Queiroz, Carlos Antônio Batista de Medeiros Filho, Maria do Carmo Lopes de Melo e Damião Nobre de Medeiros e Conselheiros Fiscais Múcio Galvão de Oliveira Filho, Rodrigo Jerônimo de Araújo, Yvanna Ferreira Machado, Eliana Lucia Tomaz do Nascimento, Verônica de Souza Vale e Sulene Cunha Sousa Oliveira.

A Diretoria

UNIMED NATAL - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ: 08.380.701/0001-05 BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

UNIMED NATAL - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ: 08.380.701/0001-05 BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

UNIMED NATAL - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ: 08.380.701/0001-05 DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

UNIMED NATAL - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ: 08.380.701/0001-05 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

UNIMED NATAL - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ: 08.380.701/0001-05 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

UNIMED NATAL - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 08.380.701/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL E ASPECTO SOCIAL
A Unimed Natal - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico, ("UNIMED NATAL" ou "COOPERATIVA"), é uma sociedade de natureza civil de grande porte, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob nº 33.555-2 e inscrita no CNPJ/MF nº 08.380.701/0001-05, com 35 anos de existência. É regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País e pela Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e suas alterações, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, prestando-lhes serviços para proporcionar melhores condições de trabalho para o exercício de suas atividades junto ao mercado, através da disponibilização dos serviços dos associados e atos complementares aos mesmos serviços, atendendo à finalidade da sociedade cooperativa. A COOPERATIVA atua principalmente na comercialização de planos de saúde, firmando em nome de seus associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado - Pré-Pagamento e por Serviços Prestados - Pós-Pagamento ou Custo Operacional, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. A Unimed Natal conta com uma rede de serviços próprios dispostos aos seus usuários serviços hospitalares, laboratoriais, de imagem, remoção, serviços pré-hospitalares e promovendo também a educação cooperativa. Sua missão é promover soluções em saúde com qualidade e inovação, satisfazendo cooperados, clientes e sociedade. A sede da UNIMED NATAL é localizada na Mipibu, 511 Bairro de Petrópolis – Natal – RN, e sua área de ação, conforme art. 1º, inciso c do Estatuto Social, abrange os municípios que integram a Região Metropolitana de Natal e ainda os municípios de Paranamim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Canguaretama, Goianinha, Pedro Velho, Arés, Montanhas, Espírito Santo, Baía Formosa, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino, Vila Flor, Nova Cruz, Santo Antônio, Passa e Fica, São Tomé, São José do Campestre, Monte Alegre, Brejinho, Lagoa D'Amã, Vera Cruz, Serra de São Bento, Lagoa Salgada, Semrinha, Várzea, Lagoa de Pedras, Monte das Gameleiras, São Paulo do Potengi, Presidente Juscelino, Jaguaré, Tangará, Bom Jesus, Januário Cicco, Japi, Sítio Novo, Coronel Ezequiel, São Bento do Trairão, Ilhéu Marinho, São Pedro, Barcelona, Senador Elói de Souza Santa Maria, Riachuelo, Lagoa de Velho, Rua Barbosa, Passagem, Jundiá, Touros, Pedro Avelino, Maxaranguape, Rio do Fogo, Pureza, São Miguel do Gostoso, e outras localidades a qual venha adquirir outras carteiras de clientes.

CONTROLDAS

Unimed de Natal Corretora de Seguros LTDA
Foi constituída em 12 de Maio de 1995, tendo a UNIMED NATAL a participação no capital social de 99%, tem por objeto a intermediação de venda de seguros em geral.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

A) BASE DE APRESENTAÇÃO
I. Declaração de conformidade com relação aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC
As Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 – leis das sociedades anônimas alteradas pelas leis nº 11.638/07 e 11.941/09, na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 10 – dos Aspectos Contábeis Especiais em Entidades Diversas, Item 10.8 – Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde e as normas contábeis, na Lei cooperativista nº 5.764/71, e demais regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, especificamente no que estabelece a Resolução Normativa ANS nº 290/2012 que trata do Plano de Contas Padrão das Operadoras e Planos de Saúde, e estrutura de publicação.

As demonstrações financeiras individuais da UNIMED NATAL para o exercício de 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas para emissão pela administração em 12 de fevereiro de 2013.

II. Base de mensuração
As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

III. Investimentos em participação societária
As demonstrações financeiras individuais da UNIMED NATAL incluem os investimentos nas entidades controladas e demais investimentos.

IV. Controle
São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a cooperativa possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais ou detém o seu controle. Esses investimentos são registrados nas demonstrações financeiras individuais da cooperativa pelo método de equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuído aos acionistas, com base nas demonstrações da controlada referente ao mesmo período de divulgação da Cooperativa.

Demais investimentos
Os demais investimentos a qual a cooperativa não possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais e não detém o seu controle, são registrados nas demonstrações financeiras da cooperativa pelo método de custo direto, tais como federações, centrais e cooperativas de crédito.

B) APURAÇÃO DO RESULTADO

I. Reconhecimento da receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável, são originadas por várias modalidades de contratos de serviços de assistência médico-hospitalar: plano familiar, planos individuais e coletivos, intercâmbios, e por fornecimentos de medicamentos. São mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pré-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

A parcela das contraprestações e prémios correspondentes aos dias do período de cobertura referente ao mês subsequente são contabilizadas como futuramente antecipado no ativo circulante, como redutora das contraprestações a receber, e investimentos apropriadas como receita ao resultado do período, pelo critério pro rata dia. Conforme requerido pela Resolução Normativa nº 290/2012 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. As receitas relacionadas à atividade da controlada são contabilizadas pelo regime de competência e são representados substancialmente pela prestação de serviços e receitas de aplicações financeiras.

II. Reconhecimento do custo
Os valores indenizáveis contabilizados pela UNIMED NATAL são apropriados ao custo, pelo seu valor integral cobrado pelo prestador no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica. Nos casos em que o atendimento ao beneficiário ocorre sem o conhecimento da UNIMED NATAL, o reconhecimento do custo se dá com a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) conforme a Resolução Normativa ANS nº 206/2009. E para os contratos com Plano de Extensão Assistencial (PEA) é constituída uma Provisão Técnica Específica (Remissão), conforme a Resolução Normativa ANS nº 104/2005. Essas provisões são lastreadas por ativos garantidores conforme Resolução Normativa nº 159/2007 e suas alterações. O ressarcimento ao SUS é reconhecido como "eventos/sinistros" no momento do recebimento dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABIs, observando os critérios definidos pela regulamentação específica em vigor.

III. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas
As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, no julgamento da administração para determinação dos valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e provisões técnicas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia

levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos nos próximos exercícios financeiros são:

I. Impostos
No que se refere à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, A UNIMED NATAL constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da UNIMED NATAL. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido para as diferenças temporárias existentes na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a realização futura. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

II. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A UNIMED NATAL reconhece uma provisão para causas cíveis e trabalhistas, quando a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. Essas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. No processo de aplicação das políticas contábeis da UNIMED NATAL a administração fez julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste expressivo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

III. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. No mínimo anualmente, a UNIMED NATAL realiza análises internas de busca de indicativos de perda de seus ativos, de forma a concluir sobre a necessidade de se realizar teste de redução ao valor recuperável.

IV. Depreciação e amortização
As taxas de depreciação e amortização de seus bens foram avaliadas pela administração da cooperativa de acordo com a vida útil estimada de uso de seus bens e seu valor residual foi estimado de acordo com análise de mercado.

D) CAIXA E VALORES EQUIVALENTES
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

E) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Representam valores a receber, relacionados às mensalidades, de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prémios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, que adota o critério de pro-rata dia baseado no período de cobertura e competência, para realizar a receita, de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 206/2009. A provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/2012, para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber, nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vendida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, inclusive nas operações de intercâmbio para fazer face às eventuais perdas caso venha ocorrer na não realização do contas a receber. Todos os contratos cancelados foram baixados do "contas a receber". As contas contabilizadas no Ativo e Passivo Circulante não atendem ao pronunciamento CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, por não ser aplicável às operações de saúde suplementar.

F) BENS E TÍTULOS A RECEBER
Essa conta é constituída, basicamente, pelo grupo de estoques, que é avaliado ao custo médio ponderado de aquisição. Sendo indispensável ao funcionamento da operadora para realização do serviço assistencial à saúde, em atendimento ao usuário e estão avaliados pelo valor líquido de realização.

G) OUTROS ATIVOS E PASSIVOS
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Esses demonstrados pelo valor de custo, acessado ou reduzido, quando aplicável, dos rendimentos ou provisão para perdas.

H) IMOBILIZADO
Registrado ao custo de aquisição, formação e construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, conforme o caso. No exercício de 2007 a Cooperativa avaliou espontaneamente os seus ativos, entre eles terrenos e edifícios pelo método da reavaliação. Com o advento da lei nº 11.638/07 as novas reavaliações foram vetadas, facultando-se às entidades a estornarem ou manterem as suas reavaliações, realizando-as pelo período da vida útil econômica do bem, optando a Unimed Natal, pela manutenção do saldo até sua total realização. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido, sucatado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo atribuído (diemed cost) tratado no ICPC 10 não é aplicável para operadoras de saúde suplementar, nem mesmo para as suas controladas, conforme IN/DIOPE nº 47 de 21 de julho de 2011.

I) INTANGÍVEL
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica. O saldo dos intangíveis na UNIMED NATAL é composto basicamente por Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças (Medicina Preventiva), softwares e gastos pré-operacionais.

J) CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS
Os custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos, os quais compreendem juros e outros encargos contratuais. A UNIMED NATAL não capitalizou custos de empréstimos relacionados com aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis até o final da sua fase pré-operacional, portanto os encargos financeiros referentes a esses empréstimos foram levados ao resultado do exercício de 2012.

K) AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (TESTE DE "IMPAIRMENT")
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

L) PROVISÕES TÉCNICAS
As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela cooperativa segundo as normas e critérios fixados pela Agência nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme melhor explicado na Nota 5.7 – Provisões Técnicas.

M) EVENTOS A LIQUIDAR COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
São registrados em bases nas futuras de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

N) TRIBUTAÇÃO
I. Imposto de renda e contribuição social – corrente
Os Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço da UNIMED NATAL, atendendo às leis específicas aplicáveis à Cooperativa. As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social são computadas ao resultado e calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada a Lei nº 9.532/97 e o Decreto 3.000/99. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo do exercício acrescido das adições e exclusões registradas na LAJUR – Livro de Auração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses. A contribuição social é computada à alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência e as antecipações, recolhidas mensalmente por estimativa, são contabilizadas diretamente no resultado mensal com provisões. Os créditos apurados após o fechamento do exercício são reclassificados para o ativo circulante em dezembro de cada ano, para compensação com tributos futuros. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos direlamente no patrimônio líquido são reconhecidos pelo mesmo grupo no patrimônio líquido.

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Table with columns for 31/12/2012 and 31/12/2011, showing Adjusted Liquid and Result after expenses.

Table with columns for 31/12/2012 and 31/12/2011, showing Recollected and Adjusted values.

Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional Ativo

Table with columns for 2012 and 2011, showing adjustments for assets and liabilities.

Passivo

Table with columns for 2012 and 2011, showing adjustments for liabilities.

CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Table with columns for 2012 and 2011, showing cash and equivalents.

II. Impostos diferidos
O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O efeito das diferenças temporárias entre a Legislação Societária (Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09) e a Legislação Fiscal (RIR/99) está contabilizado como imposto de renda diferido. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto para aquelas que não são aplicáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos de forma direta é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido não reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido diretamente no patrimônio líquido, de acordo com as taxas vigentes à época dos balanços.

III. Tributos sobre as contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde
As receitas das contraprestações pecuniárias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – alíquota 0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – alíquota 3%
Imposto Sobre Serviços (ISS) – alíquota 5%

O) PROVISÕES: PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
A UNIMED NATAL reconhece através de provisões os seus passivos e ativos contingentes e suas obrigações legais, conforme:

I. Provisões e passivos contingentes
Uma provisão é constituída de acordo com suas obrigações presentes (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, quando provável a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos e que a sua obrigação é estimada confiavelmente de acordo com a sua política. Os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

II. Obrigações legais
As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, de processos em que a cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

A despesa relativa a qualquer processo é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. A UNIMED NATAL é parte em diversos processos judiciais e administrativos reconhecendo provisão para causas cíveis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos amparada em pareceres. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. No processo de aplicação das políticas contábeis da UNIMED NATAL a administração fez julgamentos que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e avaliou as principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo o risco significativo de causar um ajuste expressivo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

P) INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a UNIMED NATAL se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A cooperativa não possui contratos de compra e venda de itens não financeiros e instrumentos financeiros derivativos. Os principais instrumentos reconhecidos pela cooperativa incluem:

I. Ativos financeiros caixa
Caixa
A cooperativa possui conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

Aplicações de fundos de investimento
Aplicações em fundos de investimento de renda fixa dos bancos Unibanco, Santander e Sired vinculado às provisões técnicas da ANS.

Contas a receber
Representam valores a receber por conta dos faturamentos realizados de acordo com as condições contratuais e estão apresentadas a valor de realização.



## II. Passivos financeiros

**Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos**  
São apresentados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos "pro rata temporis" até a data do balanço e registrados no resultado do exercício.

**Q) Demonstrações dos fluxos de caixa – DFC**  
A demonstração dos fluxos de caixa está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/2012. Sua elaboração é pelo método direto com a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de acordo com a previsão do pronunciamento.

**R) Capital Social**  
O capital social da cooperativa é dividido em quotas-parce de R\$ 1,00 (um real) cada, indivisíveis e intrasferíveis a não cooperados, são classificadas no patrimônio líquido de acordo com resolução CFC nº 1365/11 publicada em 29/11/2011.

### NOTA 3 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2011

**A) Alteração do plano de contas da alteração**  
Algumas reclassificações ocorreram em função da alteração do Plano de Contas Padrão da ANS para Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, que passou a vigorar no exercício de 2012 de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/2012, instituindo uma nova versão do Plano de Contas Padrão. Sua elaboração é pelo método direto com a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de acordo com a previsão do pronunciamento.

### NOTA 4 – DISPONÍVEL E VALORES EQUIVALENTES

Composto pelos recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da Entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata.

### NOTA 5 – APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

#### 5.1) ATIVO CIRCULANTE – REALIZÁVEL

| Discriminação                      | 2012              | 2011              |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Aplicações Vinculadas - ANS</b> | <b>17.260.364</b> | <b>11.922.364</b> |
| Santander                          | 3.097.799         | 2.904.511         |
| Sicred                             | 11.052.687        | 6.097.442         |
| Unibanco                           | 3.109.878         | 2.920.412         |
| <b>Aplicações não Vinculadas</b>   | <b>22.110.150</b> | <b>7.499.024</b>  |
| Unicred Natal                      | 17.757.291        | 7.491.180         |
| Bicbanco                           | 4.241.388         | -                 |
| Santander                          | 111.472           | 7.844             |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>39.370.514</b> | <b>19.421.388</b> |

As aplicações financeiras encontram-se classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação e disponíveis para venda, sendo, portanto apresentadas a valor justo com os ganhos reconhecidos no resultado do exercício. Os referidos títulos são, em sua totalidade, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, o que reduz significativamente o risco de realização.

De acordo com a Resolução Normativa nº 278/2011, foram constituídos ativos garantidores (aplicações) no montante de R\$ 17.260.364 em 2012 e R\$ 11.922.364 em 2011 para lastro das provisões técnicas, representadas pela Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar e Provisão de Remissão.

Em função de previsão contida na resolução Normativa ANS nº 160/2007, a UNIMED NATAL constituiu para fins de ativos garantidores 6072 da PEONA calculada de acordo com a nota técnica atuarial aprovada em 10/02/2009, conforme o Ofício ANS nº 73/2009/GG/AME/DIOPE/ANS/MS.

Conforme a Resolução Normativa nº 159/2007 e suas alterações foi encaminhado a ANS, comunicado ao Diretor Responsável pelo Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil, autorizando a ANS o livre e total acesso a todas as informações constantes naquele sistema. Os ativos garantidores das provisões técnicas vinculadas a ANS ficam custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

#### 5.2) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE:

| Discriminação                                      | 2012              | 2011              |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Contraprestação Pecuniária a Receber</b>        | <b>3.785.254</b>  | <b>3.611.492</b>  |
| Faturas a Receber                                  | 1.847.477         | 1.523.902         |
| Mensalidade a Receber                              | 12.701.782        | 11.212.511        |
| Co-Participação a Faturar                          | 1.847.667         | 1.494.757         |
| (-) Faturamento antecipado                         | (9.609.438)       | (8.807.859)       |
| (-) PPSC   | (3.361.205)       | (1.928.999)       |
| Outros Valores a Receber                           | 363.701           | 116.880           |
| <b>Operadoras de Planos de Assistência à Saúde</b> | <b>13.605.587</b> | <b>11.284.561</b> |
| Intercâmbio a Receber                              | 14.617.961        | 12.842.970        |
| (-) PPSC   | (-1.012.974)      | (-1.556.409)      |
| <b>TOTAL</b>                                       | <b>17.390.841</b> | <b>14.885.758</b> |

A partir do exercício de 2013, a metodologia de reconhecimento das contraprestações efetivas com planos de assistência à saúde sofrerá alterações em virtude da publicação da Resolução Normativa nº 314/12 da ANS, em vigor a partir do 1º de janeiro de 2013, onde será implantado o método da Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhos – PPCNG, visando à obtenção do prêmio comercial retido proporcional ao prazo de risco a decorrer.

#### 5.3) BENS E TÍTULOS A RECEBER

| Discriminação                      | 2012             | 2011             |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Estoque                            | 3.053.438        | 1.970.869        |
| Cartões de Crédito e DCO Bancos    | 2.161.108        | 1.874.066        |
| Cheques a Receber                  | 54.237           | 7.474            |
| Créditos a Receber de Particulares | 136.450          | 97.611           |
| Adiantamentos a Funcionários       | 802.232          | 415.858          |
| Adiantamentos a Fornecedores       | 215.056          | 165.114          |
| Adiantamentos Diversos             | 421.016          | 211.922          |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>8.843.937</b> | <b>4.742.914</b> |

A maior representatividade deste grupo é dos Estoques, avaliado ao custo médio ponderado de aquisição. Em decorrência dos curtos prazos de realização dos Ativos e das exigibilidades dos Passivos, os efeitos do ajuste a valor presente, determinado pelo CPC 12, não são relevantes, conseqüentemente não são requeridos. A UNIMED NATAL apresenta em sua conta de estoque itens de materiais e medicamentos indispensáveis ao funcionamento da operadora para realização do serviço assistencial à saúde, em atendimento ao usuário, portanto, a aplicabilidade do CPC 16 não impactou sobre suas Demonstrações Contábeis.

#### 5.4) CONTA-CORRENTE COOPERADOS:

| Discriminação                                  | 2012              | 2011              |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Conta-Corrente de Cooperados</b>            | <b>72.905.303</b> | <b>71.257.123</b> |
| Créditos a receber dos Cooperados – IN 20/2008 | 72.905.303        | 71.257.123        |

Créditos a Receber Cooperados – IN 20/2008 – Em 31/12/2008 foi registrada, conforme Instrução Normativa nº 20 de Outubro de 2008 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, a assunção de dívida dos cooperados no balanço, referente aos passivos tributários da Unimed Natal. Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados, corrigidos pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

#### 5.5) INVESTIMENTOS

Os investimentos da Cooperativa na data do balanço apresentavam a seguinte composição:

| Empresa Investida                       | Participação Capital Social |        | Valor Contábil   |                  |
|---|-----------------------------|--------|------------------|------------------|
|   | 2012                        | 2011   | 2012             | 2011             |
| Unimed Corretora de Seguros             | 99,00%                      | 99,00% | 443.368          | 531.442          |
| Unimed Seguradora – SP                  | 0,16%                       | 0,16%  | 604.672          | 568.507          |
| Unicred Natal                           | -                           | -      | 3.804.462        | 1.590.707        |
| União Nacional das Cooperativas Médicas | 0,64%                       | 0,64%  | 256.843          | 117.369          |
| Unimed Participações                    | 1,68%                       | 1,68%  | -                | 5.281.979        |
| Unimed Equatorial                       | -                           | -      | 10.000           | 10.000           |
| <b>Total</b>                            | -                           | -      | <b>5.119.344</b> | <b>8.100.004</b> |

A UNIMED NATAL, conforme o CPC nº 05, tem elaborado e divulgado as transações com partes relacionadas. São divulgadas transações com partes relacionadas as seguintes investimentos: Unimed Seguradora, Unicred Natal, União Nacional das Cooperativas Médicas, Federação Equatorial e Unimed Corretora de Seguros.

#### 5.6) COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL, COM OS VALORES RESPECTIVOS DAS DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E MONTANTES DO PERÍODO:

##### 5.6.1) Imobilizado

| IMOBILIZADO           | Saldo em 31/12/2011 |                  | Adições          | Baixas            | Depreciação Acumulada |                   | 2012              |         | 2011 |  |
|-----------------------|---------------------|------------------|------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|---------|------|--|
|                       | Líquido             | Contábil         |                  |                   | Líquido               | Líquido           | Líquido           | Líquido |      |  |
| Edifícios             | 18.596.338          | 1.370.104        | 596.182          | 19.370.260        | -3.335.889            | 16.034.371        | 16.004.954        |         |      |  |
| Terenos               | 6.578.346           | 788.000          | -                | 7.364.346         | -                     | 7.364.346         | 6.578.346         |         |      |  |
| Móveis e Utensílios   | 2.759.793           | 531.646          | 86.100           | 3.205.339         | -1.256.292            | 1.949.047         | 1.724.991         |         |      |  |
| Equip. e Máquinas     | 10.596.844          | 1.407.871        | 166.545          | 11.838.170        | -4.534.859            | 7.303.311         | 7.241.878         |         |      |  |
| Equip. de Informática | 2.942.115           | 519.442          | 244.922          | 3.216.635         | -2.056.261            | 1.160.374         | 1.067.219         |         |      |  |
| Veículos              | 1.113.179           | 212.234          | 103.734          | 1.221.679         | -802.083              | 419.596           | 315.621           |         |      |  |
| Instalações           | 18.428              | -                | -                | 18.428            | -12.338               | 6.090             | 7.215             |         |      |  |
| Imobiliz. em Curso    | 1.108.096           | 101.850          | 810.376          | 397.570           | -                     | 397.570           | 1.106.096         |         |      |  |
| Outras Imobilizações  | 1.111.197           | 468.100          | 48.393           | 1.530.904         | -                     | 1.530.904         | 1.111.197         |         |      |  |
| <b>TOTAL</b>          | <b>44.822.336</b>   | <b>5.397.247</b> | <b>2.056.252</b> | <b>48.163.331</b> | <b>-11.997.722</b>    | <b>36.165.609</b> | <b>35.157.517</b> |         |      |  |

Conforme pronunciamento técnico do CPC nº 1, a UNIMED NATAL efetuou uma análise da possibilidade desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo imobilizado, levando em consideração a metodologia do valor líquido de venda. O processo de reconhecimento de perdas foi com base em valores de mercado ativo. Esta avaliação concluiu que é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização para os grupos de móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, veículos e Informática, resultando no valor total de R\$ 320.248. A Provisão de perda foi reconhecida como despesa patrimonial da Demonstração de Sobras e Perdas. A base obida através de um mercado ativo foi referendada por engenheiro técnico responsável e capacitado para os devidos fins.

Como previsto no pronunciamento CPC 27, a Unimed Natal contratou empresa especializada para revisar o prazo de vida útil-econômica dos seus bens do ativo imobilizado e procederá a mudança das taxas de depreciação no exercício iniciado em 01 de janeiro de 2012, caso seja aplicável.

| IMOBILIZADO           | 2012<br>Líquido<br>Contábil | Estorno<br>Depreciação<br>pela<br>Avaliação da<br>Vida Útil | Depreciação<br>Calculada<br>pela<br>Avaliação da<br>Vida Útil | Valor<br>Líquido<br>Ajustado<br>(2012) | Provisão<br>de Perda<br>ao valor<br>recuperável<br>2012 | 2012<br>Líquido<br>Contábil<br>Ajustado |
|-----------------------|-----------------------------|---|---|--|---|---|
|                       |                             |   |   |  |   |   |
| Edifícios             | 16.034.371                  | 737.361   | (256.785)   | 16.514.947                             | -   | 16.514.947                              |
| Terenos               | 7.364.346                   | -   | -   | 7.364.346                              | -   | 7.364.346                               |
| Móveis e Utensílios   | 1.949.047                   | 31.670  | (27.173)  | 1.953.544                              | (7.595)   | 1.945.949                               |
| Equip. e Máquinas     | 7.303.311                   | 886.452   | (513.636)   | 7.676.127                              | (226.039)   | 7.450.088                               |
| Equip. de Informática | 1.160.374                   | 93.593  | (104.489)   | 1.149.478                              | (52.934)  | 1.096.544                               |
| Veículos              | 419.596                     | 106.599   | (98.222)  | 427.973                                | (33.680)  | 394.293                                 |
| Instalações           | 6.090                       | -   | -   | 6.090                                  | -   | 6.090                                   |
| Imobiliz. em Curso    | 397.570                     | -   | -   | 397.570                                | -   | 397.570                                 |
| Outras Imobilizações  | 1.530.904                   | -   | -   | 1.530.904                              | -   | 1.530.904                               |
| <b>TOTAL</b>          | <b>36.165.609</b>           | <b>1.855.675</b>  | <b>(1.000.305)</b>  | <b>37.020.979</b>                      | <b>(320.248)</b>  | <b>36.700.731</b>                       |

##### 5.6.2) Intangível

| INTANGÍVEL                       | Custo Corrigido   | Amortização<br>Acumulada | 2012<br>Líquido   | 2011<br>Líquido   |
|----------------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|
|                                  |                   |                          |                   |                   |
| Sistema de Contabilidade         | 1.218.014         | -811.100                 | 407.913           | 453.358           |
| Gastos Pré-Operacionais          | 5.939.219         | -3.425.975               | 2.513.244         | 3.096.535         |
| Gastos com Programa de Prevenção | 11.565.573        | -                        | 11.565.573        | 11.565.573        |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>18.722.805</b> | <b>-4.237.075</b>        | <b>14.486.730</b> | <b>15.115.473</b> |

De acordo com o CPC 4, o ativo intangível está classificado nos gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e seus respectivos lançamentos de uso.  
Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou a manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Em virtude da Resolução Normativa ANS nº 290/2012, que trata do Plano de Contas Padrão das Operadoras e estrutura de publicação, não constar o grupamento, "ativo difidido" a Cooperativa optou em apresentá-lo juntamente com o ativo intangível, visto a existência de Gastos Pré-Operacionais, os quais foram mantidos em saldo existente em 31 de dezembro de 2008, até a sua completa amortização.  
Com base na Instrução Normativa Conjunta (INC) nº 1/08, emitida pela ANS, a UNIMED NATAL obteve, aprovação por parte da ANS do Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças com atuação em Natal e direcionado à grupos de idosos. A entidade optou em ativar os seus gastos com PROMPREV como investimento, classificando-os no grupo de Intangível, conforme a Resolução Normativa ANS nº 290/2012. No exercício de 2012 os gastos com o Programa foram reconhecidos no resultado da Cooperativa e o montante registrado no ativo até o exercício de 2011 será amortizado a partir do exercício de 2013 em até cinco anos, conforme estabelecido na Resolução Normativa 314 de 23.11.2012 da ANS.

#### 5.7) PROVISÕES TÉCNICAS

| Discriminação   | 2012              | 2011              |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão de Benefícios Concedidos                                   | 5.011             | 4.951             |
| Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados                        | 16.392.657        | 11.464.827        |
| Provisão de Eventos a Liquidar de Operadoras de Assistência à Saúde | 17.609.274        | 15.870.162        |
| Ressarcimento ao SUS  | 779.088           | 276.637           |
| Produção de Cooperados a pagar                                      | 3.753.929         | 3.534.583         |
| Produção de não cooperados a pagar                                  | 1.118.975         | 904.356           |
| Rede Contratada/Credenciada   | 11.957.279        | 11.254.588        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>34.006.939</b> | <b>27.439.940</b> |

Provisão de Benefícios Concedidos  
Obcecando a critério e cálculo definido em nota atuarial foi constituído provisão de emissão para garantir cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde. Esta provisão está apropriada no passivo circulante no valor de R\$ 5.011 e R\$ 8.969, no não circulante

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)  
Regulamentado pelo art. 16 de RN 209 da ANS, para fazer frente aos eventos ocorridos, porém não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 5,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil iniciou-se em Janeiro de 2008.

A Entidade em 31 de dezembro de 2012 já constituiu 83% da provisão exigida.  
Provisão de Eventos a Liquidar de Operadoras de Assistência à Saúde  
Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras. Anteriormente a 2.010 esta provisão era registrada como eventos a liquidar no passivo circulante.  
Em virtude da RN 227/10, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 159/2007 alterada pela RN 274/2011, sendo opcional a vinculação para eventos que tenham sido avisados nos últimos 30 dias.

#### 5.8) OUTROS DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

| Discriminação  | 2012             | 2011             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Outros Débitos de Oper. com Planos de Assistência à Saúde</b> | <b>7.360.867</b> | <b>7.489.719</b> |
| Créditos de Clientes   | 7.360.867        | 7.489.719        |

Créditos de Clientes: Refere-se ao reconhecimento de depósito recebido de clientes, referente às parcelas das contraprestações dos meses subsequentes contabilizados como faturamento antecipado conforme RN 206/2009.

#### 5.9) OBRIGAÇÕES A PAGAR – PASSIVO CIRCULANTE

| Discriminação  | 2012              | 2011              |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Tributos e Contribuições a Recolher</b>                             | <b>6.397.518</b>  | <b>5.255.770</b>  |
| Tributos e Contribuições   | 2.418.161         | 1.572.367         |
| Imposto de Renda Retido  | 2.088.911         | 2.044.185         |
| PIS, COFINS, CSLL Retido   | 663.351           | 591.872           |
| ISS Retido   | 995.890           | 912.168           |
| INSS Retido  | 231.215           | 135.178           |
| <b>Tributos e Contribuições a Recolher – Parcelamento</b>              | <b>2.161.199</b>  | <b>2.387.692</b>  |
| Parcelamento ISS - IN 20/2008  | 635.774           | 896.365           |
| Parcelamento INSS  | 59.891            | 25.753            |
| Parcelamento Tributos Federais - IN 20/2008                            | 1.465.544         | 1.465.544         |
| <b>Total</b>   | <b>8.558.717</b>  | <b>7.643.462</b>  |
| <b>Débitos Diversos</b>  | <b>13.104.885</b> | <b>11.859.918</b> |
| Obrigações com Pessoal, Provisão de Férias, inclusive Encargos Sociais | 4.449.634         | 3.973.502         |
| Fornecedores   | 8.585.679         | 7.821.680         |
| Aluguéis a Pagar   | 69.572            | 64.731            |

Parcelamento dos Tributos Federais: Em 30 de Junho de 2011 a Unimed Natal realizou a consolidação do Refis IV dos débitos administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). O montante deste parcelamento em 31 de Dezembro de 2012 é de R\$ 113.463. Este parcelamento esta apropriado no passivo circulante no valor de R\$ 1.465.544 e passivo não circulante no valor de R\$ 18.647.919. Os débitos foram registrados pela cooperativa em 31/12/2008 conforme Instrução Normativa nº 20 de 20 de Outubro de 2008 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, a assunção de dívida dos cooperados no balanço, referente aos passivos tributários da Unimed Natal, aprovado na AGO de 26/03/2009.

#### 5.10) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

| Discriminação   | 2012              | 2011              |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>Provisões Judiciais</b>                                | <b>60.754.804</b> | <b>57.654.997</b> |
| Provisão para Contingência – IN 20/2008                   | 40.638.207        | 37.905.795        |
| Provisões Tributárias                                     | 9.543.818         | 8.854.120         |
| Contingências Cíveis e Trabalhistas                       | 2.019.713         | 1.820.539         |
| Sexagenários  | 8.469.600         | 8.999.478         |
| Outras Provisões  | 93.462            | 75.065            |
| <b>Tributos e Contribuições a Recolher – Parcelamento</b> | <b>30.378.762</b> | <b>31.275.756</b> |
| Parcelamento INSS   | 208.404           | 281.889           |
| Parcelamento ISS - IN 20/2008                             | 11.522.439        | 11.524.365        |
| Parcelamento Tributos Federais- IN 20/2008                | 18.647.919        | 19.089.502        |
| Empréstimos e Financiamentos                              | 5.616.667         | -                 |



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Caern** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH  
 Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

**JULGAMENTO DE RECURSO - PL Nº 0022/2013 - PREGÃO PRESENCIAL**  
**DESPACHO**

O Diretor Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório em epígrafe, baseado no pronunciamento da Assessoria Jurídica, resolve **indeferir** o Recurso Administrativo interposto pela licitante **EMDETEC EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO LTDA-ME**, permanecendo então, a decisão já proferida pelo Pregoeiro.

Natal/RN, 22 de Março de 2013  
**Engº Yuri Tasso Duarte Queiroz Pinto**  
 Diretor Presidente

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Caern** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH  
 Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

**RESULTADO DE JULGAMENTO - PL Nº 0017/2012 - CONCORRÊNCIA NACIONAL**  
**Aviso**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, torna público que após análise das Propostas de Preços e de acordo com as exigências contidas no Edital, julgou **vencedora** do presente Certame a empresa: **ABTEC ENGENHARIA LTDA.**, do LOTE 03. A Comissão desclassificou a proposta da empresa **PELICANO COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** Nenhuma das empresas participantes apresentou propostas para os LOTES 01, 02 e 06, sendo os mesmos considerados desertos. Prazo Recursal na forma da Lei.

Natal/RN, 25 de Março de 2013  
**A Comissão**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU**  
**AVISO AOS LICITANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013**

**DATA DA REALIZAÇÃO:** 09/04/2013. **HORA:** 08 (oito) horas. O Pregoeiro da PMM comunica que realizará Pregão Presencial para **contratação de empresa para o fornecimento parcelado de material elétrico para iluminação especial e padronizada nas vias urbanas do Município de Macau/RN.** O original do Edital do certame em epígrafe estará à disposição do interessado em participar da sessão de licitação, no horário das 08h às 13 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Macau, Palácio João Melo, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 17, Centro - Macau/RN - CEP 59.500-000, para que seja realizada fotocópia por conta do interessado.

Macau/RN, 22 de março de 2013  
**Fagner Luiz Teodósio de Oliveira** - Pregoeiro-PMM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU**  
**AVISO AOS LICITANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013**

**DATA DA REALIZAÇÃO:** 10/04/2013. **HORA:** 08 (oito) horas. O Pregoeiro da PMM comunica que realizará Pregão Presencial para **contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool hidratado e óleo diesel), e lubrificantes em geral, para atendimento à frota de veículos e automóveis da Prefeitura Municipal de Macau/RN.** O original do Edital do certame em epígrafe estará à disposição do interessado em participar da sessão de licitação, no horário das 08h às 13 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Macau, Palácio João Melo, localizado na Rua Barão do Rio Branco, 17, Centro - Macau/RN - CEP 59.500-000, para que seja realizada fotocópia por conta do interessado.

Macau/RN, 25 de março de 2013  
**Fagner Luiz Teodósio de Oliveira** - Pregoeiro-PMM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU**  
**REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013**

**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool hidratado e óleo diesel), e lubrificantes em geral, para atendimento à frota de veículos e automóveis da Prefeitura Municipal de Macau/RN.

O Prefeito do Município de Macau, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e em harmonia com o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, **DECIDE:**

REVOGAR o processo em epígrafe, no interesse público, em virtude da necessária atualização dos preços constantes dos itens registrados no Termo de Referência - Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 009/2013.

Macau/RN, 20 de março de 2013  
**Kerginaldo Pinto do Nascimento** - Prefeito Municipal

**cosern** COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE  
 CNPJ Nº 08.324.196/0001-81

**AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, em observância às normas veiculadas em seu Contrato de Concessão de Distribuição nº 08/97, Terceira Subcláusula da Cláusula Quinta, e na Resolução nº 300/2008-ANEEL, de 12/02/2008, comunica que se encontra na home page da COSERN - [www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br) arquivos em que constam os resultados dos projetos de eficiência energética executados em 2010, 2011 e 2012 e os previstos para serem executados em 2013, todos instituídos pela Lei Federal nº 9.991/2000. A presente audiência tem o objetivo de prestar contas dos resultados alcançados aos consumidores, agentes do setor de energia elétrica e demais interessados, e proporcionar condições para que todos possam enviar sugestões para os novos projetos. Para tanto, as contribuições podem ser encaminhadas para o endereço [eficiencia@cosern.com.br](mailto:eficiencia@cosern.com.br).

**SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**  
**MONTE ALEGRE - RIO GRANDE DO NORTE** CNPJ/MF - 08.483.315/0001-49 — e-mail: [ericasou01@oi.com.br](mailto:ericasou01@oi.com.br)  
**ERICA MEDEIROS DE SOUSA DANTAS RAMOS**  
 NOTARIA E REGISTRADORA EM EXERCÍCIO  
 Av. Juvenal Lamartine, 423, loja 03— Centro - Monte Alegre/RN — CEP 59182-000— Fone (84) 3276-2234

**EDITAL DE LOTEAMENTO**

Erica Medeiros de Sousa Dantas Ramos, Notária e Registradora em exercício do Serviço Notarial e Registral de Monte Alegre/RN, na forma da lei, etc.

Faz público, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no artigo 19, § 3º, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que o loteador JUSSIE LOPES PINTO DE AGUIAR, depositou neste Serviço Registral, na Av. Juvenal Lamartine, 423, loja 03 - Centro, o projeto e demais documentos relativos ao imóvel de sua propriedade, situado nesta cidade de Monte Alegre/RN, designado por "AREA B", situado no Sítio Quirambú, zona urbana desta cidade de Monte Alegre/RN, no Perímetro 1.935,485m, com 10,8569 hectares, destinado ao empreendimento com a denominação de "LOTEAMENTO RESIDENCIAL NOVO MONTE", na forma seguinte: PLANO DE LOTEAMENTO: dispõe de área total de 108.569,65 m² (cento e oito mil, quinhentos e sessenta e nove e sessenta e cinco metros quadrados) que corresponde a 10,8569 hectares, sendo composto de 10 (dez) quadras, nomeadas de "QUADRA 01" a "QUADRA 10" sendo distribuídos em 368 (trezentos e sessenta e oito) lotes edificáveis, 12 (doze) ruas/avenidas, 07 (sete) áreas verdes e equipamentos comunitários/praças; com a seguinte infra-estrutura: água, energia, iluminação pública e meio-fio, tendo ainda as áreas de lotes, área verde e equipamentos comunitários devidamente demarcados. Aprovado, conforme Declaração, datada de 02 de agosto de 2012 e Alvará de Construção, datado de 06 de agosto de 2012, ambos da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN. As exigências, dispensas, proibições e ressalvas, inclusive a indicação para cada lote contidas no memorial, ficarão fazendo parte integrante do registro e serão lançadas no seu respectivo campo.

Havendo impugnações, estas deverão ser apresentadas neste Registro, durante o expediente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da terceira e última publicação deste; e, não as havendo, será feito de imediato o registro.

Monte Alegre/RN, 22 de março de 2013.  
**Érica Medeiros de Sousa Dantas Ramos**  
 Notária e Registradora em exercício

**ESPECIAL BICICLETAS**

EDITORIA Abril

**A NOVA VIDA DO REI ROBERTO CARLOS**

**TURISMO DE GUERRA**  
 CENÁRIOS DE BATALHA IDEIAS PARA AS FÉRIAS

POR QUE **HITCHCOCK** AINDA ASSUSTA

**ESPECIAL BICICLETAS**

**VEJA NA ALFA DE MARÇO**

**QUEME ESSE CARA?**

**JÁ NAS BANCAS!**

# NO CALOR DO MOMENTO

**/ DESERTIFICAÇÃO /** SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO ESTADO RECONHECE GRAVIDADE DO PROBLEMA E QUER A AJUDA DO GOVERNO FEDERAL PARA AÇÕES DE CONTROLE NO SEMIÁRIDO

**VINDO DIRETAMENTE** de uma das principais linhas da cadeia produtiva do estado, o atual secretário de agricultura do RN, Júnior Teixeira, mostrou-se preocupado com a desertificação que atinge o interior potiguar. O estado possui a maior área suscetível a passar pelo processo em todo o país – 70% de todo o território. Antes de ser secretário de estado, Teixeira foi presidente da Associação Norte-riograndense dos Criadores (Anorc).

“São inúmeras as variáveis que definem o processo de desertificação: temperatura, uso do solo, chuva. E a falta de cuidado para evitar a ocorrência desses fatores é algo que comumente acontece no RN, há muito tempo. Um exemplo é o nosso Seridó, que tem o solo muito desprotegido e sofre com a erosão, que tem levado muita matéria orgânica. Assim as plantas não se sustentam”, aponta o secretário.

Ele defende que o combate à desertificação deve focar principalmente naqueles que estão entre os mais atingidos diretamente pela desertificação: os agricultores e produtores rurais. O primeiro passo, segundo Júnior, é a educação. “Tudo faz parte de uma questão educativa. Precisamos



► Trecho do sertão potiguar onde a estiagem castiga a vegetação: hiatos de poucas chuvas entre as secas

fazer com que os produtores tomem consciência da importância da preservação do solo e apontar para eles as práticas de conservação para impedir desmatamentos que atinjam o solo ainda mais. Eles precisam participar, evitando o processo”, defende Teixeira.

Titular da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (Sape) há menos de uma semana, ele ainda aponta que a iniciativa para mudanças no quadro da desertificação deve partir do Governo Federal. “Não conheço ainda todos os programas da Secretaria, mas não creio que tenha um nesse sentido. Penso que deva ser mesmo uma ação de política nacional, pois não é nada que se combate momentaneamente, mas com um trabalho a longo prazo”, pondera. Há cerca de dez anos o RN integra o Programa Nacional de Combate à Desertificação, lançado pelo Ministério do Meio Ambiente. O plano estadual, no entanto, não saiu do papel.

Para tanto, Júnior Teixeira confirmou a intenção de reunir o staff de secretários estaduais ligados ao campo para discutir ações mitigadoras da desertificação. “Pretendo convocar em breve, uma reunião

com outras Secretarias para tratar de planejar ações. Os números da desertificação chamam a nossa atenção e precisam de um cuidado específico”, disse o secretário de agricultura.

Na edição deste domingo (24) o NOVO JORNAL trouxe reportagem mostrando como a desertificação atinge o RN. Aproximadamente 70% do território potiguar (37 mil km² dos quase 53 mil km²) sofre, dentre outros fatores, com a diminuição da quantidade de chuvas entre os períodos de seca e o solo descoberto por conta do desmatamento, alguns dos fatores que proporcionam maior condição para que o processo ocorra.

A área compreende toda a região Central e grande parte do Agreste e Oeste do RN. Os dados estão em um estudo feito por integrantes do Programa de Pós-graduação em Ciências Climáticas (PPGCC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A pesquisa, prestes a ser publicada em uma revista internacional que trata sobre o clima no globo, revela que um dos principais fatores que tornam o solo potiguar mais suscetível à desertificação é a diminuição da quantidade de chu-

vas nos últimos 30 anos, especialmente nos hiatos das secas que rotineiramente atingem o Nordeste. Junto ao RN estão nas mesmas condições áreas em Pernambuco, na Paraíba e na Bahia.

## COMBATE

O Rio Grande do Norte, como o estado brasileiro com maior incidência de desertificação, criou seu Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-RN). O documento foi apresentado em abril de 2010 e faz parte do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN Brasil), baseado na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Apesar de contar com uma previsão de gastos e um cronograma de execução da primeira fase do programa, os trabalhos não passaram disso. Divididos em “pontos focais” de trabalho da sociedade civil, do legislativo e do executivo, o PAE-RN está paralisado. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) afirmou que o programa está sem responsável na secretaria há cerca de 19 anos.

## / TIROL /

# SUSPEITO DE MATAR PRÓPRIO PAI SEGUE DESAPARECIDO

**UMA SEMANA APÓS** o assassinato do aposentado Abeane Vale de Medeiros, 67 anos, o empresário e principal suspeito do crime, Abeane Luís Jorge Vale, 31, continua desaparecido. Os investigadores esperam o suposto assassino para que ele preste depoimento e se defenda das acusações. Pai e filho (vítima e suspeito) mantinham uma relação complicada, segundo a polícia. Inclusive, este conflito teria sido a causa do crime.

O homicídio foi registrado na terça-feira da semana passada, no bairro Tirol e pode ter relação direta com brigas familiares que, no ano de 1999, resultaram na morte de Joana D'arc Jorge Vale. A vítima era mulher de Abeane Medeiros e mãe de Abeane Luís. O idoso foi condenado pela morte da mulher e o último recurso na Justiça havia se esgotado no mês de janeiro. Desde 13 de março passado, o Poder Judiciário havia emitido mandado de prisão contra ele.

Em contato com o delegado

da Delegacia Especializada em Homicídios (Dehom), Roberto Andrade, a reportagem ouviu que apesar de Abeane Luís ser o principal suspeito do homicídio do pai, um pedido de prisão ainda não passa pela cabeça do responsável pelo inquérito. “Nesse momento ainda não penso nisso”, definiu.

Roberto Andrade foi designado no último sábado pela Delegacia Geral de Polícia Civil para investigar a morte de Abeane Medeiros e afirmou que ainda não estava totalmente inteirado sobre o inquérito.

Apesar de desde a semana passada já ter acompanhado alguns acontecimentos, o delegado contou que a investigação propriamente dita estava com o delegado da 3ª Delegacia de Polícia, Amaro Rinaldo. “Vamos ver o que já foi feito pela equipe que estava no caso. Já fui ao local, mas ainda não tenho como passar informações. Ainda estou à espera dos autos, mas eles não chegaram”, disse Andrade.

O delegado Amaro Rinaldo não queria falar muito porque a responsabilidade do inquérito já está com os investigadores da Dehom, mas relatou que já foram ouvidas duas pessoas: um dos filhos do aposentado e um homem que estava com a vítima dentro do carro, quando o atentado aconteceu.

Ele comentou sobre o sumiço de Abeane Luís e explicou porque não intimou o suspeito a comparecer e prestar esclarecimentos ainda quando conduzia o inquérito. “Ele está escondido, mas pode ser até que um dos seus advogados o convença a aparecer. Mas às vezes isso é até bom pra dar tempo da gente investigar mais, conseguir mais provas e quando ele aparecer fazermos as perguntas certas”, destacou o delegado da 3ª DP.

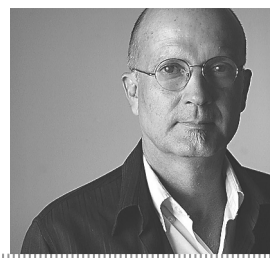
Sobre a hipótese de o criminoso ter tido ajuda, Rinaldo afirma que a testemunha que estava dentro do carro da vítima poderia dizer se o assassino estava sozinho ou acompanhado ou até mes-

mo reconhecer o autor dos disparos. Mas não foi o que aconteceu quando o homem prestou esclarecimentos. “Quando ouvimos o rapaz que estava dentro do carro ele disse que não deu pra perceber e nem ver nada porque estava muito nervoso na hora”, lembrou.

Quanto a outro filho da vítima, o delegado acrescentou que ele não falou muito. “Não sei se ele não quis se complicar”, supôs. O rapaz que conversou com os investigadores é irmão de Abeane Luís apenas por parte de pai. Segundo Rinaldo, a polícia ainda aguarda a presença de um terceiro filho da vítima. Este, inclusive, teria sido alvo de ameaças por parte de Abeane e teria como relatar o conflito que a família atravessa já há alguns anos.

O aposentado Abeane Vale de Medeiros foi emboscado e morto na Rua Alberto Maranhão, no Tirol, com quatro disparos. O suspeito ainda trocou tiros com policiais militares antes de desaparecer sem deixar rastros.





**Editor**  
Moura Neto (Interino: Marcos Bezerra)

**E-mail**  
mouraneto@novojornal.jor.br

**Fones**  
84 3342.0358 / 3342.0350

FOTOS: REPRODUÇÃO

# INUSUAL E EFÊMERA

# ARTE

**/ INTERVENÇÕES / CASA DA RIBEIRA ABRE INSCRIÇÕES DO PROJETO ARTEPRAIA PARA ARTISTAS PLÁSTICOS DE TODO O PAÍS; ELES MOSTRARÃO SUAS OBRAS NAS PRAIAS URBANAS DE NATAL E QUATRO SERÃO PREMIADOS COM R\$ 7 MIL**

**LARISSA MOURA**  
DO NOVO JORNAL

## LEVAR EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS

para lugares experimentais. É essa a intenção do projeto ArtePraia, que promove intervenções em quatro das praias mais frequentadas da capital potiguar. As inscrições começaram no último dia 02 de março e vão até a próxima terça-feira, 02 de abril. A previsão é de que pelo menos 50 artistas ou responsáveis por coletivos artísticos de todo o Brasil se inscrevam na edição, que oferece quatro prêmios de R\$ 7 mil (valor líquido livre de impostos) para os vencedores.

A segunda edição do projeto ArtePraia, promovido pela Casa da Ribeira Educação & Cultura, acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de maio nas praias do Forte, do Meio, Redinha e em Ponta Negra. O projeto é financiado pelo 9º Programa Rede Nacional FUNARTE Artes Visuais, do Governo Federal, através do Ministério da Cultura.

Em sua primeira edição, realizada em dezembro de 2011, o ArtePraia contou com 47 inscrições de artistas e coletivos de todo o estado, e elegeu cinco vencedores. Diferente de 2011, neste ano o edital abrange projetos de todo o país e possibilita que os artistas se inscrevam apenas em uma proposta, dando espaço para outras ideias.

Ao todo, cinco artistas atuantes no Rio Grande do Norte foram selecionados na primeira edição: Chrystine Silva, com "Compre seu espaço na praia"; coletivo Lamparina do Mundo, com "Inviabilidade"; Coletivo PotiguarART, com "#morrodocareca"; Jean Sartief, com "Mensagem para Você"; e Sofia Bauchwitz, com duas intervenções. "Ao Mar o que é do Mar" e "Ventemos!". Além dos selecionados, houve também um artista convidado, Álvaro Paraguai, com a obra "Uma visão de tempo".

Chrystine Silva, 25, foi uma das vencedoras do ano passado com o projeto "Compre seu espaço na praia", realizado em Ponta Negra. Natural de São Paulo, ela conta que os pais moravam em Natal e ao passar as férias na cidade, sentia o clima de competitividade pelo espaço da região da Via Costeira, de onde tirou inspiração para realizar a intervenção.

A proposta era anunciar, junto

aos ambulantes, com um aparelho de som, um pedaço da praia por apenas 50 centavos. Quando as pessoas realizavam a compra, eram convidados a deitar na areia e a artista pintava a marca deixada pelo corpo com spray de tinta guache azul, diluída em água. Para completar a obra, colocava uma pequena lousa no local, onde era escrito a mão a quem pertencia àquela propriedade.

Chrystine conta que o estilo da intervenção foi inspirado no trabalho da artista cubana Ana Mendieta, que começou uma série de intervenções com a sua própria silhueta na década de 70. "Eu procurava não dizer que era artista para que as próprias pessoas refletissem e tirassem suas conclusões sobre a intervenção", afirma.

Ela lembra ainda que pelo menos 20 pessoas "compraram" o terreno durante os três dias de intervenções. Alguns ambulantes ficaram incomodados com a popularidade da vendedora inusitada, pois chegavam a cobrar R\$ 5 por hora pelo aluguel de cadeiras e mesas, enquanto potenciais clientes preferiam ficar na areia.

Ainda segundo a artista, esse é um dos poucos editais locais que valorizam a arte contemporânea e incentivam a efêmera, que se desfaz com a ação do tempo. Por isso todos os materiais usados nas intervenções não podem agredir o meio ambiente. No caso do "Compre seu espaço na praia", os próprios quadros com o nome do dono do terreno eram doados para os compradores no final da intervenção.

Sofia Bauchwitz, 24, também participou do projeto, com duas intervenções: "Ao Mar o que é do Mar" e "Ventemos!". A primeira, uma das suas experiências mais profundas, devolveu quase uma tonelada de sal para o mar. Foram utilizados 40 sacas de 25kg, trazidos diretamente de Areia Branca, a 330km de Natal. Sofia conta que após transportarem os sacos para a praia da Redinha, local onde aconteceu a intervenção, ela mesma abriu um a um com uma faca, e transportou o material em jarras até a beira do mar, fazendo uma linha fina em sua extensão.

"Interferir o espaço real e vivido diariamente de forma efêmera é quase uma redundância. Chequei meus referenciais visuais mais valiosos e minhas



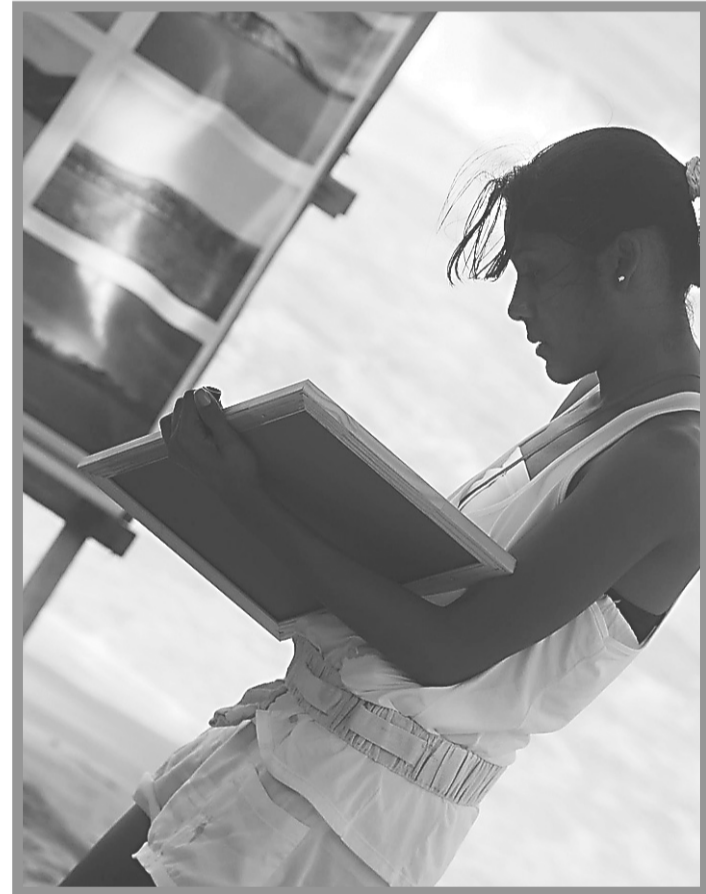
► Intervenção na Praia do Forte oferecia bilhetes para os banhistas



► Chrystine Silva foi uma das premiadas no ano passado ao "vender" espaços na praia de Ponta Negra a R\$ 0,50



► Sofia Bauchwitz espalhou sal grosso na praia da Redinha na intervenção "Ao Mar o que é do Mar"; o produto derreteu na maré alta



MAURÍCIO CUCA / CEDIDA

experiências mais sinceras e tive a ideia para Ao Mar o que é do Mar e Ventemos", conta. Além do efeito visual da linha de sal, a intervenção era contemplativa, visto que a própria autora passou todo o dia observando o mar diluindo o material, que voltou para onde veio.

Antes de ser lançado o edital Arte Praia, Sofia tinha acabado de expor Passa-gens (Galeria Conviv-art) onde trabalhou a questão da paisagem que só existe pelo registro fotográfico. Mas somente no ArtePraia pôde trabalhar com o efêmero. "Foi a primeira vez em que o orgânico, o vivo, entrava para a minha história", afirma a jovem, que hoje cursa mestrado em Investigação em Artes e Criação na Universidade Complutense de Madrid, na Espanha.

## INTERCÂMBIO ENTRE ARTISTAS

Gustavo Wanderley, coordenador de projetos da Casa da Ribeira, afirma estar satisfeito com o resultado da edição anterior, e que os artistas potiguares atenderam a sua expectativa. A proposta de ampliação da atuação do projeto esse ano visa proporcionar um intercâmbio entre artistas brasileiros pensando em outros tipos de imagens sobre Natal. Para ele, o desafio dos artistas é traduzir as características do lugar em seu trabalho.

Por isso, para o coordenador, o candidato ao edital tem que entender bem a dinâmica de cada praia antes de inscrever o seu projeto. "Para ter uma boa ideia, o artista vai ter que investigar o horário de avanço do mar, o tipo de problema social que aquela praia sofre, o afastamento da população para uma área

menos valorizada, etc", explica.

Gustavo conta que a repercussão no Brasil sobre a primeira edição foi tanta que a Funarte apostou novamente no edital, e vários artistas de outros estados já confirmaram sua inscrição. Como convidado especial, estará presente na edição o gaúcho Fernando Limberguer, que faz intervenções com areias coloridas. Fernando deve expor seu trabalho durante os dias do evento, na Praia da Redinha.

Os artistas escolhidos devem ainda expor seus resíduos e imagens da intervenção na sala Arte Contemporânea da Casa da Ribeira. O edital, que é o décimo terceiro realizado pela instituição, está disponível na íntegra em seu endereço eletrônico: [www.casadaribeira.com.br/artepraia](http://www.casadaribeira.com.br/artepraia).



# Social



**Caros leitores!**  
Volto a cobrir as férias do querido, competente e super colunista Marcos Sá. Os predicados demonstram que tenho uma tarefa e tanto. Espero contar com a paciência dos leitores, durante o curto período, e espero que curtam. Rapidinho Marcos está de volta.  
Augusto

**E-mail**  
augustobezerril@novojournal.br  
**Fones**  
84 3342.0358 / 3342.0350

**VAMOS**  
▶ Hoje é dia de Casanova Ecobar.

## Estou de FERIAS Sade paula

▶ Interino: **Augusto Bezerril**

# SALVE

A grande dama das festas natalenses comemora 40 anos com Exposição de Bolos Artísticos na Central de Oportunidades Cyrela Plano & Plano, hoje, a partir das 19h. A Mostra fica aberta ao público a partir de amanhã até 14 de abril. Os convidados são sugeridos, muito elegantemente, a compartilhar uma cesta básica para a Creche São Francisco de Assis, em Ceará-Mirim. Chique e ponto.



▶ **ADORAVEL** - kenzo Rocha recebe o carinho de Aldanisa Sá na SPFW

**LINDO** Foi tipo mais que feliz o casamento de Maria Cecília Lima e Eduardo Oliveira, sábado, na Igreja Bom Jesus das Dores. Entre os convidados nomes como Marcelo Alecrim, Fernando Fernandes, só para citar alguns, e Rogério Marinho. O Boulevard foi cenário da festa.

**PLANEJAMENTO** Não se pode reclamar de planejamento no município de Touros. Entre os vários projetos agendados para 2013, Habib Chalita diz que seguem em pleno vapor as ações para o Festival Cultural de Touros, que acontece na primeira semana de outubro.



▶ **MALHAÇÃO** - Fábio Faria, Luiz Urquiza e Alexandre Accioly na abertura da Bodytech

**MERECIDO** Conhecido pela dedicação ao trabalho, Luciano Almeida causou surpresa ao aparecer, domingo, no Posto 7, em Ponta Negra. Ótima forma e sorriso sempre, o diretor do Olimpo curtiu o sol da cidade. "Tinha um bom tempo que não vinha a praia, mesmo. Ponta Negra é uma preciosidade de Natal", diz, sem esquecer a agenda deluxe do Olimpo.

**ESQUENTA** Povo da noite em instante "save the date". Dia 12 de abril tem "Pepper 's Tronic. Ale Rauen, uma das DJs mais requisitadas do Brasil, abre o line up. Aguardem mais nomes.



▶ **EM MOSSORÓ**. Elviro Rebouças e Clécia Duarte foram saudar Paulinho Araújo durante o lançamento de "Como Fosse Letras"

**ESCRITÓRIO** A Giroflex, um dos nomes mais lembrados do mobiliário cooperativo, deve abrir, ainda em abril, loja em Natal. Em princípio, em regime soft open.

**É HOJE** Fashionistas, dermatos e gente querida se reúnem, hoje, em torno do lançamento da revista Mais Estilo. A partir das 17h, na Dermage CCAB Petrópolis.

**AMIGUINHAS** Todas disseram feliz aniversário, ontem, a designer Maria de Paula.

**Miranda**  
Tecnologia para pessoas  
Natal 2010-1010 | Mossoró 3422-7222 | miranda.com.br

**PÃO & COMPANHIA.**  
SETE VEZES SEGUIDAS  
O MELHOR PÃO  
DE NATAL SEGUNDO  
A REVISTA VEJA.  
Petrópolis 3211-4829 | Ponta Negra 3219-0804 | www.paoecia.com.br

**Espaço Reservado para sua MARCA.**  
(84) 3342.0369

## Novo flash

Inauguração do Sicoob SindiCred no Espaço Empresarial Giovanni Fulco, na Prudente de Moraes

- 1. Equipe sempre unida, Patrícia Paiva, Diego Cavalcanti, Clecia Diniz, Jadson Eduardo e Ana Maria
- 2. Clenira Araújo e Danielle Bezerra
- 3. Nelson Solano e Conceição Solano
- 4. Giovanna Carvalho, Fernanda Lisboa, Carol Reis e Renata Lima
- 5. Manoel Marques, Hermano Moraes, Mônica Andrade e Álvaro Barros
- 6. José Evaldo, Geraldo Ferreira e Abelardo Duarte





# Esportes

## ÍNDIO QUER FAZER BARULHO

**/ MEIA /** AUTOR DOS GOLS QUE CLASSIFICARAM O AMÉRICA, JOVEM REVELAÇÃO CONTA QUE VEIO DA FRONTEIRA COM A BOLÍVIA, MOSTRA-SE SURPRESO COM SUCESSO E AVISA: QUER JOGAR

**LUAN XAVIER**  
DO NOVO JORNAL

O JOVEM ODAILDO Souza de Oliveira, de 19 anos, nunca imaginou que faria três gols em suas duas primeiras partidas como jogador profissional de futebol. Jamais pensou também que dois destes gols levariam seu time a uma final de turno, muito menos que o último deles daria à sua equipe a liderança da tabela de classificação, condição que traz a vantagem de poder jogar o segundo jogo dentro de casa. A um passo de garantir seu primeiro título como profissional, a mais nova promessa do América espera ter deixado um recado para o técnico Roberto Fernandes: "Estou aqui pro que precisar".

Odaildo, hoje conhecido como Índio Oliveira, não fugiu à sina de qualquer jogador que vem das categorias de base de um clube de futebol. Primeiro teve que sair de Guajará-Mirim, município do interior do estado de Rondônia que tem pouco mais de 41 mil habitantes e que fica localizado no extremo oeste brasileiro, fazendo divisa com a Bolívia, para tentar a vida como jogador de futebol em Natal.

Por aqui, depois de aprovado pelo técnico Severo Júnior e integrado ao elenco Sub-18 do Alvirrubro, teve que buscar seu espaço e sua notoriedade, principalmente depois que começou a ser convocado para compor o elenco profissional do América, quando teve que acrescentar o sobrenome Oliveira ao apelido, em virtude da existência de outro Índio, o zagueiro, no time rubro. Nem deu tempo de o torcedor conhecer a nova promessa do clube. Bastou 16 minutos em campo para Índio Oliveira mostrar suas credenciais como jogador

## CAMPEÃO PELO SUB-20

No América desde o ano passado, Índio tem visto sua carreira subir uma ladeira bem íngreme. Primeiro foi vice-campeão estadual no Sub-18, depois levantou a taça no Sub-20 e agora estreou no profissional levando o América à final do primeiro turno do campeonato. Ao contrário do que pôde ser visto exemplos recentes, como o do jovem Romarinho, do ABC, Índio parecer não se satisfazer



► Índio: três gols em dois jogos e sucesso repentino

de futebol no empate em 1 a 1 com o Assu, quarta-feira passada em Goianinha. Quatro dias depois, no jogo que iria decidir o futuro do América no primeiro turno do Campeonato Potiguar, o meia marcou os dois gols da vitória em cima do Alecrim fora de casa e levou o América à final do turno,

com o sucesso repentino. Mesmo agradando diretoria e comissão técnica, o jogador parece saber que para ganhar a titularidade no meio de tanta gente grande é preciso mostrar ainda mais. "Vou buscar isso nos treinamentos. Quero treinar bastante forte para chegar lá", comenta o jogador.

Sem tanta desventura com as palavras, Índio não esconde a receita para ter conseguido impressionar em sua estreia como jogador profissional: treino e humildade. O jogador faz questão de agradecer aos técnicos Severo Júnior e Roberto Fernandes, que lhe deram a oportunidade de vestir

deixando o Alvirrubro a um passo de garantir sua vaga na Copa do Nordeste do ano que vem, além da vaga na Copa do Brasil também de 2014 e, claro, na grande final deste Estadual 2013.

"Não imaginava nunca que isso fosse acontecer, mas aconteceu e eu estou muito

a camisa do América como jogador de base e profissional, respectivamente, e não tem vergonha de admitir que tem como referência os próprios companheiros de time, que, segundo ele, têm sido seus tutores no futebol. "Eu me espelho muito no Cascata e no Netinho. Eles me dão muito conselho, conversam comigo todos os dias e falam para eu manter sempre a cabeça no lugar e focar no meu trabalho", comenta Índio.

Vendo o jejum de gols dos homens de ataque do América e doído para conseguir fincar uma vaga no time titular americano, o jovem meia diz que se o

feliz. Espero continuar assim", diz o jovem Índio Oliveira, ainda desacomodado com as inúmeras entrevistas que tem concedido desde o término do jogo deste domingo em São Gonçalo do Amarante. "Nunca [havia dado tanta entrevista] não, mas estou achando legal (risos)", comenta o meia.

técnico Roberto Fernandes quiser ele pode ser mais uma opção para jogar na frente. "Já joguei nessa posição e se a oportunidade aparecer vou em busca dela", garante Índio.

Com o sonho de jogar fora do Brasil, "como todo jogador de futebol", Índio tem duas metas a curto prazo. A primeira é conquistar um título como jogador profissional do América. A segunda é conseguir mostrar seu trabalho para sua família, lá em Rondônia, nem que seja pela televisão. "Claro que eu tenha essa vontade de que o pessoal de lá me veja e acho que isso pode acontecer na Série B. Vamos trabalhar para isso", diz.



**Editor**

Viktor Vidal

**E-mail**

viktorvidal@novojornal.jor.br

**Fones**

84 3342.0358 / 3342.0350

## AMÉRICA LEVA VANTAGEM PARA FINAL CONTRA CORÍNTIANS

Os dois gols de Índio em cima do Alecrim neste final de semana foram decisivos para dar vantagem ao América na final do primeiro turno do Campeonato Potiguar 2013. Por ter terminado a fase classificatória na ponta da tabela de classificação em virtude do saldo de gols (um a mais que o Corinthians), o Alvirrubro fará o segundo e decisivo jogo contra o Corinthians de Caicó, dentro de casa, em Goianinha, tendo ainda a vantagem de jogar por dois resultados iguais, conforme diz o regulamento do certame.

O primeiro jogo da final será disputado amanhã, às

20h30, no estádio Marizão, em Caicó, enquanto o jogo da volta está marcado para domingo (31), às 17h, no estádio Nazarenão, em Goianinha. Esperando contar com um bom público nesta partida, a diretoria rubra já iniciou a comercialização de ingressos em três pontos de vendas: sede social, loja do Pittsburg da Prudente e Quiosque Bom de Bola, no Hiper da avenida Prudente de Moraes. Os bilhetes custam R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia entrada). Serão colocados à venda 4.500 ingressos para a torcida do América e 500 para a do Corinthians, totalizando a carga de 5 mil bilhetes.



► Alex Padang, José Vanildo (FNF) e Marconi Barreto explicam contrato

## PADANG FECHA COM BARRETÃO PARA A SÉRIE B

Entre idas e vindas na negociação, o América finalmente definiu onde mandará os jogos da Série B deste ano. O estádio Barretão, em Ceará-Mirim - antes carta fora do baralho pela diretoria americana em função dos cinco anos de contrato que propunha - receberá o Alvirrubro nos confrontos do Campeonato Brasileiro deste ano e no Campeonato Potiguar de 2013. Enquanto a competição não tem início, o América segue jogando no Nazarenão, em Goianinha.

O presidente do América, Alex Padang, reuniu a imprensa ontem para emitir o comunicado oficial sobre o desfecho da negociação. Segundo ele, tudo estava acertado desde quinta-feira passada com o empresário Marconi Barreto, dono do empreendimento. Os fatores decisivos para o clube mandar seus jogos no estádio, o presidente americano explica: "Os 10 mil lugares e a presença do público da região [Ceará-Mirim e Zona Norte], que estava muito carente de futebol", disse, contando que compareceu ao amistoso entre Globo (time da cidade) e ABC realizado no sábado passado no estádio, e que teve um público pagante de aproximadamente cinco mil pessoas.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) exige que os estádios da Série B tenham capacidade mínima de 10 mil torcedores. O Barretão, que começou a ser construído em novembro do ano passado, hoje tem capacidade para abrigar 6.400 torcedores. Segundo o

empresário Marconi Barreto, até o próximo final de semana, o estádio estará pronto para receber 10.500 torcedores. "Estamos oferecendo uma estrutura que, infelizmente, Goianinha não pode oferecer", declarou. Para receber o América novamente nesta temporada na Série B, o Nazarenão teria de receber arquibancadas tubulares. No ano passado, a instalação do serviço custou cerca de R\$ 225 mil.

Com o acordo, os 19 jogos da Série B deste ano serão realizados no Barretão. Apesar disso, no estadual do ano que vem, o contrato assinado permite que o América decida em que praça esportiva mandará os clássicos com o ABC e as decisões do Campeonato Potiguar, caso se classifique. "O contrato demorou por Alex ter negociado de uma forma audaciosa, buscando o melhor para o América, mas chegamos a um consenso", frisou Marconi Barreto.

Agora de nova casa até pelo menos - maio do ano que vem, o presidente do América pretende expandir os sócios do clube para a região. Segundo Padang, o clube iniciará uma nova campanha e almeja conquistar mil sócio-torcedores entre Ceará-Mirim e a zona Norte de Natal. Para o Campeonato Potiguar desse ano, as chances de mandar os jogos no Barretão são poucas, mas pode ocorrer. "Vai depender da resposta dos torcedores da região", disse Padang, referindo-se ao programa de sócio-torcedores.

Rede de  
**Vendas**  
NatalCard



100 pontos  
espalhados pela cidade.  
Recarregue agora o  
seu cartão Passe Fácil  
ou Estudante.

Livrarias

Lan houses

Bancas

Drogarias

Mercados

Outros

Informações:  
(84) 3216.8450  
www.natalcard.com.br

NatalCard  
Tecnologia em nosso caminho



# DE NOVO, NO SUFOCO

**/ SELEÇÃO /** BRASIL SOFRE PARA EMPATAR COM A RÚSSIA E FELIPÃO CONTINUA SEM VENCER

**/ TABELA /**

**ABC E AMÉRICA CONHECEM ADVERSÁRIOS NA SÉRIE B**

**A CBF DIVULGOU** no final da tarde de ontem a tabela básica da Série B do Campeonato Brasileiro 2013, competição que começa em 25 de maio e sofrerá uma pausa em junho durante a disputa da Copa das Confederações (11/06 a 06/07).

Representantes do Rio Grande do Norte na competição, ABC e América farão suas estreias respectivamente contra Paraná (em casa) e Figueirense (fora).

O primeiro Clássico-Rei da Série B será no dia 10 de agosto, pela 14ª rodada, no estádio Barretão, em Ceará-Mirim (a confirmação do estádio sairá apenas quando a tabela detalhada for divulgada). O clássico da volta será disputado em 2 de novembro, no Frasqueirão.

Os jogos de maior público para ABC e América devem ser contra Palmeiras e Sport. O time rubro será o primeiro a receber o Verdão no RN, já na 6ª rodada, marcada para 11 de junho. Duas rodadas depois, em 13 de julho, o Dragão enfrentará o ruo-negro pernambucano em Ceará-Mirim.

O ABC será anfitrião do Porco apenas no retorno, na 27ª rodada, marcada para o dia 5 de outubro. Antes disso, no dia 10 de setembro, o Alvinegro vai tentar repetir a peça que deu no Leão em 2010, no Frasqueirão, em jogo válido pela 21ª rodada.

FOLHAPRESS

**COM UM GOL** do atacante Fred aos 44min, o Brasil arrancou um empate por 1 a 1 no amistoso contra a Rússia, ontem, no estádio Stamford Bridge, em Londres, na Inglaterra. Fayzulín fez para os russos.

Com o resultado, o técnico Felipão iguala a série ruim de Parreira, hoje coordenador técnico, em 2003. Na ocasião, o treinador teve dois empates e uma derrota nos três primeiros amistosos no comando da seleção - a mesma série de Scolari. Antes, o atual comandante perdeu para a Inglaterra e empatou com a Itália.

Fred manteve a escrita de marcar em todos os jogos do Brasil sob a direção de Felipão. Este foi seu terceiro em três partidas com Felipão no banco.

O Brasil volta a campo dia 6 de abril, quando enfrenta a Bolívia em um amistoso em Santa Cruz de La Sierra. Neste confronto, provavelmente, apenas jogadores que atuam no país poderão ser convocados.

## O JOGO

Em relação ao empate com a Itália na última quinta-feira, o técnico Luiz Felipe Scolari promoveu três mudanças no time titular. Thiago Silva retomou sua vaga na zaga e voltou a usar a



▶ Fred, em disputa com adversário russo, marcou gol que salvou empate para o Brasil

faixa de capitão.

Na lateral esquerda, Marcelo substituiu Filipe Luís e Kaká entrou no lugar de Hulk (o único jogador do grupo que atua por uma equipe russa).

O meia do Real Madrid era o responsável pela organização das jogadas ofensivas na faixa central do campo. Com isso, Oscar foi deslocado para a ponta direita. Ele e David Luiz estavam em "casa", já que são atletas do

Chelsea, clube proprietário do estádio.

Invicta até então sob o comando do treinador italiano Fabio Capello, a Rússia contava apenas com atletas que atuam no país. Armada no 4-3-3, a seleção russa pressionou o Brasil nos primeiros quinze minutos do amistoso.

O atacante Kerzhakov teve duas ótimas oportunidades para mexer no marcador. Na primeira

chance, ele chutou para fora.

Depois, o volante Hernanes bloqueou o arremate na pequena área.

Após os sustos no começo, o time brasileiro equilibrou as ações e não deixou o rival chegar com tanta liberdade.

O grande problema era o último passe, que sempre saía defeituoso. Fominha, Neymar deixou de servir Fred e Kaká em duas boas descidas brasileiras.

A PARTIR DO DIA **01**<sup>o</sup> ABRIL

INFORMAÇÃO  
CREDIBILIDADE  
NOTÍCIAS  
IMPARCIALIDADE

**JORNAL**

**VERDADE**

COM TÚLIO LEMOS E DANIELA FREIRE

13H NA

**SIMTV**  
AFILIADA  
REDETV!